

# PROTAGONISMO E REPERCUSSÕES DO CURSO DE MUSEUS NA CONSOLIDAÇÃO DA PRESERVAÇÃO NO BRASIL

*por*

**Flora Pinheiro Hernandes,**  
*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação  
em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de Sá

O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de  
Financiamento 001

## FOLHA DE APROVAÇÃO

# PROTAGONISMO E REPERCUSSÕES DO CURSO DE MUSEUS NA CONSOLIDAÇÃO DA PRESERVAÇÃO NO BRASIL

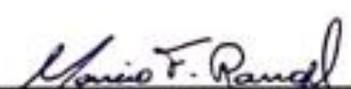
Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr.

  
Ivan Coelho de Sá (Orientador) – PPG-PMUS

Prof. Dr.

  
Márcio Ferreira Rangel – PPG-PMUS/MAST

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>

  
Aline Montenegro Magalhães – MHN/IBRAM

Rio de Janeiro, 2022.

H557

Hernandes, Flora Pinheiro  
Protagonismo e Repercussões do Curso de Museus  
na Consolidação da Preservação no Brasil / Flora  
Pinheiro Hernandez. -- Rio de Janeiro, 2022.  
163p.

Orientador: Ivan Coelho de Sá.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio e Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em Museologia e Patrimônio, 2022.

1. Curso de Museus. 2. Museologia. 3.  
Preservação. 4. Conservação. I. Sá, Ivan  
Coelho de, orient. II. Título.

*“Descobri que minha arma é o que a memória guarda...”*

*Milton Nascimento e Fernando Brant*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus e a meus pais, Carla e José Jacinto, pelas incontáveis oportunidades e pelo amor incondicional.

A Raphael, meu companheiro e melhor amigo, por nos apoiarmos mutuamente. Por acreditar tanto no meu trabalho e pelo grande auxílio na revisão deste texto.

Aos meus irmãos, Clara e Davi, pela fraternidade e pelo privilégio de vê-los crescerem e se tornarem versões plenas de si.

Ao meu orientador, Prof. Ivan Coelho de Sá, sou grata pelo aprendizado que data muito antes do mestrado, quando ainda na graduação, nas aulas de Museologia e Arte Ocidental I, abriu as portas para que eu conhecesse o excelente professor e profissional que é; pelos dois produtivos anos como sua bolsista de Iniciação Científica e por todas as orientações desde então.

Aos membros da banca, Prof. Márcio Ferreira Rangel e Prof.<sup>a</sup> Aline Montenegro Magalhães, por terem aceitado de forma gentil e prontamente participar da avaliação desta pesquisa.

Ao Prof. Cícero de Almeida, agradeço pela oportunidade de realizar o estágio-docência na disciplina ministrada por ele, Introdução à Museologia, gerando rica troca de experiência e discussões sobre o campo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, pelo aprendizado ao longo da formação. A Prof.<sup>a</sup> Helena Cunha de Uzeda, coordenadora do PPG-PMUS, e a Alexandra Durão, secretária, pelo suporte sempre atencioso.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de pesquisa que possibilitou a concretização desta dissertação.

A Larissa Machado, pela querida amizade que veio a se fortalecer no mestrado e pela rede de apoio e parceria essenciais nesta jornada.

A Isaura Paiva de Sá e Poliana Martins dos Santos, pelos importantes e estimados conselhos, desde o processo seletivo até a concretização deste trabalho.

A minha querida amiga Erika, aos familiares e demais amigos que sempre fizeram parte, mesmo que indiretamente, deste processo; por respeitarem minhas ausências e tanto me incentivarem.

## RESUMO

HERNANDES, Flora Pinheiro. **Protagonismo e Repercussões do Curso de Museus na Consolidação da Preservação no Brasil.**

Orientador: Ivan Coelho de Sá. UNIRIO/MAST. 2022. Dissertação.

Esta dissertação tem como objetivo central analisar as contribuições do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, criado em 1932, para a área da Preservação no Brasil. O Curso iniciou a formação em Museologia no país por meio da disciplina Técnica de Museus, que incluía o ensino das práticas necessárias à gestão de museus, acervos e coleções, com uma abordagem pioneira do que hoje entendemos como um processo de musealização: pesquisa, documentação, conservação e exposição. Desta forma, partimos da premissa de que o Curso de Museus foi precursor na área da Preservação, consolidando as diretrizes para a preservação do patrimônio, com foco nos bens móveis e integrados, ao contrário das políticas do SPHAN, centradas no patrimônio arquitetônico. São analisados os conceitos de Preservação, Museu, Museologia e Musealização, bem como os conteúdos da disciplina Técnica de Museus e sua relação com o livro “Introdução à Técnica de Museus” (1946), de Gustavo Barroso. Realizamos, igualmente, uma pesquisa sobre o contexto de implementação do Curso de Museus, ou seja, a proposta de criação do Curso Técnico que abarcaria o MHN, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional (1922); e as matrizes curriculares do Curso de Museus de 1932, 1934 e 1944. Por último, foram analisadas as atuações de alguns alunos egressos do Curso e suas contribuições à área da Museologia e ao Patrimônio. As análises convergiram para a consolidação da hipótese formulada de que o Curso de Museus contribuiu com importante protagonismo para o desenvolvimento da Preservação no Brasil.

Palavras-chave: Curso de Museus; Museologia; Preservação; Conservação.

## ABSTRACT

HERNANDES, Flora Pinheiro. **Protagonism and Repercussions of the Museum Course in the Consolidation of Preservation in Brazil.**

Supervisor: Ivan Coelho de Sá. UNIRIO/MAST. 2022. Dissertation (Master's).

The main objective of this dissertation is to analyze the contributions of the *Curso de Museus* (Museum Course) from the *Museu Histórico Nacional – MHN* (National Historical Museum), created in 1932, for the field of Preservation in Brazil. The Course began the professional qualification in Museology in Brazil through the discipline named *Técnica de Museus* (Museum Technique), which included teaching the practices necessary for the management of museums and collections, through a pioneering approach to what we understand today as a musealization process: research, documentation, conservation and exhibition. In this way, we start from the premise that the Museum Course was a precursor in the area of Preservation, consolidating the guidelines for heritage preservation, with a focus on movable and integrated heritage, unlike SPHAN's policies, centered on the architectural heritage. The concepts of Preservation, Museum, Museology and Musealization are analyzed, as well as the contents of the Museum Technique discipline and its relationship with the book "*Introdução à Técnica de Museus*" (1946), by Gustavo Barroso. We also carried out a research on the context of implementation of the Museum Course, that is, the proposal to create the Technical Course that would encompass the MHN, the National Library and the National Archives (1922); and the curricular matrices of the Museum Course of 1932, 1934 and 1944. Finally, the performances of some students graduated from the Course and their contributions to the field of Museology and Heritage were analyzed. The analyzes converged to consolidate the hypothesis formulated that the Museum Course contributed with an important role to the development of Preservation in Brazil.

Key-words: Museum Course; Museology; Preservation; Conservation.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

**ABM** – Associação Brasileira de Museologia

**ABRACOR** – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais

**AIBA** – Academia Imperial de Belas Artes

**AN** – Arquivo Nacional

**APERJ** – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

**BN** – Biblioteca Nacional

**CCH** – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UNIRIO

**CORES** – Cooperativa dos Restauradores da Serra

**DASP** – Departamento Administrativo do Serviço Público

**ENBA** – Escola Nacional de Belas Artes

**FEFIERJ** – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

**FEMURJ** – Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro

**FNpM** – Fundação Nacional Pró-Memória

**FUNARJ** – Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro

**ICOM** – *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)

**ICOM-CC** – Comitê de Conservação do ICOM

**IMN** – Inspetoria de Monumentos Nacionais

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MES** – Ministério da Educação e Saúde

**MESP** – Ministério da Educação e Saúde Pública

**MEC** – Ministério da Educação

**MHN** – Museu Histórico Nacional

**MNBA** – Museu Nacional de Belas Artes

**NUMMUS** – Núcleo de Memória da Museologia no Brasil

**NUPRECON** – Núcleo de Preservação e Conservação de Bens culturais

**OIM** – *Office International des Musées* (Escritório Internacional de Museus)

**ONICOM** – Organização Nacional do ICOM

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNI-RIO** – Universidade do Rio de Janeiro

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**UFBA** – Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Figura 01 – Fotografia da Sala Getúlio Vargas	25
Figura 02 – Esquema da disciplina Técnica de Museus: Parte Geral e Parte Básica	35
Figura 03 – Esquema da disciplina Técnica de Museus: Parte Especializada	35
Figura 04 – “Serviços” de um museu	36
Figura 05 – Modelo de Ficha Catalográfica usada no Museu Histórico Nacional	39
Figura 06 – Matéria sobre a inauguração do Curso de Museus e a aula inaugural ministrada por Pedro Calmon	63
Figura 07 – Primeira excursão do Curso de Museus a Ouro Preto, em 1945	74
Figura 08 – Matéria comunicando o início das provas de seleção para os cargos de Conservador de Museus do Ministério da Educação e Saúde – MES	81
Figura 09 – Certificado de Habilitação de Regina Liberalli na carreira de Conservador de Museus do MES	84
Figura 10 – Matéria sobre a regulamentação da profissão de museólogo	102

## RELAÇÃO DE QUADROS

	Pág.
Quadro 01 – Matriz Curricular de 1932-1933	59
Quadro 02 – Matriz Curricular de 1934	66
Quadro 03 – Matriz Curricular de 1944	70
Quadro 04 – Bolsistas diplomados pelo Curso de Museus	92-94

# SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	01
Capítulo 1 Museologia e Preservação	10
1.1 – Breve trajetória dos conservadores brasileiros	20
1.2 – A disciplina Técnica de Museus	31
Capítulo 2 Curso de Museus: entre ideias e protagonismos	44
2.1 – A criação do Curso de Museus no contexto de organização das Políticas Culturais	45
2.2 – Antecedente: Curso Técnico (1922)	50
2.3 – Matrizes curriculares de 1932, 1934 e 1944	57
2.3.1 Matriz curricular de 1932	58
2.3.2 Matriz curricular de 1934	65
2.3.3 Matriz curricular de 1944	66
Capítulo 3 Repercussões do Curso de Museus: análise da atuação de seus egressos	77
3.1 – Egressos atuantes na área da conservação-restauração	85
3.2 – Bolsistas do Curso de Museus e sua relevância para a Museologia	92
3.3 – Egressos e os movimentos associativos	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	118
Anexo nº1 – Decreto nº 8.964, de 14 de setembro de 1911	119
Anexo nº2 – Instruções para matrícula no Curso de Museus (1941)	125
Anexo nº3 – Programa da disciplina Arqueologia Brasileira no ano letivo de 1934	143
Anexo nº4 – Parecer 455/948, de 14 de outubro de 1948	145
Anexo nº5 – Edital do Concurso para Conservadores de Museus, 1939-DASP	147

# INTRODUÇÃO

## Introdução

*“[...] A lembrança foi perdendo  
a trama exata tecida  
até um sépia diluído  
de fotografia antiga.  
Mas o que perdeu de exato  
de outra forma recupera:  
que hoje qualquer coisa de um  
traz da outra sua atmosfera.”  
João Cabral de Melo Neto<sup>1</sup>*

Aos objetos ou sentimentos que imortalizamos, em contínua metamorfose na medida em que é interpretado por cada indivíduo, a eles, Pierre Nora (1984)<sup>2</sup> atribui o termo “suportes de memória”. Ela, a *memória*, nos chega de diversas formas e a mim muitas vezes transportando-me ao espaço da *nostalgia*. Minha relação com o universo museal, banhada desse sentimento nostálgico, se deu bem antes de conhecer a Museologia como campo do conhecimento. Quando menina, passeando pela Quinta da Boa Vista, encontrando na silhueta do Museu Nacional reconforto juvenil; encantando-me com seu jardim; ficando perplexa com o gigante fóssil de uma baleia e puxando as mãos de meu pai para fazê-lo ficar tão surpreso quanto eu! Ou, nas lembranças longínquas de engraçadas pantufas nos pés, ao andar pelos corredores do Museu Imperial.

Quando descobri a Museologia, epifania! Ter escolhido cursar a graduação nesta área me ensinou a olhar o patrimônio com minúcia e valorizar o papel central do museólogo na sua preservação. Durante dois anos pude adentrar na pesquisa de Iniciação Científica – IC/UNIRIO, que me permitiu explorar a constituição do campo museológico no Brasil. Tendo como orientador o Prof. Ivan Coelho de Sá, coordenador do Projeto de Pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil, estudei a formação da Museologia brasileira e as matrizes teóricas que a impulsionaram através do Subprojeto “Subsídios para a História da Preservação no Brasil: As origens do ensino de Conservação-Restauração, dos primeiros laboratórios e do Profissional Conservador”. Tive também a oportunidade de trabalhar com o acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, tendo contato direto com coleções de alunos egressos (profissionais que atuaram em todo o país, seja em museus, entidades de classe ou órgãos do patrimônio), além de coleções de professores do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional e da

---

<sup>1</sup> NETO, João Cabral de Melo. O profissional da memória. In: João Cabral de Melo Neto – Poesia Completa. Editora Alfaguara, 2020.

<sup>2</sup> NORA, 1984 apud SANTOS, 2006, p.126.

FEFIERJ, posteriormente denominada UNIRIO. Material de extrema relevância para a História da Museologia!

Esta trajetória na graduação convergiu para meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e, posteriormente, em reflexões que me encaminharam para o mestrado em Museologia e Patrimônio no PPG-PMUS. A partir das pesquisas realizadas ao longo da minha formação acadêmica, uma problemática se manteve central ao se tratar do Curso de Museus: nas leituras bibliográficas referenciais do campo patrimonial, sempre ficou evidente que o papel pioneiro do Curso de Museus, no âmbito da Preservação, foi pouco trabalhado, quando não ignorado. Os estudos neste campo focalizam a atuação e os discursos do SPHAN, com ênfase na preservação do patrimônio arquitetônico, sendo as iniciativas no campo dos museus pouco abordadas, e quando são, acabam resumidas a parênteses dentro da atuação do SPHAN.

Ao observarmos isto, discutimos os pontos que tornavam a criação do Curso de Museus um importante marco para a preservação do patrimônio nacional e concluímos ser necessária uma discussão focada neste seu aspecto precursor na proteção de museus, acervos e coleções. Nesta dissertação, portanto, partimos da hipótese de que o Curso de Museus teria exercido influência direta sobre o pensamento e as práticas preservacionistas do patrimônio nacional, dessa forma, contribuindo para a consolidação da Preservação no Brasil.

Por conseguinte, esta pesquisa possui como objetivo geral refletir as contribuições teóricas e práticas do Curso de Museus do MHN para o desenvolvimento da Preservação no Brasil. No primeiro e segundo capítulos, o período analisado abrange o despontar das preocupações em relação à proteção do patrimônio, na década de 20 e ao longo dos anos 30 e 40, correspondendo, em termos de contexto histórico, ao final da República Velha, à Revolução de 30 e à Era Vargas (1930-1945). Esta contextualização se justifica por verificarmos nestes cenários a efervescência das atividades voltadas para a consolidação de valores culturais por meio da centralização estatal da preservação do patrimônio e da valorização da área da Educação. Dentro deste espaço temporal inserem-se a fundação do Museu Histórico Nacional e a proposta de um Curso Técnico (1922), a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública – MES (1930), do Curso de Museus (1932), da Inspeção de Monumentos Nacionais – IMN (1934), do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937) e a implementação da Primeira Grande Reforma Curricular do Curso de Museus (1944). No terceiro e último capítulo, a pesquisa estendeu-se até a

década de 70, visando realizar uma análise inicial das atuações dos egressos do Curso de Museus nos campos da Museologia e do Patrimônio.

Ao longo da pesquisa, temos os objetivos específicos de debater o caráter fundador do Curso no campo da preservação do patrimônio, analisando a intrínseca relação entre Museologia e Preservação; levantar dados sobre a criação do Curso de Museus e sua relação com a conjuntura de inauguração das Políticas Culturais, na Era Vargas, especificamente as concernentes à área da Preservação, sendo analisados, dessa forma, seus regulamentos e matrizes curriculares; debater o papel dos egressos do Curso de Museus para o aprofundamento das questões preservacionistas no Brasil e na consolidação da Museologia como campo de conhecimento.

Por refletir sobre a relevância da criação e institucionalização do Curso de Museus, não somente para o campo da Museologia, mas também para preservação do patrimônio, este projeto vincula-se à Linha de Pesquisa 01 – Museu e Museologia, estando inserido no projeto de pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil, coordenado pelo Prof. Ivan Coelho de Sá. Criado em 2005, este projeto tem como objetivos principais recuperar e preservar a memória da Museologia tendo como base o desenvolvimento do Curso de Museus do MHN.

O Curso de Museus, criado pelo Decreto nº 21.129, de 07 de março de 1932, é consequência da necessidade de um estudo sistemático das coleções do Museu Histórico Nacional, ou seja, da necessidade de instituir o ensino de métodos tidos como científicos voltados para a classificação, conservação, pesquisa e exposição dos objetos eleitos como símbolos da identidade nacional. Primeiro curso do tipo na América Latina e único no Brasil por quase quatro décadas<sup>3</sup>, o Curso de Museus foi responsável pela organização de um novo campo de conhecimento que despontava na Europa e nos Estados Unidos: a Museografia. Segundo Sá (2013a), o Curso de Museus, além de inaugurar a formação em museologia no Brasil, “lançou bases para o desenvolvimento da museologia como campo disciplinar e para a profissionalização do museólogo, tornando-se, também, um **marco das iniciativas de patrimônio e de preservação**” (2013a, p.123, grifo nosso).

Tendo sido criado, primeiramente, para suprir as necessidades técnicas do corpo de

---

<sup>3</sup> “Em 1970, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o professor Valentin Calderón cria um novo curso de museologia, o segundo do país, em pleno funcionamento até a atualidade. No Rio de Janeiro, foram criados dois cursos de museologia no ano de 1975. O primeiro, na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (Fammaro), extinta pelo MEC dois anos depois, e o outro, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá (Fines), que durou cerca de vinte anos, tendo sido fechado em meados da década de 1990.” (SÁ, 2013a, p.126)

funcionários do MHN<sup>4</sup>, o Curso foi estruturado pelos ideais de Gustavo Barroso, primeiro diretor do museu. No Decreto-Lei nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que criava o museu, já constava a criação de um Curso Técnico que abrangeria o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Entretanto, por questões divergentes entre os gestores das instituições e possível falta de verba, não houve êxito na criação do curso proposto.

Contudo, foi somente na gestão de Rodolfo Garcia que a ideia de um curso se concretizou. Garcia geriu o MHN entre 1930 e 1932, com o afastamento de Gustavo Barroso da direção devido ao seu não apoio a Getúlio Vargas durante as eleições de 1930. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia era bacharel em Direito, atuava como historiador e tinha amplo conhecimento com bibliotecas. Cruz (2014) aponta que Garcia foi bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto dos Advogados e assinala que sua prática profissional mais próxima com a realizada em museus foi a organização de uma exposição sobre o centenário da independência com objetos da coleção do IHGB, em 1922 (CRUZ, 2014, p.73-74). Por mais que ele possuísse pouca prática com museus, Darylle Williams no texto “*Sobre Patronos, Heróis e Visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960*” (1997) indica:

Apesar das incertezas políticas e econômicas, Garcia tomou várias atitudes reformadoras logo depois de assumir a Diretoria. As novidades incluíram, em abril de 1931, uma exposição temporária comemorando o centenário da abdicação do Dom Pedro I, a aquisição de algumas centenas de peças de arte e objetos históricos do defunto Museu Naval, a transferência de uma coleção de pintura histórica da Escola Nacional de Belas Artes e a autorização de um curso superior em museologia que deveria ser ministrado pela (sic) próprios funcionários da repartição. (WILLIAMS, 1997, p.143)

Independentemente de Garcia ter fundado o Curso de Museus e ter sido seu primeiro diretor, já que a direção do Curso era subordinada à do MHN<sup>5</sup>, o nome que é associado a origem da Museologia brasileira e do Curso é o de Gustavo Barroso. Chagas (2003) aponta que o silêncio sobre a passagem de Rodolfo Garcia pelo MHN foi consequência da noção que Barroso possuía sobre a importância do marco de criação do Curso de Museus como institucionalização da Museologia no Brasil. O autor citado acredita que no panorama

---

<sup>4</sup> “Art. 1º Criar no Museu Histórico Nacional um “Curso de Museus”, destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição.” (BRASIL, 1932)

<sup>5</sup> “Art. 3º O “Curso de Museus” funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional. / Art. 4º Os professores do “Curso de Museus” serão designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, entre os funcionários da mesma repartição. / Art. 5º Os programas de cada cadeira serão organizados bialmente pelos respectivos professores e submetidos à aprovação do diretor que, de acordo com eles, estabelecerá o horário das aulas.” (BRASIL, 1932)

museológico, o Curso de Museus foi uma referência mais expressiva do que a criação do MHN, mas acrescenta que a atuação de Gustavo Barroso como “pai fundador do Museu Histórico Nacional e ‘pai adotivo’ do primeiro Curso de Museus” é fundamental, sendo indiscutível a responsabilidade de Barroso pelo “primeiro grande esforço de sistematização do paradigma de clássico de museologia no Brasil” (CHAGAS, 2003, p. 120).

Barroso foi diretor do MHN desde 1922 – exceto entre 1930/1932 – tendo permanecido até 1959, ano de sua morte. Consequentemente, ao assumir a direção do Curso de Museus em novembro de 1932<sup>6</sup>, exerceu uma gestão de 27 anos no Curso, deixando, assim, uma forte marca de sua ideologia patrimonial e museológica. Seu empenho para a manutenção do Curso e do MHN foi importante na construção do que hoje entendemos como um campo museológico brasileiro. Paralelamente, Barroso ainda foi responsável pela Inspeção de Monumentos Nacionais – IMN (1934), serviço criado como departamento também do MHN, que junto com o Curso são indicados, por Chagas e Nascimento Júnior, como divisores de águas no campo museal (BRASIL, 2007, p.14).

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira em sua dissertação “*O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*” (2003), analisa o pensamento museológico barrosiano a partir das articulações entre MHN, Curso de Museus e a IMN. Oliveira demonstra a relevância das duas iniciativas criadas no cerne do museu para a legitimação da instituição e do pensamento museológico de Barroso. Em se tratando do Curso, Oliveira observa que ele “representa a institucionalização e a continuidade de uma agência de construção e transmissão do conhecimento na área de museus forjada por Barroso a partir da prática no Museu Histórico Nacional” (2003, p.74). Igualmente, Chagas afirma que o Curso foi “pedra angular para a consolidação, amplificação e disseminação da *imaginação museal barrosiana*” (2003, p.119, grifo do autor).

Havia uma forte condição de existência do Curso ao MHN que só viria a ter seu processo de autonomização a partir de 1977, com a incorporação do Curso, agora denominado Curso de Museologia, à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – Fefierj, se concretizando efetivamente em 1979, quando é transferido das dependências do Museu para o prédio do Centro de Ciências Humanas da recém-criada Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO<sup>7</sup>, na Urca.

Gustavo Barroso é figura central para a discussão do MHN e do Curso de Museus, e

---

<sup>6</sup> Barroso reassume a direção do MHN em 14 de novembro de 1932 (NAZARETH, 1991, p.36).

<sup>7</sup> Desde 2003, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

quando se trata do último, Barroso foi também responsável pela criação de sua ‘coluna dorsal’, a disciplina *Técnica de Museus*. Disciplina que abrange o que hoje entendemos como *Museografia* ou *Museologia Aplicada* – gestão/organização, documentação/informação, preservação/conservação, comunicação/exposição/educação – foi pioneira pelo estudo das técnicas e teoria da Conservação-Restauração e, principalmente, por ter constituído a “base e a estrutura principal do ensino de Museologia que se desenvolveu posteriormente” (SÁ, 2014, p.233). O conteúdo organizado por Barroso para a disciplina deu fruto aos livros “*Introdução à Técnicas de Museus*”, volumes 1 e 2, lançados respectivamente em 1946 e 1947, que se tornaram importantes suportes didáticos. Sá, no livro “*Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso*”, assinala que tanto a disciplina como os livros “desempenharam papel fundamental no contexto da implantação e da sedimentação dos estudos da Museologia” (SÁ, 2019, p. XXXVII). No livro apontado, o autor busca analisar e identificar as fontes literárias que influenciaram o pensamento museológico de Barroso na produção do texto “*Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração*”, seção da “Parte Geral” do primeiro volume de “*Introdução à Técnica de Museus*” (1946) e *opus magnum* do pensamento museológico barrosiano.

A partir do exposto, buscaremos refletir sobre a relevância da criação da primeira formação em Museologia do país para a consolidação da área da Preservação. Para isto, dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, “Museologia e Preservação”, debatemos sobre a relação entre Museologia e Preservação, recorrendo a teóricos como: Desvallées e Mairesse; André Gob e Noémie Drouguet; Tereza Scheiner e Waldisa Rússio. Ainda neste capítulo, abordamos a trajetória de legitimação do museólogo como *gestor* e *conservador* do patrimônio museológico e seu pioneirismo no trato das coleções a partir de um viés da *conservação preventiva*. Por último, analisamos a disciplina Técnica de Museus e o conteúdo do texto “*Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração*” como marcos da formação em Museologia no Brasil, bem como seu papel pioneiro para a implantação de ações preservacionistas, contribuindo, dessa forma, para da área da Preservação.

No segundo capítulo, “Curso de Museus: entre ideias e protagonismos”, o foco da discussão é a formação do Curso de Museus do MHN, analisando-o pelo contexto histórico, como consequência, mas também como vetor das práticas de institucionalização das ações voltadas para a valorização do patrimônio e do monopólio dos ideais nacionalistas. Trabalhamos a partir das principais referências sobre o tema, apontando discordâncias e convergências entre os autores consultados. Logo, procuramos enriquecer o estudo

traçando marcos que explicitem a relevância da contribuição do Curso de Museus para o desenvolvimento prático e teórico da proteção do patrimônio no Brasil. É realizada uma análise do Curso de Museus a partir da implementação das Políticas Culturais, associando-o aos principais marcos referentes à Educação e à preservação do patrimônio da Era Vargas. Para isto, é utilizado como referencial teórico a conceituação de Políticas Culturais apresentada por Néstor García Canclini:

[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação. (CANCLINI, 1987, p.26, tradução nossa)

E levado em consideração o que Antonio Albino Canelas Rubim compreende como componentes das políticas culturais:

1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura. (RUBIM, 2007, p.43)

É igualmente discutida a criação do Curso Técnico que abrangeria o MHN, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, projeto presente no Decreto-Lei nº 15.596, que instituiu o MHN, em 1922. Adiante, o estudo se volta mais estritamente para a estruturação do Curso de Museus. Posto isto, analisamos as matrizes curriculares de 1932, 1934 e 1944, objetivando destacar as disciplinas e outras atividades pioneiras de uma Museologia que tentava se sistematizar. Para a elaboração deste capítulo, o acervo do NUMMUS e da Biblioteca Virtual do MHN foram essenciais para a pesquisa documental. A parte bibliográfica é fundamentada principalmente por artigos, dissertações e teses referentes à História da Museologia, em especial aquelas inseridas no projeto de pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil, citado anteriormente.

O terceiro capítulo, “Repercussões do Curso de Museus: análise da atuação de seus egressos”, é centrado na repercussão da formação do Curso de Museus por meio da atuação profissional de seus graduados. Enfatizamos a relevância dos egressos que foram aprovados no primeiro concurso público para Conservadores de Museus, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, entre 1939-1940. Também destacamos os graduados que se especializaram na área de Conservação-Restauração; os bolsistas de outros estados do Curso que realizaram trabalhos pioneiros em museus e

demais instituições do patrimônio; bem como os egressos militantes na regulamentação da profissão de Museólogo, luta que levou anos, vindo a se concretizar em 1984. Neste capítulo a principal obra analisada é o livro “*Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*”, de Sá e Siqueira (2007), que nos permitiu pesquisar os currículos dos alunos egressos do Curso de Museus, auxiliando na análise da atuação destes profissionais.

Esta pesquisa realizou-se em um contexto conturbado pela pandemia da COVID-19. A metodologia pensada ainda no projeto, escrito em 2019, foi alterada e dependeu muito da abertura das restrições de distanciamento social. A maior parte do estudo foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e pelo acesso às documentações disponibilizadas por plataformas digitais, como a Biblioteca Virtual do MHN. A partir do segundo semestre de 2021, o acesso extremamente necessário ao acervo do NUMMUS foi possibilitado, favorecendo, dessa forma, a conclusão da pesquisa.

Neste ano de 2022, a criação do Curso de Museus, portanto, da formação da Museologia no Brasil, completa 90 anos. Ter conseguido terminar esta dissertação em um importante momento de celebração da Museologia, mesmo passando por inúmeras dificuldades, é uma vitória pessoal como museóloga, além de uma conquista para a produção acadêmica brasileira, que ao longo dos mais de dois anos de pandemia encontrou muitos percalços, mas perseverou com a resiliência de seus pesquisadores. Esperamos que este trabalho possa colaborar com novas reflexões sobre a importância da formação instituída pelo Curso de Museus que, embora sob a análise contemporânea tenha questões museológicas já discutidas, foi primordial por fundar um campo novo e essencial para a consolidação da preservação do patrimônio, permitindo que gerações de museólogos seguissem seus caminhos, estruturando e sempre reavaliando o percurso, em uma dinâmica fundamental para o desenvolvimento e a relevância social da Museologia.

**CAPÍTULO 1**  
**MUSEOLOGIA E PRESERVAÇÃO**

## Capítulo 1 – Museologia e Preservação

Preservação. Um conceito que encontra no contexto dos bens culturais uma importância primordial. Todo pesquisador e profissional do patrimônio cultural convive com ele e nele reconhece o propósito de seu trabalho. A preservação é uma consciência de que manifestações culturais materiais ou imateriais são essenciais para o desenvolvimento identitário de uma comunidade, sendo, portanto, primordial que medidas sejam tomadas para a proteção dessas expressões. Tais medidas constituem uma política de preservação, que, quando seguida, assegura a maior 'perenidade' possível aos bens culturais eleitos como singulares de uma sociedade.

Embora ao longo da Antiguidade e Idade Média possamos encontrar relatos da necessidade de preservar objetos ou lugares importantes para cada sociedade – o que desenvolveu o colecionismo e os gabinetes de curiosidades –, a mentalidade preservacionista naqueles períodos eram iniciativas isoladas, pautadas em interesses utilitários, científicos, saberes literários e em valores de beleza ou de antiguidade, por exemplo.

Como a conhecemos hoje, a história da Preservação remonta ao século do Iluminismo, mais especificamente à França, no contexto da Revolução Francesa<sup>8</sup>, momento em que a noção de patrimônio no campo cultural foi criada e os ideólogos revolucionários estabeleceram as diretrizes para a sua tutela e organização através do Estado, visando o estabelecimento de uma identidade nacional. O local escolhido para a guarda de parte desse patrimônio, caracterizado como móvel<sup>9</sup>, foi o *museu*. Ao falar sobre os bens móveis na legislação francesa de 1790, Françoise Choay (2006) assinala:

[...] serão transferidos de seu depósito provisório ao definitivo aberto ao público, consagrado o nome recente de *museum* ou de museu. Este tem por função servir à instrução da nação. Reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos de artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas. (CHOAY, 2006, p.101)

Logo, com a criação das coleções públicas, seus gestores depararam-se com a responsabilidade de administrar esses acervos e encararam a problemática: **como**

---

<sup>8</sup> Ciclo revolucionário iniciado em 1789, que durou até 1799 e deu fim ao Absolutismo no país.

<sup>9</sup> Os bens materiais que compõe o patrimônio cultural são divididos em três categorias: bens imóveis, que representam o acervo arquitetônico, urbanístico e natural; bens móveis, aqueles que possuem mobilidade e podem ser transferidos de seu local de origem; e os bens integrados, que podem ser removidos, mas encontram-se integrados a uma estrutura arquitetônica (COSTA, 2002, p.317 e 318).

**preservar os objetos materiais?** Desenvolveu-se, dessa forma, a parte técnica da preservação: a coleta, a documentação, a conservação-restauração e a arrumação (exposição). Assim, podemos considerar que o desenvolvimento da preservação está em muitos níveis associada à ideia de musealização e à criação dos museus modernos, legitimados como um dos mais eficazes instrumentos de preservação do patrimônio móvel.

Em “*Conceitos-Chave de Museologia*”, Desvallées e Mairesse apontam que a preservação do patrimônio se constitui como uma política baseada no estabelecimento de diretrizes e ações que visam proteger o patrimônio cultural (2013, p.79). Similarmente, Pinheiro e Granato indicam que ela surge como um instrumento para a transmissão da herança cultural e consiste em ações que mantenham o estado físico do bem cultural, assim como “a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações” (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p.31). O resguardo, ou proteção, que os autores mencionam, é viável por meio de operações que entendemos hoje como coleta/aquisição, documentação, pesquisa, conservação, comunicação – exposição e educação. Ou seja, em síntese, todo um processo de gestão do patrimônio.

Criado especificamente para alocar os objetos culturais significativos da sociedade, o museu exerce as funções citadas acima e sua definição, instituída pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, indica que ele é:

uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que **adquire, conserva, investiga, comunica e expõe** o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM, 2007, grifo nosso)

Em um contexto brasileiro, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, conceitua o museu da seguinte forma:

Consideram-se museus, para efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de **preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo**, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

A partir das definições apresentadas, podemos concluir que o museu é uma instituição *guiada* pelo ideal da Preservação. Peter van Mensch apresenta, em 1992, o modelo conhecido na Museologia como PPC, elaborado no final dos anos de 1980 pela

*Reinwardt Academie* de Amsterdã, que define as funções do museu como sendo de: *Preservação*, compreendendo a aquisição, a documentação, a conservação e a gestão das coleções; *Pesquisa*, que envolve catalogação e pesquisas científicas por pesquisadores internos e externos à instituição; e a *Comunicação*, esta última englobando a exposição e o papel educativo dos museus.

Gob e Drouguet (2019) reúnem as três funções apresentadas no parágrafo anterior com novas denominações – *função de exposição, de conservação e científica* – e a elas somam a *função de animação*, que segundo os autores assume as formas de atividades pedagógicas, visitas guiadas, conferências, concertos, oficinas e eventos (2019, p.83). Percebemos que a última função é uma combinação entre a comunicação e as ações educativas, ou seja, um desmembramento da função de Comunicação apresentada no modelo PPC, que já abarca as atividades expostas. No que se referem à função de conservação, Gob e Drouguet afirmam:

**O museu é um lugar de reunião e de preservação do patrimônio;** ele garante a proteção de suas coleções contra o roubo e contra as degradações causadas por agentes de toda a natureza que possam comprometer a integridade ou o bom estado dos objetos. O museu cria as condições de conservação adequadas para manter no melhor estado possível, e por tanto tempo quanto possível, os objetos que lhe foram confiados. (GOB; DROUGUET, 2019, p.82, grifo nosso)

Ainda ao definir o conceito de Preservação, Desvallées e Mairesse destacam que ele, configurado dentro da Museologia:

**[...] representa aquilo que é fundamental para os museus,** pois a construção das coleções estrutura o seu desenvolvimento e a missão do museu. **A preservação constitui-se em um eixo da ação museal, sendo o outro eixo o da difusão aos públicos.** (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.79, grifo nosso)

As citações apresentadas acima fundamentam esta pesquisa e a partir delas podemos discutir sobre o papel central dos museus na preservação do patrimônio. Ao escolhermos trabalhar com o modelo PPC, acreditamos que a Preservação é um dos eixos centrais dos museus e da Museologia, responsável pela consciência preservacionista e as partes técnicas que envolvem a preservação dos objetos e coleções.

É a partir do processo de *musealização* que a instituição museal integra o bem patrimonial em suas dependências. Este processo caracteriza-se como:

a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é,

transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu, como explica Zbyněk Stránský [1995]. Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu. Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de “thesaurização” e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica. [...] **compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou *musealia*.** (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.57-58, grifo nosso)

O museu, entretanto, não é *por si só*, ele existe e é regido por uma mentalidade museológica. É o desenvolvimento desta consciência que assenta as questões preservacionistas dentro da instituição. Primeiramente, nos museus tradicionais, e mais adiante, no grande leque de manifestações museais que o século XX e XXI permitem. Segundo Duarte (2007):

**A consciencialização de um sentido museológico estará inerente ao próprio ser humano** na medida em que, desde tempos ancestrais, o homem pratica uma recolha de materiais diversos pelas mais diversas razões. Será esse «instinto» primitivo e mais ou menos idiossincrático de recolha e tentativa de preservação que estará na origem do colecionismo, dando, por sua vez, sustentabilidade material à criação da instituição museológica e, do ponto de vista teórico, ao cada vez mais amplo e complexo conceito de museu e de museologia. (DUARTE, 2007, p.27-28, grifo nosso)

Por esse sentido, a mentalidade museológica antecede a criação da instituição museu. A partir da década de 60 do século XX, iniciaram-se as discussões sobre a Museologia como campo científico e foi esta reflexão que permitiu as pesquisas sobre o papel dos museus dentro desta disciplina e sua concepção e funções. Parte destas questões foi apresentada nas páginas anteriores (definição e funções dos museus e da musealização), e é importante ressaltar que o pensar sobre o museal parte da Museologia, sendo, portanto, domínio desta disciplina a reflexão sobre a teoria e as práticas dos museus.

Muitos teóricos ao longo dos anos discutiram as definições de Museologia. Stránský, Gregorová, Rivière, Mensch, Deloche, Varine, Scheiner e Rússio são apenas alguns desses teóricos que, através de suas pesquisas e reflexões, contribuíram para a conceituação e

construção do campo. As discussões acerca da definição de Museologia e seu objeto de estudo são intensas. Isto posto, para o desenvolvimento da linha de pensamento desta dissertação, selecionamos três definições de pensadoras brasileiras, que nos auxiliam a entender como o campo foi se constituindo no país.

Em primeiro lugar, distinguimos a definição da museóloga Regina Monteiro Real, graduada pelo Curso de Museus e então Conservadora do Museu Casa de Rui Barbosa, que, em 1958, publicou o livro “*O Museu Ideal*”, abordando noções elementares de Museologia. Para a autora:

MUSEOLOGIA é uma ciência nova, que vem sendo posta em evidência há apenas uns trinta anos. Sua significação não é comumente encontrada em enciclopédias e dicionários, exceto na última edição do *Larousse* que diz: ‘MUSEOLOGIA – CIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS’ – definição perfeita e concisa resumindo tudo aquilo, que poderíamos sugerir:

CIÊNCIA, porque conjunto de conhecimentos coordenados relativamente a determinados objetos e

ORGANIZAÇÃO, porque resultante de um critério seletivo obedecendo a princípios técnicos. (REAL, 1958, p.5)

A citação de Regina Real nos permite compreender como o campo era pensado ainda em suas primeiras décadas de estudo no Brasil. Graduada pelo Curso de Museus em 1937, portanto, na quinta turma de graduados, ela vivenciou o ensino da Museologia como disciplina prática, preocupada em se estabelecer como ciência técnica. Como membro da Organização Nacional do ICOM – ONICOM, Real manteve-se a par das discussões internacionais sobre museus e Museologia. A ONICOM, criada em 1948, estimulou as discussões sobre o campo, principalmente através das edições do Congresso Nacional de Museus – CNM, que fomentaram o pensar museal e museológico. A partir da década de 70, uma nova geração de museólogos e profissionais de museus, formados sob uma outra égide cultural e intelectual, buscou teorizar o campo museológico, culminando em um importante desenvolvimento na Museologia.

Para a Museologia na contemporaneidade, podemos utilizar como base teórica duas vertentes brasileiras, expressas nas citações a seguir:

A Museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade; é, também, a ciência que estuda a relação entre o Homem e o Objeto, ou o Artefato, tendo o Museu como cenário desse relacionamento. Ciência em construção, a Museologia vai se libertando da mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o **fato museológico**, desde a sistematização do objeto exposto dentro de uma semântica que o torna inteligível em si e dentro de um contexto, passando pela relação “Homem-Objeto” e chegando à mais profunda reflexão sobre o relacionamento

**“Museu-Homem-Sociedade”** (RÚSSIO, 1979 apud BRUNO, 2010, p.78, grifos nossos)

A Museologia deve ser compreendida, hoje, como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do fenômeno Museu, enquanto representação da sociedade humana, nos diferentes tempos e espaços sociais. Como tal, **abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o Homem e o Real**, representadas nas diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio tangível e intangível das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais. **Como disciplina acadêmica, tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio total da humanidade.** Possui também uma terminologia específica, ora em desenvolvimento, que permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento, tanto na teoria como na prática. Quanto às bases filosóficas da Museologia, dimensionam-se a partir da investigação das múltiplas relações entre o Museu e o Real, nos diferentes sistemas filosóficos [...]. (SCHEINER, 2005a, p.96, grifo nosso)

O fato museológico, ou fato museal, ao qual Waldisa Rússio se refere, é o objeto de estudo da Museologia, que seria a relação profunda entre o homem e o objeto dentro do museu, mencionada na citação acima. Este conceito é teorizado por ela a partir de suas reflexões sobre o conceito de fato social, de Durkheim, demonstrando um intenso diálogo da autora com a Sociologia. Dessa forma, Rússio pensa a Museologia inserida nas Ciências Sociais (CARVALHO, 2011, p.156). Ao assinalar “uma profunda reflexão sobre o relacionamento ‘Museu-Homem-Sociedade’”, ela frisa o papel central da Museologia e de seus profissionais para o desenvolvimento teórico e social dentro dos museus. Tereza Scheiner, formada pelo Curso de Museus na turma de 1970, por outro lado, possui uma visão holística, entendendo o Museu como fenômeno, passível de múltiplas interpretações do Real, e a Museologia como Filosofia. Por esta visão, a Museologia é entendida como um campo que se desenvolve primeiramente entre as Ciências Humanas (CARVALHO, 2011, p.156).

As autoras nos permitem visualizar as fecundas discussões dentro do campo museológico e como é essencial a produção da área. Scheiner assinala que

pensar a Museologia é, pois, um fascinante exercício intelectual, que nos permite uma aproximação organizada a diferentes sistemas de pensamento, na tentativa de contribuir para o amadurecimento teórico do campo (SCHEINER, 2005, p. 178 apud CARVALHO, 2011, p.154).

A organização da Museologia como disciplina para o desenvolvimento dos museus modernos, portanto, é um processo fundamental para a história da preservação do

patrimônio na medida em que se debruça sobre as dinâmicas sociais entre a instituição, o patrimônio exposto e o público.

O percurso corrido desde o século XVIII até os dias atuais, no que diz respeito aos museus e sua gestão, foi árduo e repleto de tentativas fracassadas. Choay (2006) aponta que em 1790, Bréquigny<sup>10</sup>, presidente da Comissão para criação de depósitos para o patrimônio, prevê nos artigos 1 e 2 da 2ª parte de sua *Mémoire*, uma divisão homogênea dos museus no conjunto do território francês, mas que a “**inexperiência e imaturidade em matéria museológica** impediram a realização dessas grandes ambições” (CHOAY, 2006, p.101, grifo nosso). Mais adiante, a autora menciona “as dificuldades da mentalidade museológica nascente” (2006, p.104) ao se referir ao empreendimento de Alexandre Lenoir<sup>11</sup>, denominado *Musée des Monuments Français*, um depósito de acumulação de fragmentos de arquitetura e de escultura aberto ao público e organizado por ele. Françoise Choay assinala que esse desejo de preservação do patrimônio não era apoiado em conhecimento histórico e possuía princípio seletivo nulo. Por estes comentários, podemos frisar o papel primordial da construção de um campo voltado para pensar os museus, inicialmente denominado Museografia, e a partir de meados do século XX, chamado Museologia.

Desvallées e Mairesse (2013, p.58) apontam que por muito tempo a palavra *museografia* foi usada em concorrência ao termo *museologia*, designando os estudos e práticas pelas quais os museus eram responsáveis. Sá (2013, p.39) assinala que o termo *museografia* começou a ser utilizado para se referir a uma disciplina no início do século XX, no período entre guerras, difundido principalmente pela revista *Museion*, publicada entre 1927 e 1946 pelo *Office International des Musées - OIM* (Escritório Internacional de Museus). De fato, o primeiro curso do tipo foi o Curso de Museografia da *École du Louvre*, criado em 1927, que serviu como matriz referencial para a criação do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional. Waldisa Rússio aponta que:

[...] a Museologia nasce com a Museografia para, aos poucos, vencer a gradação que separa o *grapho* do *logos*. Assim, de início temos efetivamente a Museografia, mera descrição do fato museológico e soma de conhecimentos práticos servindo à finalidade de montagem de exposições e apresentação de objetos. Porém, gradativamente, à medida que se desenvolvem os próprios museus, a Museografia vai se constituindo em aspecto de uma ciência em construção, a Museologia. E esta se faz, cada vez mais, sistema de conhecimento, resultante de observação e experimento com método próprio, partindo para a formulação de leis e o

---

<sup>10</sup> Louis-Georges de Bréquigny (1715-1785), historiador e paleógrafo francês.

<sup>11</sup> **Alexandre Lenoir** (1762-1839), medievalista francês.

reconhecimento do fato museológico, definido em categorias e hierarquizado. (RÚSSIO, 1979 apud BRUNO, 2010, p.78)

A partir de meados do século XX, o termo museografia passa a ser definido como a parte prática da Museologia, ou seja, o conjunto de técnicas das funções museais, o que concerne à administração dos museus, à preservação (conservação, restauração, documentação) e à comunicação (exposição e educação).

Dessa forma, junto à Museografia-Museologia foi se moldando seu profissional, o *museólogo*. Seguindo uma matriz francesa, em que os profissionais de museus eram denominados *conservateurs*, o profissional no Brasil foi designado, inicialmente, como *Conservador de Museus* e sua formação teve início com a criação do Curso de Museus do MHN. Como aponta Sá (2019, p.88), embora o Curso de Museus tenha se consagrado com este nome, não raro havia nos noticiários, desde o final da década de 1930, referências a ele como Curso de Museologia; quanto à disciplina Técnica de Museus, responsável pelo ensino do conhecimento técnico museológico – noções de gestão, documentação, pesquisa, conservação-restauração e exposição –, ministrada, até 1951, por Gustavo Barroso, o autor aponta que era ocasionalmente chamada de Museologia, “denominação que só apareceria oficialmente, como disciplina, no início da década de 1970” (SÁ, 2019, p.88). Em seu livro “*Introdução à Técnica de Museus – Parte Geral e Básica*”, lançado em 1946, Gustavo Barroso procurou construir um suporte didático da disciplina mencionada, tendo tanto o livro e a disciplina, portanto, executado papel fundamental nos estudos da Museologia. Ainda em 1946, Barroso já realizava uma definição da Museologia e designava o profissional como *museólogo*, apesar do instituído à época ser *conservador de museus*:

Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar os seus objetos. O termo é recente e resultou dos trabalhos técnicos realizados nos últimos decênios sobre a matéria. A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição dos Museus se enquadre nas fronteiras da Ciência dos Museus. **Museólogo, portanto, é o técnico ou entendido em Museus.** (BARROSO, 1951, p.6, grifo nosso)

Na comunicação “*Quem são e o que são os museólogos?*”, Waldisa Rússio realiza uma breve análise sobre as raízes históricas deste profissional, trazendo para a sua contemporaneidade uma discussão que enfatiza a formação, a ação, a categoria e o trabalho social do profissional. A autora destaca que:

O museólogo é, pois, um técnico, na medida em que exerce seu trabalho

cotidiano, aplicando conhecimentos científicos extremamente diversificados e complexos. Qualquer que seja a sua especialização, o técnico de museu deve ter, hoje, noções que vão das Ciências da Conservação até as Ciências da Comunicação, passando por um sólido embasamento antropológico. Isso significa que ele deve reunir funções de Curador, de Conservador e de Museólogo propriamente dito. Assim, exige-se do Museólogo que conheça o objeto testemunho (identificação, classificação, pesquisa, documentação, semiologia etc.), que conheça o homem, criador de artefatos ou simples observador ou conhecedor de objetos, aquele a quem agora se destina a mensagem contida no objeto (fisiologia, psicologia, antropologia etc.), que conheça a natureza da relação a se estabelecer entre o homem e o objeto (afetiva, racional, cognitiva) e o cenário no qual homem e objeto passam a dialogar (a instituição museal): o objetual, o humano e o social e as suas múltiplas redes de interações possíveis. (RÚSSIO, s.d, apud BRUNO, 2010, p.241)

A descrição acima sinaliza o papel fundamental do museólogo na construção do campo dos museus e para a salvaguarda do patrimônio. Rússio assinala o caráter interdisciplinar da função do museólogo e sublinha seu importante papel social. Por isso, analisar como se constituiu a formação deste profissional é de suma importância para entendermos a base disciplinar de sua atuação, bem como a sua relevância para a gestão do patrimônio cultural.

O artigo 3º, parágrafo V, da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que regulamentou a profissão do museólogo, aponta a coleta, a conservação, a preservação e a divulgação do acervo museológico como atribuições desta categoria, ou seja, a gestão de acervos. Como veremos ao longo deste trabalho, desde sua primeira matriz curricular, de 1932, o Curso de Museus instituiu a conservação, a documentação, a exposição e a pesquisa de acervos como conteúdos-base da formação de um profissional de museus. O caráter interdisciplinar ao qual Waldisa Rússio se refere é igualmente notado desde a criação do Curso. Além de ser precursor em estudos de Museografia-Museologia e Preservação-Conservação-Restauração, o curso inaugurou no Brasil o estudo da História da Arte brasileira, da Arte Popular/Folclore e da Arqueologia especificamente brasileira. Todas estas disciplinas culminavam no propósito maior de gestão das diversas categorias de acervos museológicos, um somatório de tudo o que representa a Preservação. Portanto, pensar a Museologia e os Museus implica necessariamente em pensar na Preservação e em meios para assegurar a salvaguarda dos acervos museológicos que constituem o patrimônio nacional.

### 1.1 Breve trajetória dos *conservadores* brasileiros

Os termos *Preservação* e *Conservação* são muitas vezes assimilados como sinônimos. Entretanto, no campo do patrimônio, devemos distinguir suas particularidades. Na seção anterior, trabalhamos com o conceito de *Preservação* e concluímos que ele pressupõe uma mentalidade que visa proteger e salvaguardar o patrimônio cultural, cuja proteção é possível por meio de políticas que buscam administrar, documentar, pesquisar, conservar e comunicar os bens culturais. Logo, a *Conservação* é um dos procedimentos aplicados da *Preservação*, e é definida pelo Comitê de *Conservação* do ICOM (ICOM-CC) como

Todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a **conservação preventiva**, a conservação curativa e a restauração (...). (ICOM-CC, 2008, p.2, grifo nosso)

A partir das discussões até aqui apresentadas, pudemos compreender o papel fundamental da *Preservação* e de seus procedimentos dentro dos museus, bem como observar como o museólogo é figura central para preservar os bens patrimoniais. Indo de acordo com a definição do ICOM-CC, a atuação deste profissional insere-se no que reconhecemos como *Conservação Preventiva*, que de acordo com o Comitê conceitua-se como:

*Conservação Preventiva* - todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam aparência. *Alguns exemplos de conservação preventiva incluem as medidas e ações necessárias para o registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, controle das condições ambientais (luz, umidade, poluição atmosférica e controle de pragas), planejamento de emergência, treinamento de pessoal, sensibilização do público, aprovação legal.* (ICOM-CC, 2008, p.3, grifo dos autores)

Podemos concluir, a partir da definição acima, que a conservação é uma das principais atividades desenvolvidas pela Museologia, mais especificamente pela Museologia Aplicada, ou seja, pela prática museográfica. Na seção seguinte, teremos a oportunidade de analisar a disciplina Técnica de Museus, em que observaremos o ensino e o preparo dos alunos para as atividades listadas acima. De fato, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação, muitos museólogos foram pioneiros neste campo, destacando-se na

conservação preventiva e até mesmo na área da restauração<sup>12</sup>. Carmo e Granato (2020), ao investigarem a interdisciplinaridade entre os campos da Museologia e da Conservação apontam que

[...] a Museologia e a Conservação são campos com **reciprocidade de trocas de conhecimento**, em um intenso processo de “fertilização” e “cooperação interdisciplinar” (Pinheiro, 2012). Para Lima, os campos possuem uma linha invisível que os delimitam, denominada de “fronteira de conhecimento” (Lima, 2013, p. 383), sendo a Museologia e a Conservação campos de “conhecimento fronteiro” por “representar a idéia do processo que se dá na zona de confluência das fronteiras do conhecimento, o espaço de interseção ou justaposição existente nas áreas/disciplinas envolvidas” (Lima, 2007, p. 2) (CARMO; GRANATO, 2020, p.104, grifo nosso).

Como já mencionado, a primeira denominação do museólogo no Brasil, *Conservador de Museus*, muito nos permite refletir sobre o entrelaçamento entre o campo da Museologia e o da Conservação. O contexto da criação do Curso de Museus nos possibilita avaliar esta próxima relação entre estes dois campos, o que nos influencia a pesquisar o papel do Curso e dos museólogos também para a consolidação da Conservação e buscar compreender como ela se faz presente como uma das principais atividades realizadas pelos museólogos. Dessa forma, podemos realizar uma breve análise inicial sobre a trajetória da Conservação no Brasil e sua relação com a Museologia, através das atividades inauguradas pelo Curso de Museus e pela atuação dos Conservadores de Museus frente à preservação do patrimônio.

Aloisio Arnaldo Nunes de Castro, em sua tese de doutorado intitulada “*Do Restaurador de Quadros ao Conservador-Restaurador de bens culturais: o corpus operandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980*”, assinala que em 1855, durante a reforma de modernização da Academia Imperial de Belas Artes – AIBA, conhecida como Reforma Pedreira<sup>13</sup>, foi criado o cargo de “*Restaurador de Quadros e Conservador de Pinacoteca*”, tendo sido designado para o cargo o pintor Carlos Luís do Nascimento, indivíduo com extenso currículo artístico<sup>14</sup>. Castro (2013, p.36) aponta que esta iniciativa

<sup>12</sup> “Restauração – Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem. *Alguns exemplos de restauração incluem o retoque de uma pintura, reconstituição de uma escultura quebrada, a remodelação de uma cesta, a reintegração de perdas em um vaso de vidro.*” (ICOM-CC, 2008, p.3, grifo dos autores)

<sup>13</sup> Proposta por Manuel Araújo Porto-Alegre (1806-1879), apoiado por D. Pedro II (1825-1891), possui este nome em referência ao Ministro do Império em 1854, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro.

<sup>14</sup> Segundo Castro (2013), Carlos Luís do Nascimento (1812-1876) foi discípulo de Debret (1768-1848) e de Grandjean de Montigny (1776-1850), professor de pintura histórica da AIBA e, “à época de sua nomeação para o cargo, Nascimento já contava com prêmios relacionados ao seu desempenho no campo da pintura histórica,

evidencia a inserção e a construção do espaço social do profissional da conservação-restauração na esfera do funcionalismo público, pois até então não constava a presença deste funcionário nos documentos da AIBA. Nascimento manteve a função por vinte e dois anos e, segundo o autor, o balanço do percurso deste profissional aponta para a **inexistência de uma formação especializada para o exercício do cargo**, tendo a gênese do profissional de conservação e restauração no Brasil se dado por meios meritocráticos.

De acordo com suas pesquisas, Castro salienta que tanto as ações de restauração quanto de conservação de atribuição do cargo mencionado eram de cunho intervencionista, comum ao século XIX, que valorizava mais as características físicas da pintura em detrimento ao seu valor artístico e histórico. O autor, ao analisar os Estatutos da AIBA, estabelecidos pelo Decreto nº 1.603 de 1855, e mais especificamente o capítulo quinto, artigo 131 do referido texto, conclui que:

Embora não se tenha constatado sinais explícitos referentes às matrizes conceituais na elaboração da Reforma Pedreira, ou até mesmo referências concernentes à adoção de teóricos da conservação e restauração, poderíamos interpretar que apenas o 1º parágrafo do Art. 131 revela um princípio de natureza *violletiana*<sup>15</sup>, ou seja, a ação curativa em busca, assim, da unidade de estilo da obra de arte. Diametralmente opostos, os outros quatro princípios encontram sintonia na teoria de John Ruskin (1819-1900) na medida em que, por excelência, traduzem a preocupação não-intervencionista e focam a atividade da conservação. Contudo, observa-se na prática, por meio da pesquisa documental relacionada à AIBA, que **as ações intervencionistas prevalecem quantitativamente nos relatos em relação às práticas focadas na conservação.** (CASTRO, p.44, grifo nosso)

Castro ainda observa que a obra “*Restauração de Quadros e Gravuras*” (1855), de Manuel de Macedo<sup>16</sup>, reforça o papel dos pintores na tarefa da restauração, fossem profissionais de renome ou amadores (CASTRO, 2013, p.42), frisando o discurso oitocentista da indissociável concepção binária do artista-restaurador/pintor-restaurador (CASTRO, 2013, p.58). Ao longo de sua tese, ele assinala uma marcante relação de aluno e mestre, principalmente através do cargo de “*Ajudante de Conservador de Pinacoteca*”, que era orientado por manuais europeus oitocentistas, com técnicas subordinadas à pintura e com função didática para as aulas de desenho e pintura; não se pensava no valor histórico da conservação-restauração.

---

conferidos pela AIBA, a saber: em 1835, a grande medalha de ouro em pintura histórica; em 1836, a medalha de prata da pintura histórica (oferta de D. Pedro II) e, em 1837, menção em pintura histórica” (CASTRO, 2013, p.51).

<sup>15</sup> Em referência à Eugène Emmanuel **Viollet-le-Duc** (1814-1879), arquiteto e teórico da restauração.

<sup>16</sup> Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), escritor brasileiro, conhecido por sua obra-prima, *A Moreninha*, é Patrono da cadeira nº. 20 da Academia Brasileira de Letras.

Após a proclamação da República, em 1889, por meio do Decreto nº 983, de 8 de novembro de 1890, a AIBA passa a denominar-se Escola Nacional de Belas Artes – ENBA e são aprovados novos estatutos para a instituição. A mudança, sob responsabilidade de Rodolfo Bernardelli<sup>17</sup> e Rodolfo Amoedo<sup>18</sup>, se deu em prol dos novos ares republicanos, visando a modernização do ensino de belas artes e o rompimento com cânones academicistas. Segundo Castro (2013, p.75), embora tenha ocorrido a mudança da nomenclatura do cargo de “Restaurador de Quadros e Conservador de Pinacoteca” para “Conservador”, e posteriormente, em 1911<sup>19</sup>, para “Conservador-Restaurador”, não houve mudanças significativas no perfil do profissional, sendo ainda utilizadas referências de manuais do século XIX, permanente a associação entre artista e conservação-restauração, além do cunho intervencionista no reparo das obras. Conforme o decreto mencionado, ao conservador competiria “a conservação e a restauração dos quadros, das gravuras e estampas de architectura, dos fragmentos de decorações architectonicas, das collecções de esculptura, e outros que lhes serão confiados” (BRASIL, 1890).

De nossa análise da tese mencionada, chegamos à conclusão de que, embora houvesse o uso do termo *conservação*, o que era realizado na AIBA/ENBA era associado à *restauração*, não havendo preocupação com os princípios e práticas da Conservação, ou seja, ações preventivas. O Curso de Museus, ao ser criado em 1932, trouxe, por outro lado, a inovação de uma aprendizagem da conservação-restauração voltada para o valor histórico, artístico, arqueológico e etnográfico dos objetos dos museus e de cunho preventivo. O foco passou a ser a *conservação*, ao contrário do que concluímos da atuação da AIBA/ENBA, que era focada na *restauração*.

Podemos encontrar no livro “*Introdução à Técnica de Museus - Parte Geral e Básica*” (1946), evidências desta vertente que Barroso implementou no Museu Histórico Nacional e no Curso de Museus. Em relação aos princípios da restauração, o autor aponta

- 1 — **Respeito a tudo o que se revestir de caráter artístico e histórico.**
- 2 — Utilização de materiais absolutamente adequados à restauração.
- 3 — Clara indicação de que se tiver de ajuntar ao conjunto por força da necessidade.
- 4 — Documentação fotográfica do estado anterior e do estado posterior à restauração. (BARROSO, 1951, p.83-84, grifo nosso)

---

<sup>17</sup> José Maria Oscar Rodolpho Bernardelli y Thierry (1852-1931), escultor e professor de artes plásticas mexicano naturalizado brasileiro.

<sup>18</sup> Rodolfo Amoedo (1857-1941), pintor e professor de artes plásticas.

<sup>19</sup> Decreto nº 8.964, de 14 de Setembro de 1911, aprova o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes.

Quanto ao cunho preventivo, Barroso comenta que:

Antes de tudo, **a conservação deve ser eminentemente preventiva**. Toda higiene é preferível aos remédios. Não se deve deixar o mal agravar-se, evitando-se as ações deletérias do vento, do sol, do calor, da humidade, o acúmulo de sujeira que obriga a lavagens perigosas e, nos quadros, as crôstas contínuas de verniz. Toda conservação e toda restauração requerem duas virtudes essenciais: paciência e modéstia. Paciência na defesa constante e na meticulosidade do trabalho a ser empreendido. Modéstia em não querer fazer coisas extraordinárias, sempre prejudiciais, em não querer ajuntar nada de si, dando asas à sua vaidade de restaurador, em não se arriscar a fundo, convicto de sua competência ou habilidade (BARROSO, 1951, p.84-87, grifo nosso)

A posição de Barroso quanto à conservação e à restauração era contemporânea com as discussões da época, enquanto a vertente ainda empregada na ENBA indicava, segundo Castro, “um descompasso com o cenário internacional preservacionista da década de 1930, no qual já se despontavam os conceitos e práticas técnico-científicas de conservação e restauração” (CASTRO, 2013, p.98). Isto justifica o porquê na Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que reorganiza o Ministério da Educação e Saúde – MES, oculta-se o cargo de “Conservador-Restaurador” dos quadros do funcionalismo público. Nesta mesma lei é criado o Museu Nacional de Belas Artes – MNBA, dessa forma, a coleção de obras da ENBA passa a pertencer ao recém criado museu.

O governo de Getúlio Vargas, por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, investiu na criação de museus, pois entendia a importância central destas instituições na disseminação e manutenção das políticas nacionalistas, populistas e culturais. Após o golpe que instituiu o Estado Novo, Getúlio Vargas assina o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, criando o SPHAN. Logo em seus primeiros anos o Serviço criou alguns museus, dentre eles podemos destacar o já citado Museu Nacional de Belas Artes e também o Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro; o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; o Museu do Ouro e o Museu da Inconfidência, em Minas Gerais.

Para exemplificar esta importância dada aos museus na década de 1930, podemos citar Darylle Williams (1997), que realiza uma relevante análise sobre a relação de Getúlio Vargas com o Museu Histórico Nacional e o uso da instituição como instrumento ideológico do estadista. O presidente mantinha uma relação direta com o museu, através de doações e recebendo honorarias em troca. Como exemplo, podemos citar o fato de Vargas ter assumido o governo à 3 de novembro de 1930, tendo poucos dias depois, em 19 de novembro, Dia da Bandeira, doado uma bandeira usada pelas forças revolucionárias no estado do Paraná ao MHN (WILLIAMS, 1997, p.141). Entretanto, Williams (1997) destaca que durante o Governo

Provisório Vargas ainda mantinha uma certa distância da instituição, tendo sido o Estado Novo o marco da incidência de apoio presidencial, com visitas realizadas em 10 de junho de 1939 e 16 de junho de 1945. Esta última data é ainda mais simbólica pois foi marcada pela inauguração da “Sala Getúlio Vargas”, que expunha os objetos doados pelo estadista deste 1930.

**Figura 01** - Fotografia da Sala Getúlio Vargas



Fonte da imagem: BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus, vol. 1, p.9. Coleção Antônio Pimental Winz, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

Decerto, o Estado brasileiro reconheceu o papel central das instituições museológicas como lugar oficial da proteção do patrimônio nacional, padrão adotado pelos estados nacionais desde o século XVIII. As referências internacionais do início do século XX apontavam para uma centralização ainda maior da área da preservação-conservação-restauração dentro dos espaços museológicos. As décadas de 1920 e 1930, principalmente, marcaram uma grande divulgação dos museus como espaços de preservação, ao ter sido criado o *Office International des Musées* – OIM (Escritório Internacional de Museus), no intuito de estabelecer “vínculos entre todos os museus do mundo, a organização de intercâmbios e congressos, assim como a unificação dos catálogos” (MAIRESSE, 1998, p. 25 apud LIMA, 2012, p.41). O OIM foi responsável, por exemplo, pela realização, em

outubro de 1930, da *Conferência Internacional de Roma*, voltada para o estudo de métodos científicos aplicados para o exame e a conservação de pinturas; e, em outubro de 1931, da *Conferência internacional pela proteção e conservação dos monumentos históricos e artísticos* (tradução nossa)<sup>20</sup>, ou Conferência de Atenas (CRUZ, 2014, p.78). A Conferência de Roma foi o primeiro fórum de debates e reflexões sobre a importância fundamental da Conservação, ao passo que a Conferência de Atenas consistiu no primeiro documento que estabeleceu princípios para a preservação de monumentos, a chamada Carta de Atenas, válida até a atualidade, ou seja, duas iniciativas primordiais de preservação que despontaram do âmbito dos museus.

Ainda para elucidarmos sobre a relevância dos museus para a Preservação e para a Conservação, apontamos Carmo e Granato (2020), que destacam como fato primordial para o entrelaçamento entre o campo da Museologia e da Conservação os primeiros laboratórios de conservação e restauração em museus, tendo sido os primeiros o *Atelier de Moulage et de Galvanoplastie do Musée des Antiquités Nationales*, de *Saint-Germain-en-Laye*, criado em 1866, o *Laboratoire du Musée d’Ethnographie du Trocadéro*, em Paris, criado em 1882, e o *Staatliche Museum* de Berlim, com registros desde 1888 (CARMO; GRANATO, 2020, p.108).

Outro fato importante, que demonstra a relevância dos museus e de seus profissionais para a preservação do patrimônio, foi a criação, no MHN e sob responsabilidade de Gustavo Barroso, da Inspeção de Monumentos Nacionais – IMN, em 1934, primeira instituição de caráter nacional<sup>21</sup> voltada para a proteção do patrimônio. A atuação desta inspeção<sup>22</sup>, entretanto, se limitou à restauração de certo número de monumentos históricos da cidade mineira de Ouro Preto, tendo sido a IMN desativada em 1937, sucedida pelo SPHAN. Márcia Chuva aponta:

A principal diferença entre eles [IMN e SPHAN] seria caracterizada pela ausência de autonomia concedida à IMN na definição do patrimônio a ser protegido, tendo papel apenas propositor. Ao SPHAN, ao contrário, seria concedida autonomia absoluta, pela estrutura burocrática-administrativa e

---

<sup>20</sup> *Conférence internationale pour la protection et la conservation des monuments d’art et d’histoire*.

<sup>21</sup> Durante a década de 1920, projetos de leis de cunho regionais visaram a institucionalização da proteção do “patrimônio nacional”. As iniciativas foram encaminhadas ao Congresso Federal, partindo de representantes de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco: em 1923, o pernambucano Luiz Cedro propôs a organização da defesa dos monumentos nacionais; em 1924, o mineiro Augusto de Lima Júnior apresentou uma proposta de proibição de saída do país de obras de arte tradicional; e em 1930 (reapresentado em 1935), o baiano José Wanderley de Araújo Pinho propôs a criação de uma Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais. Acrescenta-se que, em 1920, Alberto Childe e Bruno Lobo elaboraram um anteprojeto de proteção do patrimônio arqueológico “pré-histórico”, diferente dos demais por não possuir cunho regional e não privilegiar o patrimônio histórico e artístico. Tais projetos, entretanto, não tiveram êxito (CHUVA, 2017, p.154-160).

<sup>22</sup> Ver: MAGALHÃES, 2004.

legal que lhe foi dada, organizando os meios próprios para definir, selecionar e incluir bens da cultura material na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional. (CHUVA, 2017, p. 125)

Mais adiante em seu trabalho, Chuva conclui que “a vertente tradicionalista de Barroso não detinha capital político suficiente no contexto em que foi tornada hegemônica pelo grupo de Capanema” (2017, p. 132). Entretanto, podemos afirmar que, embora Barroso tenha perdido hegemonia na proteção do patrimônio para o SPHAN, sua influência, quando se tratava de museus, era predominante, já que as instituições museológicas criadas pelo novo órgão foram organizadas e geridas por egressos do curso do qual Barroso era diretor e professor. Se por um lado Barroso se sentiu ressentido pela perda de autoridade nas questões relativas à proteção do patrimônio edificado, possuía domínio oficializado na gestão dos acervos museológicos, de bens móveis e integrados.

No artigo “*O Sphan e a cultura museológica no Brasil*” (2009), Leticia Julião aponta que as realizações museológicas do SPHAN foram tímidas se comparadas com a proteção do patrimônio edificado, não sendo uma prioridade da política da instituição o tombamento de acervos ou instituições museais (JULIÃO, 2009, p.142). A autora apresenta os dados de que, durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>23</sup>, a soma dos acervos, coleções ou bens móveis isolados inscritos em livros de tombos foi de 31 inscrições, o que representou 4,5% do total de 689 inscrições efetuadas entre 1938 e 1967 (JULIÃO, 2009, nota 2, p.157).

Ribeiro e Silva, no artigo “*Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco*” (2010), realizam uma importante análise do papel dos inventários como ferramenta de preservação do patrimônio cultural material e assinalam que, apesar do Decreto-Lei nº 25/1937 prever a realização de inventários como forma de preservação patrimonial, foi apenas na década de 1970 que o IPHAN (nova denominação do SPHAN) iniciou a realização de inventários de bens móveis e integrados (RIBEIRO; SILVA, p.82). Em contrapartida, desde a criação do Curso de Museus, a preservação das coleções de bens móveis e integrados, que incluía o ensino e a prática das técnicas de catalogação e inventariação, foi priorizada.

Segundo as autoras:

Os bens móveis, por sua natureza física, encontravam-se mais sujeitos ao vandalismo, à destruição pelas intempéries naturais e ao comércio ilícito, e

---

<sup>23</sup> Presidente do SPHAN de 1937 a 1967.

sua preservação exigia soluções diferentes da dos bens imóveis, cujo problema a ser enfrentado, naquela ocasião, era o da reutilização de espaços.

Esta problemática é, ainda hoje, a tônica da gestão dos bens culturais móveis. **Sua preservação é uma das mais difíceis tarefas no campo do patrimônio**, face às reduzidas dimensões dos objetos a serem protegidos, à fragilidade dos suportes, à mobilidade intrínseca às suas funções de uso, ao tráfico ilícito de obras de arte e antiguidades, à ocorrência de sinistros e, por fim, à deterioração imposta pelo tempo. (RIBEIRO; SILVA, p. 80 e 81, grifo nosso)

Julião (2009, p.145) aponta que dentre as ações museológicas realizadas pelo SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade se encarregava diretamente da formação de acervos, buscando pareceres de peritos para, assim, assegurar que um critério rigoroso na aquisição de objetos estava sendo realizado. Dentre os peritos, estava o nome de Gustavo Barroso, juntamente com Francisco Marques dos Santos<sup>24</sup>, J. Wasth Rodrigues, Alberto da Veiga Guignard, Djalma Guimarães, Sylvio de Vasconcellos e Antonio Joaquim de Almeida (JULIÃO, 2009, p.145). A autora igualmente assinala a atuação de **Lygia Martins Costa**, primeira mulher museóloga do IPHAN<sup>25</sup>, formada pelo Curso de Museus em 1939, na sistematização e aplicação de conhecimentos para a formação e a gestão de coleções (JULIÃO, 2009, p.145). Lygia, além de seu pioneirismo como museóloga no IPHAN, teve atuação decisiva nas políticas de gestão do patrimônio móvel e integrado, tendo sido uma das desenvolvedoras do conceito de “bens integrados” dentro da instituição. Costa comenta, no artigo “*Bens Integrados. Conceituação e exemplos*”, de 1981:

Percebemos, então, que esses bens a rigor formavam uma classe à parte, por não se enquadrarem na categoria de bem imóvel nem na de bem móvel, participando todavia de ambas. E por isso se encontravam marginalizadas pelos técnicos de uma e outra área.

Por sua própria peculiaridade denominamo-los de bens integrados. Reunindo nesta nova categoria todos aqueles que de tal modo se acham vinculados à superfície construída – interna ou externa – que dela só podem ser destacados, com sucesso, mediante esforço planejado e cuidadoso, assim mesmo deixando em seu lugar a marca da violência sofrida. (COSTA, 2002, p.318)

Em outro artigo, “*De museus, museologia e museólogos*”, de 1982, Costa evidencia o papel central do museólogo para a gestão de bens móveis e integrados, a partir de sua experiência como profissional dentro de um órgão do patrimônio:

Os serviços de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional e

<sup>24</sup> Aluno ouvinte da primeira turma do Curso de Museus (1932-1933).

<sup>25</sup> O primeiro museólogo do IPHAN foi **Alfredo Teodoro Russins** (1912-1978), formado pelo Curso de Museus em 1937. Ingressou no IPHAN em 1943 e aí trabalhou por mais de três décadas, até seu falecimento (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.42).

estaduais se debatem na falta de quem proceda ao inventário sistemático de nossos bens móveis e integrados. **De todos os profissionais que o país prepara, até hoje os museólogos são os que recebem na universidade a informação básica para o serviço**, pelo fato de parcela expressiva do acervo dos museus históricos-artísticos constituir-se justamente dessa categoria de peças. E sem esse inventário verifica-se repetidamente o desvio de bens valiosos das igrejas. Sem que se tenha como identificá-los. A tomarem destino ignorado, em prejuízo do conhecimento e posse definitiva de nosso patrimônio cultural. (COSTA, 2002, p.67-68, grifo nosso)

Portanto, a partir do apresentado, podemos perceber a autoridade que Barroso e ex-alunos do Curso de Museus detinham, representados por Lygia Martins Costa e inúmeros outros egressos, nos assuntos referentes à museus e à constituição e salvaguarda de suas coleções. Os bens móveis e integrados sempre foram o foco da formação em Museologia. Como veremos adiante, a gestão e preservação desta tipologia de patrimônio são conteúdos centrais das “técnicas de museus” inauguradas pelo Curso.

Com a criação do Curso, em 1932, o papel central dos museus e a necessidade da formação de profissionais específicos para a guarda do patrimônio musealizado foi legitimada. Um exemplo desta demanda profissional foi o primeiro concurso público para o cargo de “Conservador de Museus”, entre 1939 e 1940, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. A partir deste concurso e a referida Lei nº 378, que ocultou o cargo de “Conservador-Restaurador” da ENBA, legitima-se o papel do museólogo como conservador oficial do patrimônio, sobretudo das coleções musealizadas.

Não havia, na esfera pública e na privada, um cargo e nem uma outra formação específica para gestores de museus ou de outras instituições do patrimônio. O próprio SPHAN dependia de profissionais de diversas formações, principalmente arquitetos, para a gestão e conservação-restauração dos monumentos abarcados por suas políticas preservacionistas, padrão mantido até hoje. Somente em 2004, o então IPHAN, criou um Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, buscando uma maior especialização para graduados em diversas áreas do conhecimento que desejam atuar no campo. Analisando as disciplinas<sup>26</sup> da pós-graduação e suas ementas, podemos destacar que o conhecimento inaugurado pelo Curso de Museus, mais especificamente na disciplina Técnica de Museus, e desenvolvido pela formação em Museologia até os dias atuais, encontra-se no conteúdo programático do mestrado, em se tratando da gestão e preservação de coleções e suas diversas tipologias, como na disciplina “Coleções e

---

<sup>26</sup> Ver: <<http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/307>>

*Acervos: proteção legal e pesquisa*”, “*Acervos Documentais: preservação e acesso*”, “*Patrimônio Arqueológico: legislação e pesquisa*” e “*Arte e Patrimônio: construção de sentidos*”.

Também não havia na AIBA ou na ENBA uma disciplina específica de conservação de obras de arte ou monumentos, como podemos constatar no regulamento da ENBA de 1911 (ver Anexo 1). O aprendizado se dava pela dinâmica mestre-aprendiz, através do cargo de “*Assistente do Conservador-Restaurador*”, que funcionava como um estágio na Pinacoteca da instituição, na área da restauração de pinturas. Somente em 1951, na então denominada Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade do Brasil (atual UFRJ<sup>27</sup>), Edson Motta<sup>28</sup> inaugura a disciplina “*Teoria, conservação e restauração de pintura*”. Castro (2013, p.203) afirma que esta disciplina criada por Motta teria iniciado o ensino da conservação e restauração no ensino superior no Brasil, entretanto, gostaríamos de apontar o papel pioneiro do Curso de Museus na introdução de princípios e práticas de conservação-restauração no país pelo menos 18 anos antes.

Embora a formação do museólogo não englobe a prática da restauração, através da disciplina Técnica de Museus foram abordadas as diretrizes da restauração, além de conceitos e técnicas de conservação preventiva e curativa de bens culturais, inclusive associadas a uma proposta preservacionista mais ampla em termos de gestão, documentação, organização e exposição. O próprio Barroso salienta este caráter geral de preservação na prática museológica, não somente aquelas específicas de conservação, como manuseio, reserva técnica e acondicionamento, mas também de gestão. Ele evidencia a especificidade do restaurador, mas defende o conhecimento do conservador de museus em termos de restauração na medida em que este profissional é também um gestor de acervos museológicos. Segundo ele,

Sem dúvida, um diretor ou conservador de museu, não é propriamente um restaurador. Há indivíduos especializados nos vários ramos do ofício. Mas aqueles funcionários precisam conhecer tecnicamente o assunto, a fim de poderem dirigir e criticar as restaurações que se fizerem necessárias, no âmbito de suas atribuições. (BARROSO, 1951, p.13)

Por conseguinte, ao apontarmos os dados apresentados, torna-se necessário realizarmos uma análise do conteúdo da disciplina Técnica de Museus para podermos argumentar como o Curso de Museus inaugurou conteúdos essenciais para a gestão do

---

<sup>27</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>28</sup> Edson Motta (1910-1981), pintor, restaurador e professor.

patrimônio museológico, como também foi pioneiro na inserção do estudo da conservação-restauração em sua organização, convergindo, dessa forma, na consolidação de critérios para a preservação patrimonial e no reconhecimento do museólogo como gestor dos bens móveis e integrados.

## 1.2 A disciplina Técnica de Museus

Como mencionado ao longo do capítulo, dentre as disciplinas do Curso de Museus, aquela que sedimentou as bases do saber museológico foi *Técnica de Museus*. Ministrada e organizada por Gustavo Barroso desde 1933, ano de sua implementação, a disciplina manteve-se regularmente no currículo do curso até o início da década 1970, quando este passou por diversas alterações experimentais. Em 1970, a disciplina foi desmembrada em *Museologia Teórica I e II*, *Museologia, Comunicação Museológica I e II* e *Museografia* (TOSTES, 2017, p.55). Em outra reforma experimental no ano de 1973, ressurgiu. Entretanto, em 1974 a nomenclatura é oficialmente suprimida por *Museografia* (I, II, III e IV) e *Museologia: Museografia* (TOSTES, 2017, p.61). Atualmente, na matriz curricular da Escola de Museologia da UNIRIO, implantada pela Resolução nº 3.439, de 15 de julho de 2010, as disciplinas obrigatórias que correspondem à Técnica de Museus são: Introdução à Museologia; Museologia (I, II, III, IV, V e VI); Informação e Documentação Museológica (I e II); Museologia e Comunicação (I, II, III, IV); e Museologia e Preservação (I, II, III e IV).

À frente da disciplina de 1933 a 1951, quando foi substituído por Octávia Correia de Oliveira<sup>29</sup>, Gustavo Barroso, que já era responsável pela direção do MHN desde 1922, possuía importante experiência prática e extenso conhecimento literário sobre administração de museus e a preservação de seus acervos. Ao estruturar Técnica de Museus, Barroso lançou as bases de como a formação em Museologia seria dali para frente. A partir de suas aulas e do material analisado para compor o programa da disciplina, Barroso lança em 1946 o primeiro volume do livro *Introdução à Técnica de Museus*, Parte Geral e Básica, e em 1947 o segundo volume, Parte Especializada.

A Parte geral correspondia ao texto *“Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração”*; a básica, ao texto *“Noções de Cronologia, Epigrafia, Bibliografia, Diplomática e Paleografia”*; e a especializada apresentava *“Noções de Heráldica, Bandeiras, Condecorações, Armaria, Arte Naval, Viaturas, Arquiteturas, Indumentária, Mobiliário, Cerâmica e Cristais, Ourivesaria, Prataria e Bronzes, Máquinas e*

---

<sup>29</sup> Octávia Correia de Oliveira (1908-1998), graduada pelo Curso de Museus em 1938.

*Instrumentos de Suplício*". Sá (2019, p.XXXVII) aponta que “*Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração*” é fundamental para o estudo das bases teóricas da Museologia no Brasil, correspondendo principalmente aos estudos relativos à gestão, documentação, informação, conservação, educação e comunicação. O autor salienta que o prefácio deste primeiro volume é datado de outubro de 1945, ano de implementação da matriz curricular de 1944 (SÁ, 2019, p.6). Podemos mesmo perceber que os volumes do livro são divididos de acordo com a estrutura da disciplina, que a partir da Reforma de 1944 é desmembrada em Técnica de Museus Geral, Básica e Aplicada.

No Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, que cria o Curso de Museus, constavam as seguintes disciplinas em seu currículo:

1º ano: História política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada ao Brasil.

2º ano: História política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. **Técnica de museus**. (BRASIL, 1932, grifo nosso)

Em 1934, o regulamento do Curso passa por algumas alterações, dispostas no Decreto nº 24.745, de 14 de julho de 1934, tendo sido o padrão mantido quanto à disciplina Técnica de Museus, ainda oferecida somente no segundo ano do curso. Entretanto, no programa mais antigo de que se tem conhecimento, encontrado no documento “*Instruções para matrículas no Curso de Museus*” (ver Anexo 2), de 1941, a disciplina aparece desmembrada em duas partes, oferecida no primeiro e segundo ano do curso, informação contrária aos decretos de 1932 e 1934.

**Primeiro ano** / 1ª parte – organização. / 2ª parte – arrumação. / 3ª parte – catalogação. / 4ª parte – classificação. / ORGANIZAÇÃO / a) Finalidade. / b) Regulamentação. / c) Quadro de funcionários. / d) Estudos ou cursos. / ARRUMAÇÃO / a) Condições pessoais. / b) Gosto. / c) Propriedade. / d) Simetria. / e) Efeitos de luz. / f) Perspectivas. / g) Fundos. / CATALOGAÇÃO / a) Catálogos descritivos. / b) Catálogos comentados. / c) Fichários. / Cronologia. / Epigrafia.

**Segundo ano** / Classificação: / A) Heráldica. / B) Armas: a) armas brancas; b) armas defensivas; c) armas de fogo; / C) Navios: a) navios a vela; b) navios a vapor; c) navios encouraçados; / D) Viaturas; E) Arquitetura; F) Indumentária; a) civil; b) militar; G) Moveis; H) Cerâmica e cristais. / I) Joias e prataria; / J) Pinturas e gravuras; / K) Instrumentos de suplício; / L) Mecanismos<sup>30</sup>

<sup>30</sup> BARROSO, G. Instruções para Matrículas no Curso de Museus. Ministério da Educação e Saúde – Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p.11-12. In: SÁ et al., Matrizes Curriculares do Curso de Museologia, vol. I, 2012-2013, grifo nosso.

Este desmembramento da disciplina aparece na Matriz Curricular de 1944, em que Técnica de Museus é dividida em três anos, com uma parte Geral, Básica e outra Aplicada, específica para a especialização em museus históricos e/ou artísticos. Supomos que a condição de apresentação da disciplina nas instruções para matrículas de 1941 já seria uma proposta de reorganização do programa da disciplina que estava preparando o terreno para o novo currículo de três anos mais tarde. O Decreto-Lei nº 16.078, de 13 de julho de 1944, que aprova um novo regulamento ao Curso, apresenta a ementa de Técnica de Museus da seguinte forma:

- § 1º A disciplina Técnica de Museus (Parte Geral) da 1.ª Série, terá como introdução o estudo das finalidades sociais e educativas dos museus e compreenderá os seguintes tópicos: - organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação de edifícios e noções de restauração.
- § 2º A disciplina Técnica de Museus (Parte Básica), da 2.ª Série, terá como introdução o estudo da cronologia e compreenderá as noções básicas de epigrafia, paleografia, diplomática, iconografia e bibliografia.
- § 3º A disciplina Técnica de Museus (Parte Aplicada), da 3.ª Série, será especializada e constará da aplicação dos estudos feitos nas demais disciplinas aos problemas inerentes, respectivamente, aos museus históricos e de belas artes. (BRASIL, 1944)

Assim, a divisão da disciplina apresentada acima, como já mencionamos, é a mesma com a qual Barroso estruturou os volumes do livro *“Introdução à Técnica de Museus”*. Principalmente a parte Geral, *“Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração”*, do primeiro volume do livro, nos possibilita visualizar os conteúdos-base da Museologia. No primeiro capítulo, o autor apresenta uma definição do que seria Técnica de Museus:

Entende-se por TÉCNICA DE MUSEUS, o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu. [...] **A TÉCNICA DE MUSEUS, resume e corôa todas as matérias dum curso especializado de museus.** Porque todas nada mais são do que os ensinamentos do que se precisa imprescindivelmente saber para trabalhar num museu e poder dirigi-lo.

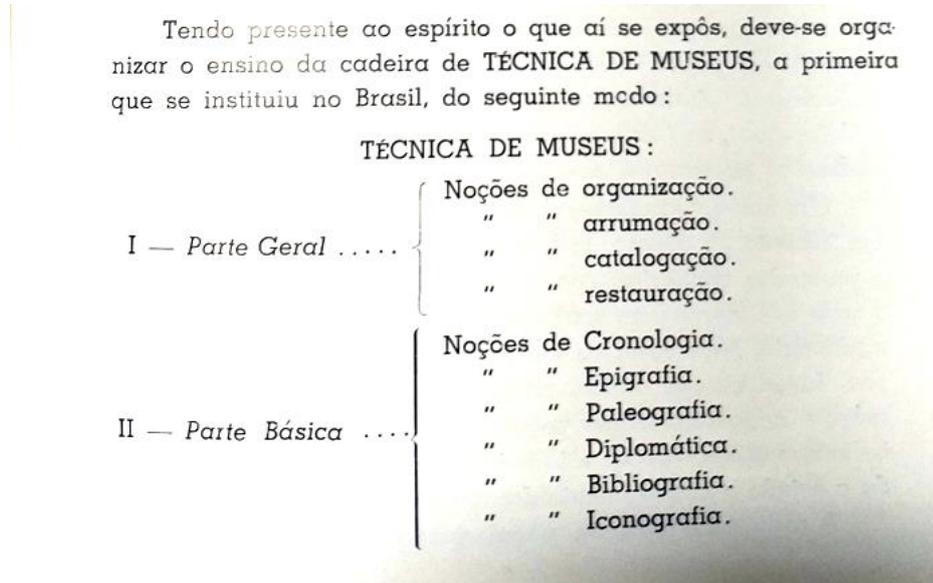
A TÉCNICA DE MUSEUS compreende em substância as seguintes partes: I — Organização. II — Arrumação. III — Catalogação. IV — Restauração. V — Classificação de objetos. (BARROSO, 1951, p.7, grifo nosso)

Após introduzir a esta síntese da matéria lecionada, Barroso aponta quais conteúdos cada parte da disciplina engloba. Quanto à *organização*, ele assinala a seguinte divisão: Finalidade do Museu; Quadro de funcionários; Atribuições dos mesmos; Natureza e ordem dos trabalhos; Formas de permutas e aquisições; Sistemas de numeração, etiquetagem e

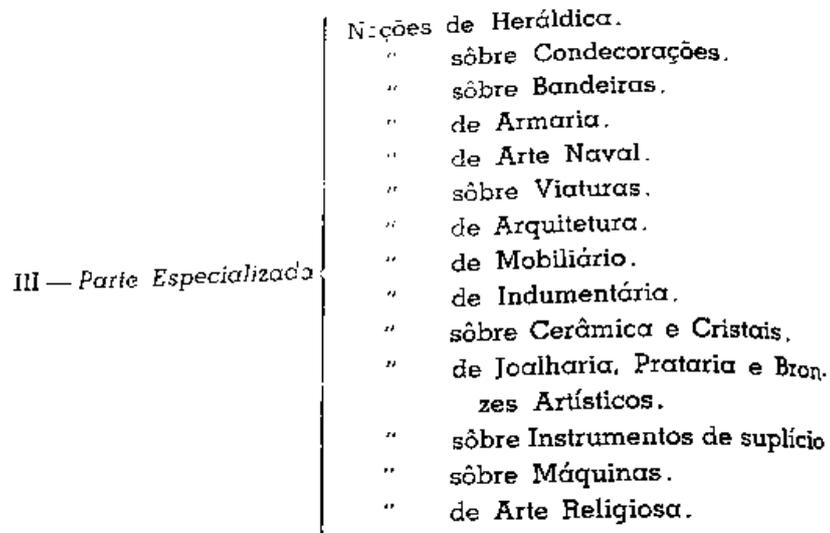
catalogação; Cursos e conferências; Pesquisas e publicações; Recursos financeiros; Propaganda; Disposições gerais e transitórias (BARROSO, 1951, p.8-12). No referente à *arrumação*, o autor indica: Regras e princípios técnicos; Condições de natureza pessoal, que seriam um apanhado dos conhecimentos individuais (“erudição”, “bom gosto” etc.) e práticos de zeladores, conservadores e diretores; Condições de natureza geral, relativas às instalações, meios financeiros, adaptabilidade ao edifício, disposições internas e externas, qualidade do material, variedade das coleções e clima do ambiente (BARROSO, 1951, p.12).

A *catalogação* era padronizada pela seguinte disposição: Numeração e etiquetagem; Catálogo enumerativo (sumário); Catálogo descritivo (guia); Catálogo comentado; Fichário (BARROSO, 1951, p.13). Já o conteúdo de *restauração* era dividido em duas partes essenciais: Diagnóstico da deterioração da relíquia a ser restaurada; Terapêutica para a salvação (BARROSO, 1951, p.14). Por último, *classificação de objetos*, que Barroso assinala ser a parte mais importante e difícil da disciplina, podendo variar de acordo com o acervo de cada instituição, se estruturava a partir dos conhecimentos técnicos da Parte Básica: Cronologia, Epigrafia, Paleografia, Diplomática, Bibliografia e Iconografia; e da Parte Especializada: Heráldica; Bandeiras; Condecorações; Armaria; Arte Naval; Viaturas; Arquitetura; Indumentária; Mobiliário; Cerâmica e cristais; Joalheria e prataria; Instrumentos de Suplício; Máquinas; Arte religiosa (BARROSO, 1951, p.15).

Nas imagens a seguir, podemos verificar como Barroso esquematizou a disciplina no livro:

**Figura 02** – Esquema da disciplina Técnica de Museus: Parte Geral e Parte Básica

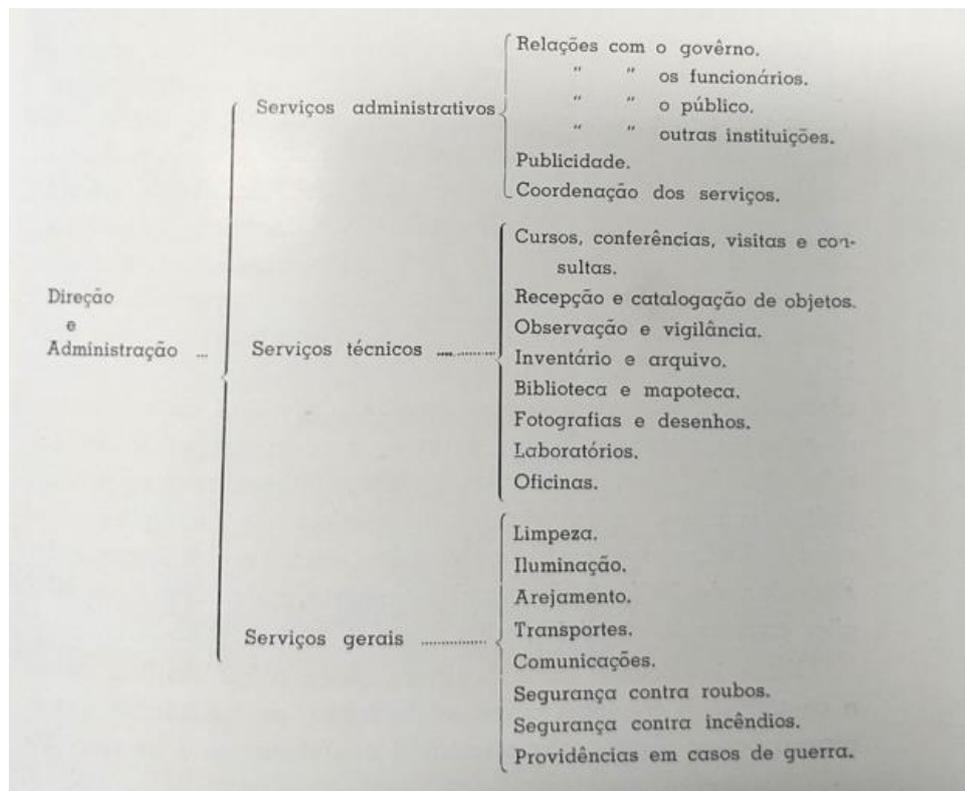
Fonte da imagem: BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus, vol.1, p.15. Coleção Antônio Pimental Winz, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

**Figura 03** – Esquema da disciplina Técnica de Museus: Parte Especializada

Fonte da imagem: BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus, vol.1, p.16. Coleção Antônio Pimental Winz, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

A parte geral, que apresenta as noções de organização, arrumação, catalogação e restauração, nos possibilita identificar importantes questões que se assemelham em muito com as diretrizes das práticas museológicas na atualidade. No segundo capítulo do primeiro volume, “*Como se organiza um museu*”, por exemplo, Barroso apresenta uma espécie de organograma representando a esquematização dos “serviços” de um museu:

**Figura 04** – “Serviços” de um museu



Fonte da imagem: BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus, vol.1, p.21. Coleção Antônio Pimental Winz, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

A partir do esquema apresentado, Barroso argumenta sobre cada um dos serviços – administrativos, técnicos e gerais. Quanto ao serviço administrativo, ele sinaliza a importância de definir as relações da instituição com o governo, no sentido de ser distinguido a qual departamento da administração pública está ligada – ou, seu caráter de instituição privada –; as finalidades do museu; seu quadro de funcionários; horários de visitas e consultas; estatísticas sobre o público e suas impressões sobre as exposições; relações com outras instituições, como bibliotecas e arquivos; e a publicidade da instituição. É interessante notar a relevância que o autor dá à parte publicitária dos museus, justificando que:

A parte relativa à publicidade é importantíssima. Em primeiro lugar, a publicação dos catálogos, anais e estudos do próprio museu, testemunhos de sua vitalidade e utilidade. **É finalidade precípua dum museu de qualquer natureza adquirir, conservar e expor.** Para que? Para tornar conhecido o que possui. Isso não é possível sem publicações. Em segundo lugar, a propaganda com o sentido de chamar a atenção do público sobre o museu, incentivando a cultura, o gosto o amor à arte, o culto das tradições, dispondo de modo geral sobre cartazes, dísticos, letreiros, anúncios, indicações obrigatórias de procedência nas reproduções e cópias, estatísticas de movimento da repartição. É opinião hoje assentada nos grandes meios que a propaganda dum museu deve lançar mão de todos os recursos para ensinar ao público o caminho da instituição. W. Deonna, Diretor do Museu de Arte e História de Genebra, escreve a propósito: “O museu é um contrapeso, na nossa sociedade em desagregação, às forças incultas e destrutivas”. Portanto, é preciso que uma boa propaganda o auxilie nesse mister. Os norte-americanos acham que o museu deve provocar o público. A esse respeito cabem algumas considerações. A vida dinâmica dos museus deve ser pautada por este princípio: instruir, seduzindo. Com suas conferências, visitas parciais, exposições comemorativas, cursos e outros meios, ela é em si, na verdade, veículo de ótima propaganda, sobretudo se essas atividades fôrem devidamente cercadas de boa publicidade. (BARROSO, 1951, p.25, grifo nosso)

Notamos, com isso, uma preocupação direta com o público e o caráter educativo dos museus. Podemos igualmente perceber isto no momento em que Barroso cita a necessidade de se ter estatísticas sobre os visitantes e suas impressões pessoais sobre a instituição. Além disso, ao tratar sobre o serviço técnico, ele aponta que

[...] naturalmente tem de incluir o que diga respeito aos cursos, conferencias, concertos e visitas de caráter educativo. Porque esta é uma das partes mais importantes do museu, sua parte dinâmica, sua vida, sua linguagem, sua forma de projeção na cultura dum país: cadeiras, programas de ensino, matrículas, horários das aulas, provas, exames, notas, taxas, diplomas; designações de professores e suas obrigações e direitos; disciplina dos alunos; cursos regulamentares, especiais e de extensão; bolsas e excursões; conferências em séries e avulsas; comunicações de caráter técnico, etc. (BARROSO, 1951, p.26)

Em relação aos serviços de ordem geral, Barroso aponta que englobam a limpeza do edifício, do mobiliário e das coleções; os sistemas e formas de iluminação e arejamento; os transportes internos e externos; a comunicação entre os serviços internos e externos; medidas de segurança para prevenir os riscos de roubo, incêndio e guerras (BARROSO, 1951, p.27).

O terceiro capítulo, “*Como se arruma um museu*”, apresenta as regras e princípios técnicos para a exposição dos objetos. É dada ênfase ao princípio de não acúmulo de itens no circuito expositivo, para que se evite a fadiga do visitante e são apontadas as diretrizes para a exposição do acervo, levando em conta a montagem de vitrines adequadas, o clima e a iluminação dos ambientes. Barroso assinala que uma boa exposição dos objetos deve seguir os seguintes princípios:

- 1) Efeito estético dos próprios objetos.
  - 2) Efeito estético de sua colocação.
  - 3) Facilidade de visão e exame pelo público.
  - 4) Boa e clara etiquetagem.
  - 5) Proteção dos objetos contra as intempéries.
  - 6) Defesa dos mesmos contra descuidos de visitantes e roubos.
  - 7) Preferência dos melhoramentos graduais sobre as reformas subversivas.
- (BARROSO, 1951, p.32)

“*Como se cataloga um museu*” é o título do quarto capítulo, em que Barroso instrui sobre a catalogação do acervo da instituição frisando a exigência de padrões de identificação das peças. No final do capítulo, o autor disponibiliza um modelo de ficha catalográfica usada no Museu Histórico Nacional que em muito se assemelha às utilizadas hoje em muitas instituições:

**Figura 05** – Modelo de Ficha Catalográfica usada no Museu Histórico Nacional

MODELO DE FICHA USADA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL  
(Retro)

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL  
1.ª SEÇÃO — HISTÓRIA

Objeto : \_\_\_\_\_  
 Procedência : \_\_\_\_\_  
(compra, doação, permuta, transferência)  
 Modo de aquisição : \_\_\_\_\_  
(lugar de onde veio o objeto)  
 Número de ordem : \_\_\_\_\_ Número de catálogo : \_\_\_\_\_  
 Localização : \_\_\_\_\_  
(sala, parede, vitrina, etc.)  
 Estado de conservação : \_\_\_\_\_  
 Valor : \_\_\_\_\_  
 Dimensões : \_\_\_\_\_  
 Bibliografia : \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

(Verso)

Descrição, histórico e comentário do objeto :  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ Conservador

Visto do Chefe de Seção \_\_\_\_\_

Fonte da imagem: BARROSO, Gustavo. Introdução à Técnica de Museus, vol.1, p.83. Coleção Antônio Pimental Winz, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

O conteúdo do capítulo quinto, “*Como se fazem Restaurações*”, é essencial para debatermos sobre o papel pioneiro da disciplina em igualmente aplicar alguns conceitos e prática da conservação-restauração em sua grade. Barroso indica dois aspectos abordados no capítulo: Iº - Restauração de monumentos; IIº - Restauração de relíquias e objetos (BARROSO, 1951, p.83). Ao estruturar esta parte do livro, o autor o divide da seguinte forma: *doutrina*, abordando o conjunto de princípios gerais; *valorização*, os trabalhos de restauração com os fins de limpeza, consolidação, recomposição e complemento; e *técnica*, que seria a ação direta de restauração seguindo fundamentos teóricos e práticos, cuja divisão se dava pelo *diagnóstico* e a *terapêutica*.

Ao se referir aos princípios da conservação-restauração, Barroso assinala o respeito necessário ao caráter artístico e histórico dos objetos/monumentos. Segundo ele:

Quanto ao respeito devido a tudo o que se revestir de caráter artístico e histórico, a opinião dos técnicos se divide em três escolas principais. A primeira, mais antiga de todas, decorre das restaurações empreendidas por Viollet-le-Duc em França e dos trabalhos de Ludovic Viet (sic)<sup>31</sup>, em 1831. É a escola da unidade do estilo, muito preconizada na Espanha moderna. Ela entende que se deve repôr o monumento ou o objeto no seu absoluto estado primitivo, eliminando o que lhe foi ajuntado, refazendo de todo as partes danificadas, restaurando-o integralmente. A segunda, conhecida sob o nome de escola italiana, respeita o espírito do monumento ou do objeto criado através do tempo, conservando os valores que foi adquirido, incorporando, sem aquela preocupação da unidade do estilo na sua pureza inicial. Enfim, a terceira, escola eclética, atualmente a mais admitida, que se bate por uma restauração fiel ao mais rigoroso critério de conservação, sem perder de vista as condições de solidez, o interesse arqueológico e o aspecto artístico, respeitando o que o tempo imprimiu e deixando visíveis as partes renovadas, como prova de probidade. Aliás, é o que oficialmente concluiu a Conferência de Atenas, realizada sob a égide da Repartição Internacional de Museus de Sociedade das Nações: “No caso em que seja indispensável a restauração, por motivo de deterioração ou destruição, recomenda-se respeitar a obra histórica e artística do passado, sem proscrever o estilo de qualquer época”. (BARROSO, 1951, p.84)

A partir desta citação, compreendemos que Barroso estava em compasso com as diretrizes internacionais, representadas pelo OIM (ele o denominava Repartição Internacional de Museus). Os outros princípios da restauração apresentados por ele – utilização de materiais adequados, indicação do restauro e a documentação fotográfica do estado anterior e posterior à restauração – demonstram um cuidado precursor com o caráter histórico e artístico dos bens culturais, e fica evidenciado o cunho *preventivo* da conservação dos objetos. Estes princípios muito se assemelham com os princípios fundamentais da Conservação-Restauração na contemporaneidade: a reversibilidade, a estabilidade, a autenticidade e a mínima intervenção.

É interessante ressaltarmos que o conteúdo da matéria não se limitava aos objetos museológicos. Barroso demonstrou bastante preocupação com as diretrizes de preservação dos monumentos históricos, e dado o recente contexto da Segunda Guerra Mundial, há, neste capítulo, uma seção especial denominada “Os *Museus e a Guerra*”, em que são apresentados meios de proteção aos museus contra bombardeios e acondicionamento correto para os objetos, por exemplo.

No livro “*Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso*” (2019), Sá

---

<sup>31</sup> Ludovic Vitet.

identifica as matrizes que teriam fundamentado o pensamento museológico de Barroso, no que tange à elaboração do texto “*Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração*”. A importância da análise deste texto se dá pela necessidade de conhecer as fontes que teriam influenciado Barroso na implementação do estudo e da formação em Museologia no Brasil através da disciplina Técnica de Museus e do livro mencionado, que foi utilizado por gerações de museólogos até meados da década de 1970. Sá (2019) assinala que a partir desse período o uso do livro perdeu força por ser associado a uma Museologia antiquada e principalmente ao conservadorismo de Gustavo Barroso. Entretanto, o silenciamento da trajetória inicial da Museologia não coopera para o conhecimento real deste campo e sua contribuição para as questões patrimoniais do Brasil.

Nos resultados finais de sua pesquisa, Sá (2019) apresenta o conteúdo que teria influenciado Barroso na organização do MHN e da disciplina Técnica de Museus. O autor aponta:

As experiências de viagens à França, Estados Unidos e Canadá, associadas a uma literatura fundamentada em catálogos e guias de museus, bem como em textos pioneiros de teóricos da Preservação, e ainda as obras críticas de autores franceses relativas à estética clássica são as fontes que constituíram o *corpus* teórico que deve ter fundamentado Barroso ao lançar-se à abertura do MHN em 1922, bem como ao longo do processo de implantação deste museu no decorrer dos anos 1920. (SÁ, 2019, p.571)

Ao longo do texto, o autor salienta que Barroso realizou diversas viagens internacionais nas quais teve contato com museus e, principalmente, acesso a livros, revistas e periódicos de difícil acesso no Brasil. Por exemplo, em viagem de trabalho pela Revista *Fon Fon*<sup>32</sup>, da qual era associado, Barroso esteve em Paris em 1919 e 1931, duas das suas viagens mais demoradas à Europa (SÁ, 2019, p.125). Em relação à disciplina Técnica de Museus, Sá (2019) ressalta que ela se desenvolveu através de uma bibliografia específica e contemporânea com as discussões sobre Museografia e estudo de museus da época. As fontes bibliográficas que fundamentaram a disciplina são em grande parte das publicações do OIM, em particular a revista *Mouseion*, os anais da Conferência de Madri, *Muséographie I e II*, ou *Traité de Muséographie*, e *La conservation des monuments d'art et d'histoire*, inclusive a *Carta de Atenas* (SÁ, 2019, p.572). Ademais, Barroso também utilizou outros periódicos da época como a série *Musées*, de *Les Cahiers de La République des Lettres, des Sciences et des Arts*, de 1931, e a revista *L'architecture d'aujourd'hui*, de 1938.

---

<sup>32</sup> Periódico carioca que circulou entre os anos de 1907 e 1958.

Sá (2019) destaca:

A despeito da relevância das publicações do *Office International des Musées*, sobretudo da revista *Mouseion*, fica claro no texto barroseano o peso representado pelos artigos da série *Musées-Les Cahiers*, visível nas questões técnicas sobre o Método do Duplo Museu, mas sobretudo nas reflexões e posições referentes à relação do museu com o público: a valorização das ações educativas, a importância da publicidade/propaganda e da pesquisa de público, bem como a necessidade de atrair, sensibilizar e não “fatigar” o visitante. Além disso, percebemos também o despontar, em Barroso, de um entendimento maior do conceito de Conservação a partir do artigo de Margherita Sarfatti, também da série *Musées*, questão que estava no cerne das discussões internacionais no contexto da Conferência de Roma de 1930. Certamente, esta visão foi ampliada a partir do contato com publicações do OIM, inclusive os textos preparatórios e os resultados da Conferência de Roma e da Conferência de Atenas (1931), publicados pela *Mouseion*, bem como vários outros artigos da área da Conservação publicados ao longo dos anos 1930. (SÁ, 2019, p.572)

O autor conclui que as publicações mais presentes na disciplina Técnica de Museus foram os artigos da *Mouseion* e em ordem de importância igual, os da série *Musées-Les Cahiers*. Em seguida, os textos de *Muséographie* e *L’architecture d’aujourd’hui*. Esta análise pormenorizada realizada por Sá, nos permite inferir que tanto a disciplina como o livro “*Introdução à Técnica de Museus*” foram criadas a partir de conteúdo sintonizado com as tendências museológicas contemporâneas à época em que foram estruturadas. Com isso, podemos ter uma noção do conhecimento que norteou a Museologia até meados do século XX, caracterizando o perfil profissional e acadêmico de numerosas gerações de museólogos que exerceram suas funções em museus e outras instituições culturais.

A partir dos pontos analisados neste capítulo, podemos inferir que a disciplina Técnica de Museus foi central na elaboração do que é fundamental ao conceito de Preservação. Gob e Drouguet assinalam:

A função patrimonial do museu abrange o conjunto das ações e cuidados necessários para à gestão e à preservação das coleções: **adquiri-las, inventariá-las, mantê-las, conservá-las, garantir-lhes certa perenidade, levando em conta as outras funções do museu e notadamente a necessidade de apresentá-las ao público.** (GOB; DROUGUET, 2019, p.209, grifo nosso)

Técnica de Museus, por conseguinte, englobava todas as questões referentes ao conceito de *Preservação*, caracterizando a formação em Museologia em uma ação primordial para a gestão do patrimônio. Todos os itens programáticos da disciplina convergiam para uma gestão de acervos pautada em aquisição, documentação, pesquisa,

comunicação (exposição-educação) e conservação-restauração, ou seja, todos os pilares que devem estar presentes na preservação dos bens culturais.

Buscamos, com este capítulo, discutir sobre a relevância da Museologia e dos museus para a Preservação, sinalizando como este conceito está no cerne do campo museológico. A criação do primeiro curso de Museologia do Brasil inaugurou o pensar e a prática de um campo fundamental para a consolidação da Preservação e suas técnicas. Focamos na disciplina Técnica de Museus para apresentarmos os conteúdos pioneiros que este estudo introduziu no Brasil e como se estruturou a formação do *conservador de museus / museólogo*. No capítulo que segue, apresentaremos o processo de criação do Curso de Museus e sua inserção no contexto de consolidação das Políticas Culturais. Posteriormente, apresentaremos suas matrizes curriculares, identificando a estrutura do curso e outras disciplinas fundamentais para o processo de formação do conservador de museus.

## **CAPÍTULO 2**

# **CURSO DE MUSEUS: ENTRE IDEIAS E PROTAGONISMOS**

## Capítulo 2 – Curso de Museus: entre ideias e protagonismos<sup>33</sup>

### 2.1 A criação do Curso de Museus no contexto de organização das Políticas Culturais

A criação do Curso de Museus está contextualizada em um período que se consagrou por ser o marco da institucionalização das políticas públicas voltadas à cultura. Apontado como mantenedor da ideologia nacionalista romântica de Gustavo Barroso e dos ideais cívicos trabalhados no Museu Histórico Nacional, o Curso não poderia estar mais envolvido no jogo político-ideológico marcado pela oficialização do “Nacional” e da “instrução do povo”. Nesse sentido, dentro do universo das políticas culturais, dois eixos são centrais na discussão aqui trabalhada: a Preservação do Patrimônio e a Educação.

A Era Vargas, que compreende os anos de 1930 a 1945, foi um período associado a transformações no que tange ao apoio do Estado à Educação e à Cultura. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP, apenas 11 dias após a posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, instituído com a chamada Revolução de 30, tendo como primeiro ministro o advogado e político Francisco Luís da Silva Campos. Atual Ministério da Educação – MEC, tornou-se um forte órgão e sucessor de iniciativas antes falhas no quesito gestão da educação brasileira. Até então, a primeira tentativa republicana de instaurar uma pasta voltada para a educação foi através do Decreto nº 346, de 19 de abril de 1890, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Entretanto, essa secretaria foi extinta no ano seguinte, pela Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891, que reorganizou a administração pública, sendo as competências relativas ao ensino público relegadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores até 1930 (CAMARGO, 2017).

Dentro do MESP, que em 1937 passa a ser denominado Ministério da Educação e Saúde – MES, são criadas repartições culturais extremamente relevantes, como a Superintendência de Educação Musical e Artística (1933) – mais tarde transformada em Serviço de Educação Musical e Artística (1939) –, o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (1937), o Serviço Nacional de Teatro (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Conselho Nacional de Cultura (1938) e o Departamento de Informação e

---

<sup>33</sup> O título deste capítulo faz referência ao livro *“Idéias e Palavras”* (1917), em que Gustavo Barroso reuniu artigos publicados por ele na imprensa, tais como “O Culto da Saudade” e “Museu Militar”, textos de referência para a compreensão de sua ideologia sobre o patrimônio.

Propaganda (1939). Marcado pela gestão de Gustavo Capanema, que dirigiu o MESP/MES de 1934 a 1945, muito nos diz o fato de todas estas repartições culturais terem sido criadas no cerne de um Ministério que priorizava a Educação.

Lia Calabre (2017) aponta o vínculo fundamental que associava o processo de construção institucional do campo da Cultura ao da Educação. A autora ressalta que estas ações do Ministério foram as primeiras referências às questões culturais, “ainda que sob a ótica da educação, do crescimento do conhecimento escolarizado e erudito e de uma cultura ‘civilizada’ nos padrões europeus-ocidentais” (CALABRE, 2017, p. 34). Por este parâmetro, Fonseca (2017, p. 89) ressalta a importância da constituição de cursos superiores de Ciências Sociais, como a Escola de Sociologia e Política, criada em 1933, em São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, no Rio de Janeiro, que mais tarde passou a integrar a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Dentro deste contexto, por meio do Decreto nº 21.129, de 07 de março de 1932, o Curso de Museus do MHN constituía-se. Sendo registrado no MES como Curso Superior, na Divisão de Ensino Superior (SCHEINER, 2009, p.318), requeria de seus candidatos o ensino secundário completo, como consta na legislação<sup>34</sup>. Possuía duração de dois anos e carga horária total de 810 horas (SÁ et al, 2012-2013). Scheiner igualmente aponta para a inserção da Museologia no contexto do projeto político varguista, inaugurado com a criação do MES, em que o Estado se responsabilizava pelo treinamento das elites intelectuais, tendo como resultado a criação das instituições apontadas no parágrafo anterior (SCHEINER, 2009, p.319). Analogamente, Chagas nota ser neste quadro de profissionalização das áreas do conhecimento vinculadas ao campo das Ciências Sociais que se insere a institucionalização da Museologia no Brasil, com a distinção de não se ter dado na esfera das universidades, produzindo um campo que seguiu “caminho próprio, periférico e marginal” (CHAGAS, 2003, p.117).

Henrique de Vasconcelos Cruz em sua dissertação “*Um capítulo na História da Museologia no Brasil: um olhar sobre o Curso de Museus do MHN (1922-1935)*” (2014), ressalta que a institucionalização do MES promoveu reformas centralizadoras que contribuíram para a orientação e organização da nacionalidade, desta forma, concentrando-se no ensino secundário, superior e comercial. Estas transformações no ensino partiam de

---

<sup>34</sup> “[...] certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, válidos para matrícula nos cursos superiores.” (BRASIL, 1932).

diretrizes traçadas pelos campos político e educacional que tinham o intuito de desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, focando na instrução das elites e na capacitação para o trabalho (CRUZ, 2014, p.74).

Algumas das grandes reformas caracterizam-se pela promulgação do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, em que se organizava as universidades brasileiras; e o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que tratava da reorganização da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Na exposição de motivos do Decreto nº 19.851, cita-se que, para além dos cursos já conceituados, como Direito, Engenharia e Medicina, havia a necessidade de criar, em nível universitário, cursos que abrangeriam o “elemento artístico”, voltados para o ensino dos “valores culturais”. Dessa forma, agregaram-se à Universidade do Brasil a Escola Nacional de Bellas Artes, o Instituto Nacional de Música e a Faculdade de Educação, Ciência e Letras (BRASIL, 1931d). Portanto, justifica-se, assim, a criação de cursos voltados para o estudo das Ciências Sociais, na busca pelo conhecimento cultural e artístico nacional.

Com efeito, Cruz (2014, p.76) aponta que neste período houve a estruturação também da formação de profissionais de bibliotecas, com a criação do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, tendo ele sido a iniciativa influenciadora da proposta do MHN de criar o Curso de Museus. O autor reitera que o Curso pode ser considerado resultado das reformas implantadas na gestão de Francisco Campos no MES indicando, como exemplo, o discurso de Rodolfo Garcia no primeiro dia de aula do Curso, em 4 de maio de 1932:

Ao declarar aberto o Curso de Museus, antes de outras considerações, devo encarecer o ato do governo, que o instituiu. Esse ato, se por um lado consulta aos altos propósitos da administração, de desenvolver a cultura nacional, ampliando a obra de educação que compete à Universidade do Rio de Janeiro, nos termos da recente lei que a organizou, por outro atende à necessidade de dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação.

Nos tempos modernos, quer nas profissões ditas liberais, quer no campo científico, a especialização se torna cada vez mais necessária, cada vez mais exigida pelas condições da sociedade, sobretudo se atender ao formidável acúmulo dos conhecimentos em todos os setores da atividade humana.

O decreto que criou em 1922 o Museu Histórico Nacional, instituiu o curso técnico, comum à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu; mas essa criação, por motivos independentes da vontade dos dirigentes desses estabelecimentos, não teve realização prática. Assim, restaurado o Curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional, a diretoria do Museu achou-se na obrigação de pleitear para ele o curso que hoje vamos inaugurar. Contando com a boa

vontade e a dedicação de meus companheiros, ilustrados e competentes especialistas nas matérias que vão lecionar espero que tenhamos de fazer trabalho digno dos intuitos que presidiram à criação deste curso. (GARGIA apud CRUZ, 2014, p.76)

Na citação, Garcia aponta o Curso Técnico proposto em 1922 e indica sua não realização prática. Ana Carolina Gelmini de Faria (2013) assinala que a carência de um curso de formação exclusiva ao MHN é apontada já por Gustavo Barroso desde a criação do Museu. Apesar de haver no decreto de criação da instituição a menção ao Curso Técnico, Barroso acreditava que o funcionamento de um museu se diferenciava da gestão de bibliotecas e arquivos, portanto, demandava uma profissionalização específica. Faria, em sua dissertação de mestrado “*O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958)*”, apresenta os relatórios de atividades anuais do MHN, material que pesquisou *in loco* no Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional. A partir da plataforma Biblioteca Virtual do MHN<sup>35</sup>, tivemos acesso ao mesmo material. Dessa maneira, verificamos que no relatório de atividades do MHN de 1923<sup>36</sup>, Barroso evidencia a necessidade de criação de um cargo de *Conservador de Museu* e ao longo da década de 20 tornam-se mais assíduas as suas solicitações para a reformulação do regulamento do MHN e a criação de um cargo específico para a instituição:

Há carência também de um conservador para o Museu, pessoa habilitada em restauração de objetos antigos, sobretudo de quadros, bem como da criação de uma oficina respectiva. Outros pontos do Regulamento precisam de modificações adequadas, frutos da experiência da administração com o correr do tempo. Seria, pois, de toda a conveniência autorizasse V. Ex. esta diretoria a elaborar um projeto de reforma do estabelecimento, que após ter sido submetido ao alto critério de V. Ex., seria encaminhado ao poder legislativo.<sup>37</sup>

Entretanto, de acordo com Faria (2013, p.109), é no início da década de 30, dado o contexto favorável à implementação de entidades educacionais, que as solicitações ao MES em relação a uma formação profissional no MHN são mais objetivas nos relatórios anuais do Museu, neste período, sob a gestão de Rodolfo Garcia. No relatório de 1931, Garcia argumenta:

Duas sugestões, ao Sr. Ministro, cabem aqui, como propostas que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente

<sup>35</sup> <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>

<sup>36</sup> Relatório de Atividades do MHN em 1923. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, p.20.

<sup>37</sup> Relatório de Atividades do MHN em 1929. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, p.16.

educacional. Uma referente ao “Curso de Museus”. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos, de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso de Museus” habilitará esta Repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá a administração os funcionários de que necessitar, para os serviços deste Museu Histórico, ou para dos congêneres institutos estaduais.<sup>38</sup>

Com a última citação e o discurso de Rodolfo Garcia no primeiro dia de aula do Curso, em 4 de maio de 1932 (ver p.47), observamos clara ligação entre a proposta do Curso de Museus e o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Isto nos leva a depreender que o Curso de Museus, bem como outros cursos de nível superior, fez parte do aparelho ideológico estatal para a consolidação de uma política cultural nacional, visando a modernização intelectual e profissional do Brasil.

A criação do Curso foi fundamental para a formação de profissionais qualificados para a gestão dos museus e o cuidado de suas coleções. No relatório anual do MHN de 1931, Garcia cita uma formação voltada não só para o MHN, mas para “congêneres institutos estaduais” (BRASIL, 1932a). Por conseguinte, visava-se a solidificação de um campo voltado para a preservação do patrimônio nacional capaz de abarcar demais instituições. Porém, no Decreto nº 21.129, consta que o Curso estaria sendo criado para suprir as necessidades profissionais do MHN, com a ocupação do cargo de 3º oficial<sup>39</sup>, apesar de no artigo 9º, do referido decreto, constar uma preocupação em abranger a formação para funcionários de outros museus: “Art. 9º. Será facultada matrícula, relevadas as exigências do art. 6º, a funcionários dos museus localizados nos Estados da União, que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento” (BRASIL, 1932b). Contudo, nos doze primeiros anos do Curso, o foco no acervo do MHN era nítido, com certeza pelo ensino dentro da própria instituição e da demanda profissional da mesma. Com o progressivo aumento de museus no Estado Novo, diversos em categorias de acervo, a regulamentação do Curso foi então alterada. Instituiu-se o Decreto nº 16.078, de 13 de julho de 1944, no qual o artigo 1º, alínea A, especifica ser a finalidade do Curso “preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou de instituições análogas” (BRASIL, 1944).

Diante disso, concluímos que o Curso de Museus estava inserido no aparelho de

---

<sup>38</sup> Relatório de Atividades do MHN em 1931. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, p.33.

<sup>39</sup> “Art. 11. Aos possuidores de certificado do “Curso de Museus”, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo Museu.” (BRASIL, 1932b)

implementação das políticas culturais. Ele, como uma intervenção articulada pelos gestores do MHN, realizava um trabalho de difundir o estudo, a pesquisa e a gestão dos bens culturais móveis e integrados, principalmente no que tangia à sua preservação. A implementação de um curso específico para o que entendemos hoje por processo de musealização, foi uma das primeiras iniciativas efetivas em favor da consolidação de práticas de preservação no Brasil, na medida em que a gestão, a documentação/informação, a comunicação/exposição/educação, além da parte específica de conservação, inserem-se no amplo campo de ação do que se entende por Preservação. Ou seja, pelo fato de visar a gestão de bens patrimoniais num sentido amplo, inclusive por ser voltado para a educação, formando profissionais aptos para a gestão de museus e seus acervos em uma concepção preservacionista geral e não somente focada na conservação material.

Com o propósito de embasar nossa argumentação, iremos adiante nos concentrar na análise da estrutura do Curso de Museus. Começaremos pelo levantamento de dados sobre a constituição do Curso Técnico, antecessor do Curso de Museus, e podemos dizer que a origem dele. Dessa forma, buscamos ressaltar as características deste primeiro curso que se mantiveram no Curso de Museus, destacando a importância do primeiro investimento de formação em técnicos de museus, ainda que articulado com a formação em técnicos de arquivos e bibliotecas. Por conseguinte, esta análise nos permitirá entender a futura estruturação dos currículos do Curso de Museus, ou seja, como a Museologia se organizou no Brasil.

## **2.2 Antecedente: Curso Técnico (1922)**

O Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que instituiu o Museu Histórico Nacional, trazia em seu capítulo VI a proposta de criação de um Curso Técnico comum ao MHN, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. O Curso Técnico já se mostrava um empreendimento inovador por interligar três áreas voltadas para a preservação e documentação do patrimônio: arquivologia, biblioteconomia e museologia. De fato, o Brasil é pioneiro na formação nestas áreas, no contexto da América Latina, mas também internacionalmente. Sá (2013b, p.41) aponta que o projeto do Curso Técnico foi um dos mais antigos do mundo, assim como o Curso de Museus (1932) e o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1911), este último ocupando a terceira posição em cursos de seu campo, posterior apenas à École des Chartes (1821) e à Columbia University

(1887). Segundo Sá, o Curso Técnico exigia “uma fórmula mista de ousadia, determinação e idealismo quixotesco” (2007, p.12).

A partir da pesquisa bibliográfica, observaram-se menções divergentes quanto à autoria do projeto do Curso Técnico, o que nos remete à discussão sobre a elaboração do regulamento do próprio MHN. Autores como Oliveira (2003), Sá (2007, 2013b) e Siqueira (2009) associam a ideia de criação do Museu e, portanto, do Curso Técnico à Gustavo Barroso, enquanto Gilson do Coutto Nazareth (1991) e Henrique de Vasconcelos Cruz (2014) apontam Manuel Cícero Peregrino da Silva, então diretor da Biblioteca Nacional, como autor. Nazareth em sua dissertação de mestrado menciona Peregrino da Silva como idealizador do Curso Técnico e assinala que Gustavo Barroso, no período de 1922 a 1930, mostrava-se contrário a um curso técnico que englobasse as três instituições, o que, para o autor, significaria a não participação de Barroso na proposta do curso ou que ele não teria aceitado sua forma final (NAZARETH, 1991, p.36).

Nazareth destaca os relatórios anuais do MHN de 1925 e 1926, nos quais igualmente verificamos que Barroso requeria uma reforma do regulamento da instituição, conteúdo que coaduna com a citação exposta na seção anterior retirada do relatório anual de 1929 (ver página 48), em que Barroso pede permissão para ele mesmo elaborar um projeto de reforma da regulamentação. Cruz (2014) em sua pesquisa também argumenta com documentos e autores que buscam confirmar sua hipótese, como Feijó Bittencourt (1967), biógrafo de Manuel Cícero, e, inclusive, Nazareth (1991). Como exemplo documental, podemos relembrar a matéria do jornal O Paiz, de 17 de agosto de 1922, em que consta que o regulamento do MHN foi redigido por Manuel Cícero:

O Diário Oficial de sábado último deu publicidade ao decreto que regulamenta a criação do Museu Histórico, a ser instalado no edifício em que se encontrou o Arsenal de Guerra, e que é hoje um dos mais belos palácios da exposição do centenário.

Este regulamento, confiado à competência do ilustre diretor da Biblioteca Nacional, o operoso e culto Dr. Manoel Cícero Peregrino, provê com inteligência a organização do novo estabelecimento de estudos da nossa existência desde os primórdios da nossa descoberta até os dias que correm.<sup>40</sup>

Peregrino da Silva (1866-1956) foi escritor, professor e bibliógrafo, uma figura importante para a estruturação da área de Biblioteconomia no Brasil. Em 30 de julho de 1900, assumiu a direção da Biblioteca Nacional, convidado para o cargo pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Campos Sales, Epiácio Pessoa. Carregava

---

<sup>40</sup> Museu Histórico. O Paiz, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922, Ano XXXVIII, ed. 13815, p. 3.

como bagagem dez anos na função de bibliotecário na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, função que o legou notoriedade (ANDRADE, 2018, p.2). De acordo com Cruz (2014, p.54), durante a gestão de Manuel Cícero na BN (1900-1924), foram criados o Serviço de Bibliografia e Documentação, com influência de Paul Otlet e Henri La Fontaine<sup>41</sup>, e o Curso de Biblioteconomia, em 1911, primeira formação de bibliotecários na América Latina. Além do apontado pelo autor, acrescentamos que, ao longo de sua direção, foi instituída a criação de um Catálogo Coletivo das bibliotecas da cidade e introduziu-se a Classificação Decimal Universal (CDU), padrão utilizado ainda hoje por todas as bibliotecas do mundo<sup>42</sup>. Abrimos parênteses para salientar que os autores citados e os sistemas de classificação por eles difundidos eram de conhecimento de Gustavo Barroso, que bebia daquelas fontes para desenvolver sua própria tipologia de classificação e documentação para os acervos museológicos (SÁ, 2019. p.280-281).

A possível elaboração do regulamento do MHN e Curso Técnico por Peregrino da Silva tem também como embasamento sua nomeação para presidir a Subcomissão do Museu da Independência, grupo criado por sugestão do Secretário Geral da Comissão Executiva do Centenário da Independência, em 30 de dezembro de 1921, e que iniciou as discussões sobre a estruturação de um museu histórico que viria a ser o Museu Histórico Nacional. Além de Manuel Cícero, faziam parte desta subcomissão outros gestores de importantes instituições culturais: o diretor do Arquivo Nacional, Luiz Gastão d'Escragnole Dória<sup>43</sup>; o diretor do Arquivo Municipal, Francisco Agenor de Noronha Santos<sup>44</sup>; Bruno Álvares da Silva Lobo<sup>45</sup>, diretor do Museu Nacional; e Conde Celso<sup>46</sup>, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. O fato de uma discussão articulada pelo Estado sobre um museu histórico ter se dado por estes gestores e intelectuais é de suma relevância, principalmente, quando se trata da BN e AN, já que estas instituições estariam ligadas ao MHN pela regulamentação.

O estudo de coleções museológicas nos remonta à inter-relação na formação de profissionais de arquivo, bibliotecas e museus, e nos aponta para os motivos do Curso

---

<sup>41</sup> **Paul Otlet** (1868-1944) e **Henri La Fontaine** (1854-1943) são figuras-chave na área da documentação, criaram em 1895 o Instituto Internacional de Bibliografia e desenvolveram em 1905 a Classificação Decimal Universal (CDU).

<sup>42</sup> Manuel Cícero Peregrino da Silva. Fundação Biblioteca Nacional [online], 2010.

<sup>43</sup> **Luiz Gastão d'Escragnole Dória** (1870-1948): professor, advogado, arquivista, tradutor, escritor, jornalista e professor, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor do Arquivo Nacional de 1917 a 1922.

<sup>44</sup> **Francisco Agenor de Noronha Santos** (1876-1954): membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diretor do Arquivo Municipal de 1917 a 1926, historiador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir de 1937.

<sup>45</sup> **Bruno Álvares da Silva Lobo** (1884-1945): cientista e médico, foi diretor do Museu Nacional de 1915 a 1923.

<sup>46</sup> **Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior** (1860-1938): advogado, político, escritor, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, presidente do IHGB de 1912 a 1938.

Técnico ter se dado pela associação entre esses campos. Em artigo intitulado “*As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia*”, Ivan Coelho de Sá destaca este dado ao mencionar que a formação profissional relativa à pesquisa de coleções não se deu no âmbito das coleções museológicas, “mas sim das coleções arquivísticas, geralmente ligadas a Universidades e com ênfase na decifração de textos” (SÁ, 2013b, p.35). O autor inicia o artigo apresentando a trajetória pela busca por conhecimento realizada pelos museus europeus do século XVIII, pontuando as disputas entre eles pelo domínio do conhecimento arqueológico e histórico, principalmente dos Impérios da Antiguidade. Tais museus, como o *Louvre* e o *British Museum*, buscavam se estabelecer como referenciais de pesquisa e suporte teórico ao imperialismo, no sentido de legitimar o avanço científico, o domínio territorial e cultural almejado por aquela ideologia política. Ao mesmo tempo, havia também a necessidade de os Estados-nações adquirirem saber sobre sua própria constituição, na busca pelo que Choay (2006) denomina “antiguidade nacional”, ocorrendo então a incessante busca por referências materiais do passado histórico nacional e das antiguidades do Mediterrâneo e Oriente Médio.

Toda esta necessidade colecionista de referenciais da humanidade e nacionais trouxe à tona a carência por conceituar e inventariar os objetos despojados. Neste contexto, embora não houvesse uma preocupação em se criar uma categoria profissional específica para os museus, o conhecimento científico e técnico no trato com as coleções foi se estruturando a partir do trabalho dos antiquários, arqueólogos, antropólogos, naturalistas e historiadores da arte. Segundo Sá (2013b), essa não atenção à formação específica nos museus se deu pelo fato de que cada tipologia de museu era regida pela atuação do especialista que correspondia a ela e a principal preocupação eram os acervos: sua identificação, decifração dos textos, inscrições e datações, ou seja, estudo de paleografia e epigrafia, que eram atividades relacionadas aos profissionais citados anteriormente mas que viriam a se tornar o elo que ligaria a formação dos conservadores de museus (museólogos), arquivistas e bibliotecários.

Seria em 1821, com a criação da *École Royale des Chartes* (*École Nationale de Chartes* após a Revolução de 1830), que se inauguraria a formação de profissionais específicos do patrimônio, buscando formar especialistas para a identificação dos acervos. Sá (2013b, p.36) indica que o currículo daquele curso se baseava no estudo das chamadas ciências auxiliares da história, englobando paleografia, sigilografia, numismática, filologia, classificação de arquivos e bibliotecas, geografia histórica, sistemas monetários de pesos e

medidas, história das instituições políticas da França, arqueologia e direito civil, canônico e feudal. A partir de uma pequena reformulação em 1869, as disciplinas se reconfiguraram como paleografia, línguas romanas, bibliografia, classificação de bibliotecas e arquivos, diplomática, instituições políticas, administrativas e judiciárias da França, direito civil e direito canônico da Idade Média e arqueologia da Idade Média (SÁ, 2013b, p.37). Este autor destaca a disciplina *classificação de arquivos e bibliotecas* como ponto de partida para os estudos classificatórios de arquivos, bibliotecas e também museus, “na medida em que as metodologias técnicas de identificação, classificação e organização de livros e documentos possibilitaram estabelecer parâmetros aplicáveis também aos objetos” (SÁ, 2013b, p.37).

Ainda no século XIX, em 1882, foi criada no Museu do Louvre a *École du Louvre*, um curso com currículo focado no estudo de arqueologia, epigrafia e história da arte que, ao longo da segunda década do século XX, alargaria sua estrutura ao fundar cursos específicos para a História da Arte (1920) e a Museografia (1927). De acordo com Sá (2013b), a *École du Louvre* ofereceu um aprofundamento do currículo oferecido pela *École des Chartes*, devido à ampliação do objeto de estudo para as obras de arte, principalmente tridimensionais. Mais do que isso, quarenta anos após sua inauguração, foi criado na *École du Louvre* um curso específico de museografia, servindo como matriz referencial aos primeiros cursos voltados para organização de museus, inclusive o Curso de Museus do MHN. Vale ressaltar que o Curso Técnico antecede em cinco anos o Curso de Museografia da *École du Louvre*, com a proposta de disciplinas em total compasso com as formações da *École des Chartes* e do Louvre, como verificamos no parágrafo que segue.

Na legislação do Decreto nº 15.596, constava que o Curso Técnico seria de dois anos, com as seguintes disciplinas: 1º ano – *história literária, paleografia e epigrafia, história política e administrativa do Brasil, arqueologia e história da arte*; 2º ano – *bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e xilografia, iconografia e cartografia*. O ensino das disciplinas e a sua docência seriam distribuídas entre as instituições e seus funcionários. Caberia ao MHN prover os professores e o ensino de arqueologia, história da arte, numismática e sigilografia; à Biblioteca Nacional caberia o de história literária, bibliografia, paleografia e epigrafia, iconografia e cartografia e seus respectivos docentes; e ao Arquivo Nacional, o ensino e educadores para história política e administrativa do Brasil, cronologia e diplomática (BRASIL, 1922). O objetivo do curso seria habilitar profissionais técnicos para o cargo de 3º oficial do MHN e de amanuenses para a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

Realizando a comparação entre os currículos das escolas francesas e o Curso Técnico, percebe-se a grande influência daquelas para a formação brasileira. Disciplinas como paleografia, epigrafia, sigilografia, diplomática, a preocupação com o estudo político e administrativo nacional, são disciplinas que se repetem nos três cursos citados. Ainda assim, Sá destaca a grande inovação que o Curso Técnico representava, pois ele:

[...] foi uma proposta bastante arrojada para o Brasil dos anos de 1920 e sem precedentes, inclusive na França, de onde vieram as matrizes de nossos cursos. E isto, não somente por reunir as três áreas que lidavam diretamente com a documentação das coleções de arquivos, bibliotecas e museus, mas por se antecipar, em cinco anos, ao próprio curso de museografia da *École du Louvre*. Nem mesmo a *École des Chartes*, que no seu projeto pioneiro vinculava as formações de arquivologia e biblioteconomia, previra a inserção de uma possível formação em classificação de coleções museológicas, e isto, num país como a França, com uma tradição de museus sem parâmetros de comparação com o extremamente limitado e incipiente cenário dos museus brasileiros dos anos de 1920. (SÁ, 2013b, p.51)

Outro importante dado que nos permite elucidar sobre a possível autoria de Manuel Cícero na elaboração do projeto do Curso Técnico, foi sua experiência na criação do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, que consta no capítulo VI, artigo 34, do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, que aprovou um novo regulamento à instituição. A estrutura deste curso se baseou no ensino teórico e prático de quatro disciplinas: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática. O ensino delas se daria pelos diretores de cada seção da BN a qual as disciplinas faziam alusão e o curso tinha duração de um ano. Sá (2013b) nota que se inaugurou no Brasil um novo modelo de curso superior, já verificado na *École du Louvre*, com vínculo a uma instituição especialista na área que com o tempo percebeu a necessidade de uma formação específica para seu desenvolvimento profissional. Entretanto, o curso existiu com algumas instabilidades: em 1912 foi suspenso por desistência de alunos e permaneceu em hiato até 1915, quando foi reaberto e funcionou com regularidade até 1920; em 1921, não houve inscritos para o curso e no ano seguinte a proposta do Curso Técnico foi apresentada.

Percebe-se que as disciplinas do Curso da BN foram implementadas no currículo proposto para o Curso Técnico, assim como o conteúdo das disciplinas do Curso de Diplomática do Arquivo Nacional. Criado também em 1911, consta no Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911, que aprovou o regulamento do Arquivo Nacional, sendo mencionado no primeiro capítulo, artigo décimo. O currículo era composto por paleografia, cronologia e crítica histórica, tecnologia diplomática e regras de classificação. Os docentes, como na BN,

seriam os próprios funcionários da instituição, tradição que se manterá na proposta do Curso Técnico e no Curso de Museus. Entretanto, o Curso de Diplomática nunca se concretizou. Apesar disso, podemos perceber que as disciplinas dos cursos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional foram assimiladas para o currículo proposto ao Curso Técnico, ao qual foram adicionadas novas matérias influenciadas pelo currículo da *École Nationale de Chartes*: epigrafia, sigilografia, cartografia, história da arte e arqueologia.

Cruz (2014) relaciona a criação desses cursos nas áreas de arquivo e biblioteconomia à participação de funcionários e dos próprios diretores das instituições no Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários realizado em Bruxelas, entre 28 e 31 de agosto de 1910, presidido pelo arquivista holandês Samuel Muller (1848-1922). Hannesch (2020), aponta que dentre os temas discutidos no congresso, destacavam-se as questões relativas à legislação, problemas de conservação e restauração inadequados, inventariação e educação profissional, objetivos apontados na ata do evento<sup>47</sup>. Neste documento é frisado que as áreas da Biblioteconomia e Arquivologia possuíam questões particulares e deveriam ser estudadas separadamente por seus especialistas, mas que elas também possuíam interesses em comum, para os quais seria útil agrupar opiniões simultâneas de arquivistas e bibliotecários (CONGRASS, 1910, p.III, tradução nossa). Estes interesses em comum, a conservação e documentação das informações de documentos e livros, bem como a formação de especialistas para tratar de tais acervos, muito se justificam pelo histórico da trajetória já apontada que interliga esses campos e também o da Museologia. Com o pioneirismo dos cursos da BN e do AN, infelizmente marcados por percalços que estavam atrasando suas formações, cresceu ainda mais a demanda por profissionais. O contexto de criação do Museu Histórico Nacional, dada a visibilidade que a nova instituição estava tendo no meio cultural, poderia ser o momento correto para a criação de um curso que pudesse desenvolver a profissionalização em museus, arquivos e bibliotecas.

Em 1923, inscreveram-se para o Curso Técnico 11 alunos: Jonas Paulo Fernandes, Heitor José Pereira Guimarães, Mario Gomes de Araújo, Adolpho Câmara da Motta, Joaquim Menezes de Oliva, Rufino de Loy, Emmanuel Eduardo Gaudie Ley, Adolpho Jacome Martins Pereira Filho, Optaciano Alves do Valle, Aurelio de Moraes Britto e Ruy de Gouvêa Nobre<sup>48</sup>. Todavia, o Curso Técnico não se viabilizou. Cruz (2014, p.64) aponta que

---

<sup>47</sup> <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910/page/n3/mode/2up>

<sup>48</sup> Ofícios do diretor interino da Biblioteca Nacional aos diretores do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional, em 5 de abril de 1923. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Fundo Biblioteca Nacional, 70, 01, 07 apud CRUZ, 2014, p.62.

a não concretização do curso se deu por entraves institucionais endógenos. O autor menciona a recusa de profissionais da Biblioteca Nacional em ministrar as disciplinas de sua alçada, provavelmente pela sobreposição de atividades, já que teriam que ministrar as disciplinas e também cumprir suas funções como funcionários da instituição, além da provável rejeição a um curso concernente às três entidades. Gustavo Barroso, como dito ao longo do capítulo, também mostrava uma possível contrariedade a um curso envolvendo as instituições, apresentando menções a um cargo específico de conservador de museus, com formação própria e exclusiva para isto.

Entraves à parte, o Curso Técnico refletiu uma demanda urgente das instituições patrimoniais para o trato correto de seus acervos e serviu de base para a implementação, na década de 1930, dos Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e de Museus do MHN, ambos em 1932. O Curso de Biblioteconomia manteve as seguintes matérias do Curso Técnico em sua estrutura: paleografia, diplomática, bibliografia, iconografia, cartografia e história literária. No que tange ao Curso de Museus, as disciplinas do Curso Técnico também foram mantidas, salvo iconografia, cartografia e história literária, e foram acrescentadas especificações de estudo à realidade brasileira, como nas disciplinas *Numismática (brasileira)*, *Arqueologia Aplicada ao Brasil* e *História da Arte (especificamente a do Brasil)*. Ademais, somou-se à sua estrutura a disciplina pioneira de Técnica de Museus, implementada e ministrada a partir de 1933 por Gustavo Barroso.

### **2.3 Matrizes curriculares de 1932, 1934 e 1944**

A análise das matrizes curriculares do Curso de Museus é parte fundamental para o estudo da construção da Museologia como campo de conhecimento. Sá (2014, p.233), em *“Institucionalização das Práticas Museológicas: 80 anos do Curso de Museus”*, aponta que os currículos são um aspecto central do processo de institucionalização do Curso de Museus, refletindo as transformações conceituais, filosóficas e institucionais acionadas por certos contextos históricos, assim, atingindo diretamente a formação e o perfil acadêmico-profissional dos formandos do curso. Magalhães (2002, p.108), no artigo *“O que se deve saber para escrever história nos museus?”*, trabalha com a hipótese de que a concepção de passado e história que regia o MHN na gestão de Gustavo Barroso foram basilares na elaboração das disciplinas e na organização estrutural do curso, dessa forma, viabilizando a centralização do ideário museológico e patrimonial barrosiano.

### 2.3.1 Matriz curricular de 1932

A primeira matriz curricular, de 1932, durou dois anos, sendo em 1934 alterada, já na gestão de Gustavo Barroso. Embora criado durante a direção de Rodolfo Garcia, o regulamento do Curso de Museus favoreceu o domínio ideológico de Barroso, que assumiu a direção do Curso de novembro de 1932 a 1959. No Decreto-Lei nº 21.129, podemos observar o papel central do diretor do MHN para a tomada de decisão e estruturação do Curso:

Art. 3º O "Curso de Museus" funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional.

Art. 4º Os professores do "Curso de Museus" serão designados por portaria do diretor do Museu Histórico Nacional, entre os funcionários da mesma repartição.

Art. 5º Os programas de cada cadeira serão organizados bienalmente pelos respectivos professores e submetidos à aprovação do diretor que, de acordo com eles, estabelecerá o horário das aulas. (BRASIL, 1932)

Ao ser criado, o currículo do Curso de Museus privilegiava o ensino das disciplinas necessárias para o estudo do acervo da instituição. De 1922 a 1924, o MHN era dividido administrativamente em duas seções, a primeira voltada para Objetos Históricos, a segunda para Numismática, Sigilografia e Filatelia. No Catálogo Geral de 1924, a primeira seção passa a ser denominada Arqueologia e História, mantendo-se a denominação da segunda. Contudo, constatamos que, nos relatórios de atividades do MHN, essa nova denominação só aparece a partir de 1928.

Barroso apoiava-se no conhecimento histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e de acordo com Santos (2006):

Ao estabelecer uma rotina de seleção e classificação de objetos e combinar o estudo rigoroso destas peças com o conhecimento arqueológico e mesmo filológico de documentos e manuscritos, o MHN participou e contribuiu para o estabelecimento, no Brasil, de padrões de pesquisa que, como visto, originaram-se com os antigos antiquários e consolidaram-se na 'moderna história', que tem por base a ciência. (SANTOS, 2006, p.50)

Ao manter a estrutura do Curso reafirmando esta ênfase no estudo da numismática, sigilografia e arqueologia, disciplinas "auxiliares da história", podemos perceber, como aponta Magalhães (2002), que o Curso buscava a oficialização das práticas museológicas como científicas, fundamentando a formação de seus futuros funcionários a partir da análise e autenticação dos "testemunhos materiais da história". O artigo segundo, do decreto de criação do Curso de Museus, aponta que o curso seria de dois anos, com disciplinas distribuídas da seguinte forma: 1º ano - *Arqueologia Aplicada ao Brasil, História da Arte*

(especificamente a do Brasil), *História Política e Administrativa do Brasil (período Colonial)*, *Numismática (parte geral)*; 2º ano - *História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)*, *Numismática (brasileira)* e *Sigilografia, Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia*. Como apontado anteriormente, estas disciplinas refletiam as necessidades técnicas do MHN e nesta matriz curricular mantiveram-se disciplinas propostas para o Curso Técnico, de grande influência dos cursos da *École Nationale de Chartes* e da *École du Louvre*. Todavia, grande inovação era inserida ao se estudarem essas disciplinas em um contexto nacional, visando o aprimoramento dos estudos dos acervos brasileiros, além da introdução de disciplinas inaugurais no Brasil.

No artigo quarto do decreto de criação do Curso, consta que os professores seriam designados por portaria do diretor do MHN, entre os funcionários da mesma repartição (BRASIL, 1932). Podemos notar o padrão que se manteve desde a criação do Curso de Biblioteconomia em relação à docência das matérias, sendo os professores das disciplinas funcionários do próprio MHN e sem remuneração extra pela função adicional. No quadro a seguir podemos observar a relação de cada disciplina e seu respectivo ministrante:

#### Quadro 01 – Matriz curricular de 1932-1933

Decreto-Lei nº 21.129, de 7 de março de 1932

Disciplinas	Professores
<b>1º ano</b>	
Arqueologia Aplicada ao Brasil	João Anygone Costa
História da Arte (especificamente a do Brasil)	Joaquim Menezes de Oliva
História Política e Administrativa do Brasil (período Colonial)	Rodolfo Augusto de Amorim Garcia
Numismática (parte geral)	Edgar de Araújo Romero
<b>2º ano</b>	
História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Numismática (brasileira) e Sigilografia	Edgar de Araújo Romero
Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	Gustavo Dodt Barroso

Fonte: BRASIL, 1932; SIQUEIRA, 2009, p.170

Consideramos importante ressaltar que o Decreto de 1932, bem como o de 1934, que instituem os respectivos currículos, não apontam os programas das disciplinas, sendo o acesso a eles normalmente dado por outros documentos, como em entrevistas para jornais e outros registros documentais de normas do curso, como o manual do aluno de 1941, “*Instruções para Matrículas no Curso de Museus*”. Sá (2019) atribui a autoria do manual à Gustavo Barroso, fundamentado em relatos orais de Nair de Moraes Carvalho, no estilo do texto muito próximo ao de Barroso e pelo fato dele ser diretor e professor do Curso, centralizando atividades relativas ao Curso, nisto incluída a redação de textos sobre disciplinas e normas curriculares (SÁ, nota 38, p.4).

João Anygone Costa (1888-1954) era etnólogo, arqueólogo, jornalista e funcionário do MHN desde 14 de setembro de 1922, quando tomou posse do cargo de 3º oficial na Primeira Seção do Museu, de História<sup>49</sup>. Pesquisador pioneiro da temática indígena brasileira, a partir de sua experiência ministrando a disciplina Arqueologia Aplicada ao Brasil escreveu os livros “*Introdução à Arqueologia Brasileira*” (1934), considerado o primeiro manual de arqueologia brasileira, e “*Arqueologia Geral*” (1936). Costa trouxe seus estudos pioneiros para a disciplina e a tornou precursora nos estudos de cultura negra e indígena brasileiras, com grande foco na última, sendo essa a primeira cadeira de Arqueologia em nível superior no Brasil.

Bittencourt (2006) observa que Costa, como outros pesquisadores da época, era orientado pela teoria evolucionista e por métodos oriundos da História Natural, além de estar sintonizado com o grupo de intelectuais de ideário *indianista*, que refletiam a figura romântica do indígena para o panorama de formação étnica brasileiro. Apontadas suas referências, Costa partia de um projeto historiográfico que concebia povos indígenas, negros e portugueses, apesar da explícita diferença na posição valorativa, como construtores de uma “raça brasileira” (BITTENCOURT, 2006, p.257). Esta percepção coaduna com a de Barroso, expressa em seus estudos sobre folclore brasileiro, em que o sincretismo cultural era a grande tônica de sua análise sobre a questão nacional (CASTRO, 2003). Em entrevista ao Jornal Diário de Notícias, em 22 de abril de 1934, Costa apresenta o programa da disciplina do ano de 1934 (na íntegra, ver Anexo 3), o qual acreditamos ser muito parecido com o que era proposto em 1932, já que a matriz curricular de 1934 apresenta alterações mínimas quanto às disciplinas. A partir da entrevista, podemos destacar as seguintes temáticas que embasam o apresentado anteriormente:

---

<sup>49</sup> Relatório de Atividades do MHN de 1922. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional.

17º Ethnographia brasilica. As migrações históricas; 18º - Civilização material dos Tupys-Guarany. Seu poder de irradiação. Do littoral á bacia amazonica.; 19º - Tribus coexistentes com os povos tupys. Aspectos incipientes da sua civilização; 20º - A vida physica e moral do amerindio. Seus usos e costumes; 21º - O indígena brasileiro. Sua vida na guerra e na paz. A medicina nativa; 22º - Sobrevivencia dos costumes do amerindio na organização social brasileira; 23º - Os utensilios da terra e do mar. A casa e o mobiliario. A canôa e a jangada; 24º - A organização rural brasileira. O engenho. A fazenda. A igreja; 25º - O elemento afro na nossa organização social. Sua missão com os indígenas; 26º - Crendices religiosas afro-amerindias integradas no viver brasileiro. Sua influência nos seculos XVII e XVIII; 27º - Genese racial do Brasil. Resenha da contribuição material deixada pelo Indio, pelo portuguez e pelo africano, na formação social do paiz.<sup>50</sup>

Joaquim Menezes de Oliva (1893-1978) ingressou no MHN em 22 de setembro de 1922 como 1º oficial na Seção de Numismática, Sigilografia e Filatelia<sup>51</sup>, tendo sido promovido a chefe da Seção de História, em 11 de dezembro de 1925<sup>52</sup>. Menezes de Oliva era advogado, ensaísta, poeta, memorialista e filatelista, com estudos voltados para a arte e cultura popular. A disciplina que estava a seu cargo, História da Arte (especificamente do Brasil), foi a primeira oferecida no país que abordava o estudo da história da arte nacional. Anteriormente, a Escola Nacional de Belas Artes possuía uma cadeira instituída em 1870 que se limitava ao estudo da arte clássica e europeia (SÁ, 2007, p.17). A partir da análise do documento “*Instruções para matrículas no Curso de Museus*”, de 1941, podemos constatar que o programa da disciplina de História da Arte era composto por:

1º ponto – Belas Artes. Artes estáticas ou plásticas. Artes dinâmicas ou de movimento. A arte e as disciplinas que a estudam. 2º ponto – História artística. O moderno conceito de arte. Sensibilidade. Sentimento estético. Da Grécia aos tempos modernos. 3º ponto – Primeiros ensaios de arte no Brasil. Da arte pré-cabralina às artes aplicadas do norte do Brasil. 4º ponto – Influência da pintura portuguesa no Brasil nos séculos XVI, XVII, e XVIII. 5º ponto – Os artistas de Nassau. O Brasil na arte flamenga. 6º ponto – A pintura baiana nos séculos XVII, XVIII e começo do XIX. 7º ponto – Frei Ricardo do Pilar e os pintores fluminenses dos séculos XVII e XVIII. 8º ponto – A arquitetura portuguesa no Brasil nos séculos XVI, XVII E XVIII. Fortificações militares. As igrejas do Brasil Colonial. O Barroco e o jesuítico. 9º ponto – Os escultores baianos dos séculos XVIII e XIX. 10º ponto – Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Sua vida e obra. 11º ponto – A atuação de Valentim da Fonseca e Silva na arte colonial brasileira. 12º - Missão Lebreton. A cultura artística dos mestres franceses de 1816. 13º ponto – Formação da mentalidade artística brasileira através dos ensinamentos dos mestres franceses. 14º ponto – Debret e seus discípulos. A valiosa documentação da obra de Debret no estudo dos costumes e da região fluminense no começo do século XIX. Chamberlain. Ruggendas. 15º

<sup>50</sup> A expansão da cultura brasileira: o que é o Curso de Museus professado no Museu Histórico Nacional – Uma palestra com o professor Angyone Costa. Jornal Diário de Notícias – RJ, 22 abr. 1934, Ano V, ed.02260, p. 8.

<sup>51</sup> Relatório de Atividades do MHN em 1922. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional.

<sup>52</sup> Relatório de Atividades do MHN em 1925. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional.

ponto – As primeiras exposições de Belas Artes no Brasil. Sua irradiação na sociedade de seu tempo. 16º ponto – A pintura histórica no 2º Reinado, Vitor Meireles. Pedro Américo. 17º ponto – O movimento artístico brasileiro no último quartel do século XIX. Escultores. 18º ponto – Os pintores da moderna geração brasileira. 19º ponto – A gravura, a litografia e os processos foto-mecânicos no Brasil. 20º ponto – Arquitetura monumental. O arranha-céu e o espírito tradicional da casa brasileira.<sup>53</sup>

História Política e Administrativa do Brasil (período Colonial) foi ministrada por Rodolfo Garcia, de maio a novembro de 1932. A sequência desta cadeira, História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade) era ministrada por Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) que havia assumido o cargo de 3º oficial da Seção de Numismática em 1925<sup>54</sup>. Calmon foi responsável pela aula inaugural do Curso de Museus, ocorrida em 3 de maio de 1932, com o título “*Arte tradicional brasileira – o barroco em sua adaptação ao nosso país*”. Ele era advogado, político, escritor e historiador, e a partir de sua experiência na disciplina escreveu o livro “*História da Civilização Brasileira*” (1933). Wehling (2002, p.17) aponta que neste livro havia a concepção de uma “História da Civilização”, englobando temas como organização política e administrativa, a economia, a vida social, as letras e artes, o processo de formação territorial até a constituição do território como Estado Nacional. E por ser reprodução do conteúdo ensinado em aula, acreditamos que a disciplina possuía um programa que trabalhava estas temáticas. Com o retorno de Gustavo Barroso à direção do MHN, Calmon ficou responsável pelas duas cadeiras de História, que passaram a ser denominadas *História da Civilização Brasileira* no currículo de 1934.

---

<sup>53</sup>BARROSO, G. Instruções para Matrículas no Curso de Museus. Ministério da Educação e Saúde – Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p.10-11. In: In: SÁ et al., Matrizes Curriculares do Curso de Museologia, vol. I, 2012-2013, grifo nosso.

<sup>54</sup>Relatório de Atividades do MHN em 1925. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional.

**Figura 06** – Matéria sobre a inauguração do Curso de Museus e a aula inaugural ministrada por Pedro Calmon

**INAUGURAM-SE A TARDE, O CURSO UNIVERSITARIO DO MUSEU HISTORICO**  
**O dr. Pedro Calmon deu a primeira aula, sobre "Arte tradicional brasileira"**



*Reprodução photographica de uma phase da cerimonia de hoje no Museu Historico, estando presentes o Reitor da Universidade, o director daquelle estabelecimento, professores, alumnos e convidados.*

Uma cerimonia universitaria realizou-se, á tarde, no Museu Historico, estando presente o reitor da Universidade deca capital, dr. Fernando de Magalhães, que a presidiu. Iniciou-se, assim, o curso official daquelle estabelecimento, tendo sido dada a primeira aula pelo dr. Pedro Calmon, funcionario daquelle estabelecimento, e que discorreu sobre a "Arte tradicional brasileira — o barroco em sua adaptação ao nosso paiz."

Amanhã, será iniciado o curso de Museus, all, sendo essa a parte principal e superior do novo ensino. São professores desse curso, os drs. Rodolpho Garcia, Edgard Romero, Menezes Oliva e Pedro Calmon. Varios alumnos estão inscriptos nesse curso de museus, de que é professor substituto o sr. Angyone Costa, na cadeira de Historia da Arte. O dr. Rodolpho Garcia, director do Museu Historico, fará a prelecção de amanhã, começando assim os trabalhos ordinarios do curso universitario daquelle instituto.

**Adiada para amanhã a estréia da grande companhia Maria das Neves-Carlos Leal, no**

**O manifesto do**

Fonte: Acervo Hemeroteca da Biblioteca Nacional – Diário da Noite, 03 de maio de 1932, 2ª Ed., nº 693, p.9)

Edgar de Araújo Romero (1884-1946), tomou posse do cargo de Chefe da Seção de Numismática, Sigilografia e Filatelia em 14 de setembro de 1922<sup>55</sup>. Com a criação do Curso de Museus, ficou incumbido de lecionar as disciplinas Numismática (parte geral), do primeiro ano, e Numismática (brasileira) e Sigilografia, do segundo ano. Romero era advogado e pioneiro no ensino de Numismática no Brasil. Seus conhecimentos sobre o assunto foram compilados nas apostilas "*Numismática Geral*" (1957), publicadas em dois volumes, além de ter redigido inúmeros artigos para o Anais do Museu Histórico Nacional, como "*Numismática Brasileira – Reinado de D. José I*", em 1943, "*Numismática Brasileira – Reinado de D. Maria I*", em 1945, e "*Catálogo das moedas brasileiras do MHN – Moedas da República*", em 1960 (SÁ, 2007, p.19).

<sup>55</sup> Relatório de Atividades do MHN em 1922. [online] Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional.

Gustavo Dodt Barroso era o responsável pela cadeira de Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia. Como vimos no primeiro capítulo, além de Arqueologia Aplicada ao Brasil e História da Arte (especificamente brasileira), o Curso de Museus também foi responsável por uma terceira disciplina inaugural no Brasil, indo além, na América do Sul: *Técnica de Museus*. Segundo Sá, esta disciplina é “célula *mater* para o desenvolvimento dos estudos sobre Museologia no Brasil” (2019, p.3, grifo do autor). Assim como se deu com as demais disciplinas, o conteúdo programático desta também não constava no decreto de 1932. Entretanto, como verificamos na análise da disciplina feita no primeiro capítulo desta dissertação, a disciplina englobava as áreas que hoje entendemos como Museologia, Museografia e Conservação-Restauração, sintetizando noções de gestão, documentação, pesquisa, conservação-preservação e exposição.

Cada uma das disciplinas tinha carga horária de 90 horas<sup>56</sup>, sendo considerados aptos para a realização de provas alunos que tivessem realizado pelo menos dois terços das aulas em cada cadeira. As matrículas do Curso de Museus foram abertas em abril e as aulas tiveram início no dia 4 de maio. De acordo com Siqueira, frequentavam as aulas 26 alunos: 10 regularmente matriculados e 16 como ouvintes (2009, p.24). Faziam parte dos alunos regulares Adolpho Dumans, Alfredo Solano Barros, Guy José Paulo de Hollanda, Hamilton Scholl, Luiz Marques Poliano, Maria José Motta e Albuquerque, Maria Luiza Lage, Ovídio Clódio Teixeira Ruas, Paulo Olintho de Oliveira e Raphael Martins Ferreira (SIQUEIRA, 2009, p.24). Dentre estes, somente Hamilton Scholl e Ovídio Clódio Teixeira Ruas não concluíram o curso.

Em 1933, o Curso de Museus diplomou sua primeira turma, formando os primeiros *conservadores de museus*. Em 13 de abril de 1934, uma matéria do veículo de imprensa *O Jornal* exalta a pioneira formação no Brasil: “O Curso de Museus diplomou, até agora, uma única turma de alunos, que é a primeira que sae dos seus bancos universitários. É uma turma de “doutores” em museus!”.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> SÁ et al. Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO, vol.I, 2012-2013. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

<sup>57</sup> Como se formam técnicos de museus no Brasil. Um importante curso de extensão universitário no Museu Histórico. *O Jornal*, 13 de abril de 1934, Anno XVI, Ed. 04443, p.5.

### 2.3.2 Matriz curricular de 1934

O Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, aprovou o novo regulamento do MHN, instituindo, como novidade, a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais – IMN, e estabelecendo uma nova matriz curricular ao Curso de Museus, com tímidas alterações em sua estrutura original. Modificação pequena, mas significativa, estava na finalidade do Curso, que no decreto de 1932 estava ligada ao ensino das matérias de interesse do MHN, passando, em 1934, a estar atrelada aos objetivos culturais da instituição. Sá (2014, p.229) aponta que esta sutil mudança revela que o ensino das matérias não estaria mais associado somente às coleções, demonstrando comprometimento na relação do MHN com o público. Além do mais, acreditamos que esta modificação poderia englobar os interesses da recém-criada IMN, demonstrando, dessa forma, um cuidado em envolver os alunos do Curso com os trabalhos desenvolvidos pela Inspetoria. No que se referia à organização do Curso, foi incluída nova disposição que abrangia a criação de cursos, conferências e comemorações com profissionais externos ao MHN, com o objetivo de enriquecer o currículo do Curso e possibilitar maiores relações entre o Museu, instituições e intelectuais (MAGALHÃES, 2002, p.114).

Em relação à estrutura curricular, a diferença estava na nova nomenclatura de algumas disciplinas. História Política e Administrativa do Brasil passou a chamar-se *História da Civilização Brasileira*, lecionada ainda em dois anos com recorte no período colonial e outro para a atualidade da década de 1930. Magalhães (2002, p.116-117) aponta que a modificação refletia as transformações do campo historiográfico que privilegiavam abordagens mais socioantropológicas da formação social brasileira. Porém, a autora assinala que a mudança se deu apenas em aspecto de título, permanecendo o conteúdo da disciplina voltado para a história tradicional. As disciplinas História da Arte (especificamente do Brasil) e Arqueologia Brasileira também sofreram alterações, passando a ser respectivamente *História da Arte Brasileira* e *Arqueologia Brasileira*. O uso do termo “brasileira” nos diz muito sobre o contexto nacionalista da Era Vargas, refletindo os ideais de valorização dos interesses nacionais.

No quadro a seguir podemos verificar a mudança das nomenclaturas e a permanência do corpo docente:

### Quadro 02 – Matriz curricular de 1934

Decreto-Lei nº 24.745, de 14 de julho de 1934

Disciplinas	Professores
<b>1º ano</b>	
História da Civilização Brasileira (Período Colonial)	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
História da Arte Brasileira	Joaquim Menezes de Oliva
Arqueologia Brasileira	João Angyone Costa
Numismática (parte geral)	Edgar de Araújo Romero
<b>2º ano</b>	
História da Civilização Brasileira (até a atualidade)	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Numismática (parte brasileira) e Sigilografia	Edgar de Araújo Romero
Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	Gustavo Dodt Barroso

Fonte: BRASIL, 1934; SIQUEIRA, 2009, p.171

#### 2.3.3 Matriz curricular de 1944

O Decreto de 1934 pode não ter trazido grandes alterações ao currículo e à estrutura do Curso de Museus, mas não podemos dizer o mesmo da reforma curricular implementada em 1944. O Decreto-Lei nº 16.078, de 13 de julho de 1944, aprovou o novo regulamento do Curso de Museus e remodelou de forma significativa a formação dos conservadores de museus. A principal reorganização do currículo estava em sua duração, já que o Curso se manteve em uma estrutura disciplinar de dois anos desde 1932; agora, sua duração passou a ser de três anos, com uma Parte Básica (dois primeiros anos) e outra Parte Especializada (terceiro ano). Esta reestruturação se deu pela implementação de uma novidade: a divisão da habilitação do conservador de museus em museus históricos e museus de belas artes/artísticos. A finalidade do Curso passou a ser, portanto, claramente voltada para outras instituições além do MHN:

Art. 1.º O Curso de Museus a que se refere o art. 8.º do Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944 tem por finalidade:

- a) **preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou de instituições análogas;**
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos, ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.

(BRASIL, 1944, grifo nosso)

Ao longo da década de 1930, patrocinados pelo ambiente cultural favorável da Era Vargas, novas categorias de museus se instituíram no Brasil, como o Museu Casa de Rui Barbosa, em 1930, primeiro museu-casa nacional, e o Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, primeiro museu nacional especificamente artístico. A criação do MNBA marca um período fecundo na história dos museus que, com o Estado Novo e a fundação do SPHAN, viu seu índice de instituições crescer consideravelmente. Neste período, por exemplo, foram criados o Museu das Missões (1940), o Museu Imperial de Petrópolis (1940), o Museu da Inconfidência (1944) e o Museu do Ouro (1945). Além disso, em 1938 foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, responsável pela reforma da administração pública brasileira, tão almejada por Vargas, que repercutirá no âmbito dos museus pois, este Departamento, entre 1939 e 1940, promoveu o primeiro concurso público para Conservadores de Museus.

Dado o contexto, a partir de 1940, a direção do MHN e do DASP iniciaram discussões sobre a reformulação da estrutura do Curso para acompanhar as mudanças na área cultural e administrativa do país. Por meio de correspondências e pareceres, Gustavo Barroso e Mário de Brito, diretor do DASP, travaram disputas para a modificação do currículo do Curso. Magalhães (2002, p.118) assinala que o principal requerimento de Barroso estava na remuneração dos professores e no acréscimo de um ano letivo para a formação, entretanto, buscava ainda preservar a tradição do discurso histórico do MHN. Já os funcionários do DASP, representados por Mário de Brito, desejavam propostas inovadoras à organização do Curso e suas disciplinas, o que a autora aponta como uma provável influência das novas abordagens historiográficas da época e das concepções modernistas.

Indo por um mesmo caminho, Oliveira (2003) levanta a hipótese segundo a qual as alterações propostas pelo DASP teriam relação direta com os intelectuais atuantes no SPHAN, o que podemos constatar a partir da análise de propostas de modificações em disciplinas do Curso, como veremos adiante. Contudo, Oliveira aponta que, embora Barroso tenha perdido na disputa pela construção da memória nacional, era irredutível quando se tratava da reestruturação do Curso de Museus (2003, p.86).

Publicada nos Anais do Museu Histórico Nacional de 1944, a carta resposta de Gustavo Barroso à direção do DASP, datada em 22 de março de 1942, refere-se à proposta de organização do Curso enviada pelo órgão em 16 de março do mesmo ano. No

documento, podemos constatar a veemente discordância de Barroso quanto às sugestões de modificações técnico-didáticas das disciplinas, principalmente no que se referia à Técnica de Museus. O diretor do MHN apontou que a troca do nome da matéria *arquitetura*, da referida disciplina, pelo termo *edificações*, não condizia com a proposta técnica do Curso, já que eram estudados os “*estilos arquiteturais* para efeito de classificação técnica de documentos iconográficos em que apareçam formas dos mesmos ou de relíquias provenientes de velhos edifícios” (BARROSO, 1944, p.191, grifo do autor). *Arquitetura* é indicada como uma generalidade; *edifícios*, como uma particularidade que não abrangeria o conhecimento do programa da formação.

O segundo item citado por Barroso é referente à troca de nomenclatura e sequência dos conteúdos da cadeira de Técnica de Museus. Ele assinala que, de acordo com o sugerido pelo DASP, a parte técnica e especializada de *Classificação de Objetos* passaria a ser denominada *Elementos do Patrimônio Histórico e Artístico*, estruturada antes da parte geral e básica da disciplina que também sofreria uma alteração de nome: *Inscrições e Documentos*. Barroso evidencia a inviabilidade desta inversão de ensino da matéria, em que o aluno seria instruído do particular ao geral, quando a esquematização deveria ser o contrário. Outro dos pontos discordantes referia-se à possibilidade de nomeação de um técnico estrangeiro para o cargo de diretor do Curso de Museus, algo considerado impossível por Barroso, pois, segundo ele, “um estrangeiro nunca poderá *sentir, compreender* e sobretudo *amar* as nossas tradições ao ponto de se tornar professor delas” (BARROSO, 1944, p.196, grifo do autor), revelando claramente suas posições nacionalistas.

As conferências e discussões entre as duas instituições, MHN e DASP, culminaram, em 1943, no processo nº 81.831, do MES, determinando que os diplomas e certificados expedidos pelo Curso fossem registrados na Diretoria do Ensino Superior (NAZARETH, 1991, p.55). É importante assinalarmos que o caráter de ensino superior é característica do Curso desde a sua criação. No Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, que regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, ressaltou-se que:

Para os efeitos desta lei, são considerados cursos superiores aqueles que, pela sua natureza, exijam, como condição de matrícula, preparação secundária, comprovada, no mínimo, pela **apresentação do certificado de conclusão do curso secundário fundamental**. (BRASIL, 1938, grifo nosso)

Dito isto, no decreto de criação do Curso de Museus, de 1932, é estabelecido que para a realização da matrícula, era necessário:

[...] **certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário**, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, **válidos para matrícula nos cursos superiores**. (BRASIL, 1932, grifo nosso)

Desta forma, embora o Curso enfatizasse uma formação técnica, era em termos legais caracterizado como curso de nível superior (SÁ, 2014, p.224). O referido processo do MES, de 1943, apenas determinou a expedição dos diplomas e certificados do Curso pela Diretoria do Ensino Superior. As prováveis dúvidas quanto ao seu caráter de curso superior advém do fato do Curso não ter se estruturado em ambiente universitário, mas sim em um museu federal. Em 1948, certamente para sanar dúvidas existentes, Gustavo Barroso realizou uma consulta formal ao MES quanto à natureza do Curso. A questão foi avaliada pelo Conselho Nacional de Educação que emitiu resposta através do Parecer 455/948, de 14 de outubro de 1948, enfatizando o que havia sido estabelecido pelo Decreto-Lei de 1938:

Para efeitos desta lei (1938) são considerados cursos superiores àqueles que, pela sua natureza, exijam como condição de matrícula preparação secundária comprovada [...] verifica-se, pois, que o Curso de Museus é de nível superior. [...] O conceito do Curso de Museus é matéria que não padece de dúvidas, tão clara é a lei.<sup>58</sup>

Foi somente em 1951 que Gustavo Barroso articulou-se com o então reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, para conferir o Mandato Universitário ao Curso de Museus, acordo firmado em 12 de julho de 1951 (SÁ, 2014, p.226). Sua estrutura permaneceu no MHN, mas, dessa forma, foi reforçado seu caráter universitário, sendo os diplomas emitidos pela Universidade do Brasil. As discussões entre o MHN e o DASP, o processo do MES e, finalmente, a reforma curricular do Curso de Museus de 1944, foram importantes para preparar o ingresso do Curso no âmbito universitário.

Feitas as observações, em 1944, portanto, é aprovado o novo currículo do Curso de Museus, através do Decreto-Lei nº 16.078, fruto dos debates apontados. Tendo prevalecido as exigências de Gustavo Barroso, o Curso estruturou-se de modo a formar profissionais para outras tipologias de museus, sendo a habilitação específica entre museus históricos ou artísticos ocorrendo no terceiro ano. No quadro a seguir podemos visualizar a reestruturação do currículo:

---

<sup>58</sup>Parecer 455/948, de 14 de outubro de 1948. In: SÁ; ECHTERNACHT. Escola de Museologia: Leis, decretos, pareceres, resoluções, portarias, ofícios, estatutos, regimentos e outros, vol.II. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS. (na íntegra, ver Anexo 4)

**Quadro 03 – Matriz curricular de 1944**

Decreto-Lei nº 16.078, de 13 de julho de 1944

<b>Disciplinas</b>	<b>Professores</b>
<b>1º ano – Parte Geral</b>	
História do Brasil Colonial	Gustavo Dodt Barroso
História da Arte (Parte Geral)	Anna Barrafatto
Numismática (Parte Geral)	Edgar de Araújo Romero
Etnografia	Diógenes Vianna Guerra
Técnica de Museus (Parte Geral)	Gustavo Dodt Barroso
<b>2º ano – Parte Geral</b>	
História do Brasil Independente	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
História da Arte Brasileira	Joaquim Menezes de Oliva
Numismática Brasileira	Edgar de Araújo Romero
Artes Menores	Mário Barata
Técnica de Museus (Parte Básica)	Gustavo Dodt Barroso
<b>3º ano – Parte Especializada</b>	
<b>Seção de Museus Históricos</b>	
História Militar e Naval do Brasil	Gustavo Dodt Barroso
Arqueologia Brasileira	Diógenes Vianna Guerra
Sigilografia e Filatelia	Jenny Dreyfus
Técnica de Museus (Parte Aplicada)	Gustavo Dodt Barroso
<b>Seção de Museus de Belas Artes ou Artísticos</b>	
Arquitetura	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Pintura e Gravura	José Francisco Félix de Mariz
Escultura	Anna Barrafatto
Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular	Diógenes Vianna Guerra
Técnica de Museus (Parte Aplicada)	Gustavo Dodt Barroso

Fonte: BRASIL, 1944; SIQUEIRA, 2009, p.175

A partir do quadro, podemos constatar mudanças na denominação de disciplinas e a introdução de outras, não só na Parte Especializada, referente às respectivas habilitações, mas também na parte comum a todos os alunos. No que se refere à Parte Geral, as disciplinas de História mudaram a denominação de História da Civilização Brasileira para *História do Brasil Colonial*, no primeiro ano, e *Independente*, no segundo. A cadeira de História da Arte, anteriormente lecionada no primeiro ano e especificamente voltada para o Brasil, desmembrou-se em duas: *História da Arte*, com um panorama artístico geral, e *História da Arte Brasileira*, focada para as questões nacionais. Acrescentou-se ao estudo das artes a disciplina *Artes Menores*, denominação pejorativa utilizada até a década de 1970 para se referir às Artes Decorativas. Ainda foi implementada a disciplina de *Etnografia* que, embora não possuísse elucidação em seu título, era específica do Brasil.

O terceiro ano do Curso de Museus, voltado para a Parte Especializada, trazia algumas novidades para a formação dos futuros museólogos. A disciplina *Arqueologia Brasileira* saiu do currículo geral e foi inserida nas seções da Parte Especializada, assim como *Sigilografia*, que antes dividia a cadeira com Numismática, passando a ser ministrada junto com *Filatelia* na Seção de Museus Históricos. Nesta mesma seção, foi implementada a disciplina *História Militar e Naval do Brasil*, privilegiando os grandes êxitos militares, bem no estilo barrosiano, refletindo uma necessidade do próprio MHN que possuía grande acervo do tipo. Na Seção de Belas Artes foram implementadas as disciplinas específicas de *Arquitetura, Pintura e Gravura, Escultura e Arte Indígena e Popular*, esta dividindo a cadeira com *Arqueologia Brasileira*. Técnica de Museus foi dividida entre os dois anos da Parte Geral e igualmente aparecia na Parte Especializada.

Novos nomes surgem na lista de docentes: Anna Barrafatto, Diógenes Vianna Guerra, Mário Barata, Jenny Dreyfus e José Francisco Félix de Mariz. Eles fazem parte da primeira geração docente com formação no Curso de Museus, ou seja, não mais autodidatas em se tratando de Museologia. Grande parte dos professores continuavam sendo funcionários do MHN, entretanto, não havia a restrição que aparecia nos decretos anteriores de que os docentes seriam funcionários da própria instituição. Isto se deve pelo fato de que já havia conservadores de museus formados e em exercício da profissão em inúmeras instituições culturais. O capítulo VI, artigo 32, do Decreto-Lei 16.078 menciona:

O Curso será ministrado por professores, designados pelo Diretor do Museu Histórico Nacional mediante proposta do Coordenador do Curso, **dentre especialistas em museologia, nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.** (BRASIL, 1944, grifo nosso)

Graciele Karine Siqueira na dissertação “*Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional*” (2009), destaca o perfil profissional e frentes de atuação dos egressos do Curso de Museus. Da pesquisa apontada, podemos destacar os novos nomes na docência do Curso a partir de 1945: **Anna Barraffatto**, responsável pela disciplina de História da Arte, no primeiro ano, formou-se na turma de 1936 do Curso de Museus, atuando inicialmente no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro na coordenação de Setores de Museus, Exposições, Comunicação e Expedientes, entre 1940 e 1948. A cadeira de História da Arte Brasileira era ministrada por **Oswaldo Mello Braga de Oliveira**, formado na turma de 1937 e bibliotecário da Academia Brasileira de Letras. **Jenny Dreyfus**, professora de Sigilografia e Filatelia, graduou-se pelo Curso de Museus em 1939, ocupando inicialmente o cargo de conservadora da Seção de História do MHN, de 1942 a 1945. **Mário Antônio Barata**, professor da disciplina de Artes Menores, era egresso da turma de 1940 e atuou como conservador do MHN entre 1940 e 1954. Igualmente graduado em 1940, **José Francisco Félix de Mariz**, professor de Pintura e Gravura, especializou-se em Arte Sacra e foi criador e diretor do Museu da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Por último, **Diógenes Vianna Guerra**, docente das disciplinas de Etnografia e Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular, era egresso da turma de 1943 e dedicou-se especificamente ao magistério.

Outra grande reformulação na estrutura do Curso apresentou-se no capítulo V, do novo regulamento, em que foi criado o cargo de Coordenador do Curso de Museus, subordinado à direção do MHN e designado pelo MES mediante indicação do diretor da instituição. **Nair de Moraes Carvalho** (1914-2018), graduada pelo Curso em 1936 e sua Secretária de 1941 a 1944, foi a primeira coordenadora, mantendo-se no cargo até 1967.

No capítulo VII, mais uma novidade: a concessão de bolsas de estudos para candidatos residentes fora do município do Rio de Janeiro que fossem servidores públicos, preferencialmente com atuação em museus. A primeira bolsa do Curso de Museus foi concedida em 1942, ainda em caráter experimental, à **Lilah Pinho Saback**, da Bahia (SIQUEIRA, 2009, p.33). Entretanto, a sua institucionalização só viria dois anos depois, com a reforma de 1944. A concessão de bolsa ao candidato estabelecia a isenção do exame vestibular, a dispensa de apresentação do certificado de conclusão do Curso Clássico ou Científico, passagens de ida e volta para o estado de origem e mensalidade durante os três anos do Curso, mas o aluno perderia o direito ao último benefício caso reprovasse em alguma disciplina (SIQUEIRA, 2009, p.33).

Assim como as bolsas, no decreto de 1944 foram mencionadas excursões como meio de ensino para a execução dos programas das disciplinas do Curso de Museus. No artigo 14, apontam-se “excursões a pontos do país, ande (sic) haja preciosidades históricas e artísticas, visitas a museus, ou quaisquer outros meios próprios para ensino das respectivas disciplinas” (BRASIL, 1944). Na apresentação do livro “*A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus – MHN em 1945*” (2006), de Geraldo Pitaguary, Ivan Coelho de Sá assinala que a primeira excursão oficial do Curso de Museus foi a Ouro Preto, em julho de 1945, e pelo menos até 1969 as excursões ocorreram de forma regular, em visitas a cidades históricas do nordeste, sudeste e sul do país. Sá, ainda no livro mencionado, aponta que na gestão de Gustavo Barroso no MHN, até 1959, as excursões ocorriam de forma frequente, devido ao prestígio do diretor junto aos órgãos públicos. Entretanto, na década de 1960 tornaram-se irregulares devido à falta de recursos, retornando na década de 1990, no âmbito da UNI-RIO, com excursões a Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Parati e Vassouras, igualmente sem a regularidade de outrora. Segundo Sá (2006):

As excursões do Curso de Museus eram organizadas de maneira bastante complexa. Havia uma programação discutida entre a direção do MHN, a coordenação do Curso, os professores e os alunos. A partir da definição das cidades a serem visitadas, a secretaria do Curso começava a agendar recepções, translados, hospedagens, pernoites, visitas, conferências, almoços, jantares, etc. Eram feitos contatos com autoridades locais, governadores, prefeitos, diretores de museus, representantes do SPHAN e de outras instituições, com o objetivo de resolver todos os trâmites burocráticos. Elaborava-se um programa detalhado com datas, horários e locais de visitação. Normalmente, as excursões duravam cerca de oito dias, sendo visitadas várias cidades próximas. (SÁ in PITAGUARY, 2006, p.17)

**Figura 07** – Primeira excursão do Curso de Museus a Ouro Preto, em 1945: fotografia de professores e alunos ao pé do Cruzeiro de pedra, em frente à Capela do Padre Faria.



Fonte da imagem: PITAGUARY, 2006, p.73.

As bolsas concedidas a profissionais de outros estados e as excursões a várias localidades do país foram importantes iniciativas do Curso para ampliar o alcance e a qualidade de sua formação, bem como a concepção de um amplo patrimônio nacional a ser conhecido, estudado e preservado. As excursões promoveram o contato dos alunos com o patrimônio cultural, possibilitando uma experimentação prática das questões trabalhadas em aulas e em uma perspectiva maior do patrimônio, em sua forma “integral”, como estabelecido atualmente (SÁ in PITAGUARY, 2006, p.19). Sá destaca que:

[...] não eram visitados apenas os monumentos históricos e artísticos, mas também os sítios naturais, arqueológicos e as manifestações populares. Exemplo disso são as visitas às pinturas rupestres de São Tomé das Letras (1948), à Gruta de Maquiné (1948 e 1961), às rendeiras, praias agrestes e sambaquis de Santa Catarina (1953) e aos grupos de dança folclórica de Natal (1957). Esta visão ampliada do conceito de patrimônio sinaliza também o despontar da idéia de Turismo Cultural, ainda incipiente na década de 40, mas já presente no Curso de Museus. Por outro lado, as visitas a Brasília e à 9ª Bienal de São Paulo, em 1967, indicam o despertar do reconhecimento da arte contemporânea. (SÁ in PITAGUARY, 2006, p.19)

Os bolsistas do Curso também foram essenciais para que os profissionais em Museologia saíssem do eixo da capital para, enfim, encontrar atuações em museus e órgãos regionais do patrimônio, por exemplo. A menção a essas atividades nos conecta com a discussão do próximo capítulo, em que abordaremos o papel dos egressos na consolidação da Museologia e na proteção do patrimônio.

A matriz curricular de 1944 durou até 1966, quando foi instituído o Decreto nº 58.800, de 13 de julho de 1966, aprovando um novo regimento para o Curso.

Neste capítulo, ao trabalharmos estas matrizes curriculares, procuramos reafirmar o papel central do Curso de Museus na consolidação da Preservação, ao apresentarmos sua intrínseca ligação com o contexto de institucionalização das políticas culturais, demonstrando seu pioneirismo como primeira formação em Museologia. Como observamos, o Curso inaugurou uma formação inédita na América Latina, sendo precursor em estudos de Museologia-Museografia, Conservação-Preservação, História da Arte, Arte Popular e Arqueologia especificamente brasileiras. Na análise das matrizes curriculares, inferimos que elas buscavam consolidar conhecimentos científicos e técnicos para a gestão de museus e suas coleções, bem como exerciam papel fundamental para a divulgação dos ideais nacionalistas da Era Vargas. Por último, sinalizamos que as excursões realizadas pelo Curso buscavam aproximar os alunos de uma ideia de cultura e patrimônio mais amplas, exercendo importante papel para a preservação do patrimônio cultural em suas diversas

manifestações, isto desde as décadas de 40 e 50, ao passo que o patrimônio imaterial (ou intangível) foi oficialmente reconhecido por meio da Constituição Federal de 1988, no artigo 216<sup>59</sup>, e o seu registro oficialmente implementado através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Nosso intuito, ao apresentarmos as questões às quais este capítulo se ateve, foi o de analisar as contribuições do Curso de Museus e destacar sua relevância para o aprofundamento das questões patrimoniais no Brasil. Por isso, torna-se necessário voltarmos nossa atenção, no capítulo seguinte, para os egressos do Curso e como estes profissionais atuaram na consolidação da Museologia e na preservação do Patrimônio

---

<sup>59</sup> "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (BRASIL, 1988)

## **CAPÍTULO 3**

# **REPERCUSSÕES DO CURSO DE MUSEUS: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE SEUS EGRESSOS**

### Capítulo 3 – Repercussões do Curso de Museus: análise da atuação de seus egressos

No final do capítulo anterior, mencionamos a relevância dos egressos do Curso de Museus para a organização da Museologia no Brasil. O Curso, com certeza, foi o marco do estabelecimento deste campo tão importante para a cultura, mas foram seus alunos e futuros conservadores de museus que promoveram o reconhecimento do trabalho do museólogo e a institucionalização da profissão, reafirmando o papel central deste profissional no âmbito dos museus e instituições análogas. De fato, o trabalho de todos os egressos que atuaram nas áreas da Museologia e do Patrimônio foi essencial para o desenvolvimento da Preservação no Brasil, entretanto, dado os recortes desta dissertação, selecionamos os formados sob os parâmetros das discussões trabalhadas até aqui, portanto: a atuação dos egressos que passaram no primeiro concurso público do DASP (1939-1940); a atuação dos graduados no campo da Conservação-Restauração; a relevância dos bolsistas do Curso de Museus para a consolidação da Museologia; a participação dos egressos em entidades de classe e em órgãos do patrimônio.

Este capítulo propõe uma análise panorâmica dos pontos mais importantes da atuação dos graduados formados até o ano de 1978. Foi utilizada como principal fonte de referência o livro *“Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional”*, de Sá e Siqueira (2007). O período de análise aqui apresentado, que coaduna com o do referido livro, se justifica pelo fato do Curso de Museus ter funcionado até agosto de 1979 nas dependências do Museu Histórico Nacional, tendo depois sido transferido para o prédio do Centro de Ciências Humanas – CCH, da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO<sup>60</sup>. Dessa forma, os autores optaram por realizar um primeiro recorte que abrange o período de 1932 a 1978.

Feitas as observações, é interessante apontarmos alguns dados quanto ao perfil dos alunos do Curso em seus primeiros anos. De acordo com Sá e Siqueira (2007), o perfil era diversificado, tendo prevalecido na primeira década do Curso alunos advindos de museus públicos, principalmente do próprio MHN, ou repartições públicas que visavam implantar núcleos museológicos (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.20). Os autores assinalam que dentre estes funcionários públicos era comum o perfil do guarda de sala, servente ou guia que buscavam uma progressão funcional, além de ser maciço o número de professoras do então ensino primário e secundário, em especial do Instituto de Educação, tendência que prevaleceu até a década de 1970 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.20). Ademais, entre aqueles que já possuíam

---

<sup>60</sup> Atual universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

ensino superior, as áreas mais habituais eram as de História-Geografia, Filosofia e Direito, com casos de alunos formados em Medicina e Odontologia. Também houve ocorrência de militares de carreira, como o então Tenente Léo Fonseca e Silva, da turma de 1962, e o General Eurico Pacheco Guimarães, da turma de 1963 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.20).

É interessante ressaltarmos que a partir de 1938 a incidência de matrículas femininas tornou-se majoritária, em oposição às primeiras turmas que possuíam maior número de homens. Por exemplo: em 1947, houve 32 inscrições para o Curso, dentre as quais apenas 7 eram homens; em 1964, 3 alunos para um total de 22 inscritos (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.21). Esta discrepância repercute na conta de diplomados por gênero em cada turma, tendo algumas contado com apenas um ou dois homens e outras inteiramente formadas por mulheres, como as de 1934, 1947, 1949 e 1957 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.21). Conforme Sá e Siqueira:

As jovens da década de 30, ou seja, as primeiras conservadoras formadas pelo Curso, sinalizam um processo de mudanças de costumes e de emancipação que vinha se desenvolvendo, no Brasil, desde a década de 20. Exatamente por fugirem ao padrão brasileiro da época, podem ser consideradas à frente de seu tempo. Nas décadas de 30 e 40, mesmo na capital federal, não era comum às mulheres a preocupação em frequentar aulas que não fossem do Curso Normal e trabalhar numa profissão que não fosse a de professora primária. Nos anos 40 as turmas crescem consideravelmente, aumentando, inclusive, o número de mulheres. Isto aponta a crescente busca da independência feminina através do trabalho, que aumenta durante a Segunda Guerra e acelera na segunda metade da década. Neste momento em que a mulher procura uma formação não voltada especificamente para o magistério, o Curso de Museus pode ser compreendido como uma das poucas opções para o público feminino, sendo considerado como uma formação “elegante” e perfeitamente afeita às moças, sobretudo porque oferecia uma sólida base cultural. (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.21).

A ocorrência feminina na formação, portanto, refletia na atuação profissional. Podemos ver isso na lista de candidatos ao primeiro concurso de Conservadores de Museus realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, entre 1939 e 1940, que possuía como objetivo selecionar funcionários para o Museu Histórico Nacional e para o Museu Nacional de Belas Artes. Dos 13 candidatos, 12 eram egressos do Curso, sendo apenas dois do sexo masculino: Adolpho Dumans, Elza Peixoto Ramos, Luiz Marques Poliano, Lucília Ferreira, Lygia Martins Costa, Maria Helena Neves e Silva, Maria Torres de Carvalho Barreto, Nair de Moraes Carvalho, Octávia de Castro Corrêa, Regina Monteiro Real, Regina Liberalli e Yolanda Marcondes Portugal.

O concurso tinha como critérios avaliativos a elaboração de uma monografia, sua

defesa oral, uma prova escrita sobre História do Brasil ou História da Arte, prova prática de Técnica de Museus (arrumação, organização, catalogação etc.) e prova de idioma estrangeiro (alemão, francês, inglês ou italiano). No edital do concurso (ver Anexo 5) consta que a monografia deveria ser de conteúdo inédito sobre um dos seguintes assuntos: Períodos da história monetária brasileira; O numerário português, aplicado à colônia do Brasil; A moeda espanhola do Prata no Brasil, a partir de 1583; Moedas do 2º reinado; Primeiro e segundo sistemas monetários, a carimbagem do cobre pelas províncias, pelas revoluções e pelos particulares; Terceiro sistema monetário; Armaria, sobretudo relativa ao Brasil; Heráldica, sua origem, história, finalidade, vantagens do conhecimento; Heráldica portuguesa; Heráldica brasileira; Pinturas e gravuras, suas variedades, como reconhecê-las, como classificá-las; Manifestações artísticas no Brasil, desde o período colonial até nossos dias; Missão artística francesa (1816) e sua influência nas artes; Principais escolas de pintura e seu ambiente social na história; Restauração e conservação das obras de arte; Papel dos museus na vida moderna (BRASIL, 1939, p.4).

Figura 08 – Matéria comunicando o início das provas de seleção para os cargos de Conservador de Museus do Ministério da Educação e Saúde – MES.



Um grupo dos candidatos ao concurso de conservadores de museus

## Um concurso inédito no Brasil

### Em provas os candidatos a conservadores de museus

No salão nobre da Escola Nacional de Bellas Artes, teve lugar hoje, o início das provas de seleção para o provimento de cargos de conservadores de museus, do Ministério da Educação e Saúde.

Constituindo o facto uma verdadeira novidade, pois é a primeira vez que no Brasil se realiza um concurso de tal natureza, grande foi o numero de pessoas que assistiu ao acto.

A mesa que dirigiu os trabalhos estava presidida pelo Sr. Pedro Calmon, presidente da banca examinadora e nella tomaram parte como membros da mesma os Srs. Fernando Nereu Sampaio, Orlando Guerreiro de Castro e Egon Prates.

Inicialmente, foi procedida a chamada dos candidatos e que são os seguintes: Regina Monteiro Real, Regina Liberalli, Yolanda Marcondes Portugal, Luiz Maroues Poliano, Nair de Moraes Carvalho, Elza Peixoto Ramos, Octavio de Castro Corrêa, Adolpho Dunans, Antonio dos Santos Oliveira Junior, Maria Helena Neves e Silva, Lucilla Ferreira, Sra. Maria Torres de Carvalho Barreto e Lygia Martins Costa.

Já tendo hontem oito candidatos sido submettidos a prova da defesa oral das theses pela manhã de hoje, os cinco candidatos restantes foram submettidos a essa prova, tendo a banca examinadora encerrado os trabalhos, sem dar a conhecer o resultado das provas.

Amanhã, ás 15 horas, no Museu Nacional de Bellas Artes terá lugar a prova de technica de museus, e nos dias seguintes as de idiomas e historia.

Os candidatos que forem classificados no concurso, destinam-se ao preenchimento de vagas existentes no Museu Nacional de Bellas Artes e no Museu Historico Nacional, podendo ainda ser aproveitados em outros museus subordinados ao Ministerio da Educação.

Fonte: O Globo, 03 de janeiro de 1940, p.2. Acervo O Globo [online]. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019400103>. Acesso em 14 dez. 21.

Dez candidatos se classificaram, todos formados pelo Curso de Museus (SEOANE, 2016, p.60 e 71). Ao MHN foram destinados:

**Adolpho Dumans**, classificado com a tese “*Numismática*” e formado na turma de 1933, Dumans iniciou sua trajetória no museu como servente, em 1927. Após sua nomeação como Conservador, foi secretário interino da instituição e do Curso de Museus, entre 1940 e 1941. Foi autor do primeiro texto sobre o Curso de Museus, no livro “*A idéia da criação do Museu Histórico Nacional*”, de 1947, e também teve seus artigos publicados nos Anais do MHN. **Luiz Marques Poliano**, igualmente egresso da turma de 1933, classificou-se com a tese “*Heráldica*”. Foi Secretário do Curso de Museus de 1935 a 1940 e especializou-se em Heráldica, possuindo livros e inúmeros artigos publicados nos Anais do MHN sobre Numismática e Heráldica. **Nair de Moraes Carvalho**, diplomada pela turma de 1936, apresentou a tese “*Armaria, sobretudo a relativa ao Brasil*”. No Curso de Museus, foi a primeira Coordenadora, cargo que manteve de 1944 a 1967; Professora de *Escultura*, de 1949 a 1977; Chefe de Departamento de Arte (1974) e primeira egressa a se tornar Vice-Diretora e Diretora Substituta do Curso, entre 1954 e 1967. Dentre tantas outras atividades dentro e fora do âmbito do MHN e do Curso de Museus, Nair também foi responsável pela primeira tradução para o português da Carta de Atenas de 1931, “*Conclusões da Conferência de Atenas sobre a Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos, 14-12-1937*”. **Octávia de Castro Corrêa**, formada pela turma de 1938, defendeu a tese “*Moedas do Segundo Reinado*”. Foi nomeada conservadora da Seção de História do MHN, organizando catálogos de fotografias, autógrafos e documentos; Vice-Diretora da instituição entre 1970 e 1977 e Diretora em 1968 e 1970-71. No Curso, substituiu Gustavo Barroso na disciplina *Técnica de Museus* em 1951, mantendo-se como professora da cadeira até 1971; foi membro da Organização Nacional do ICOM – ONICOM e sócia-fundadora da Associação Brasileira de Museologia – ABM. Formada pela turma de 1937, **Yolanda Marcondes Portugal** apresentou a tese “*Períodos da história monetária brasileira*”, tornando-se conservadora da Seção de Numismática do MHN, organizando o catálogo comentado das moedas estrangeiras; no Curso, foi professora de *Numismática Geral e Brasileira*, de 1954 a 1973. Ainda, trabalhou na implantação do Museu da República e na organização do Museu Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.30-48).

Classificaram-se para o MNBA:

**Elza Peixoto Ramos**, diplomada pela turma de 1938, apresentou a tese “*Missão Artística Francesa e sua influência nas artes*”. Foi conservadora da instituição de 1940 a

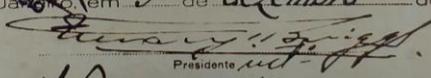
1971, atuando como Chefe da Seção Técnica e Diretora-Substituta; foi pesquisadora de Pintura Brasileira do século XIX, especialista da obra de Victor Meirelles e sócia-fundadora da ABM. **Maria Torres de Carvalho Barreto**, formada na turma de 1939, classificou-se com a tese “*A circulação do ouro em pó e em barra*”; trabalhou no MNBA e foi igualmente sócia-fundadora da ABM. **Lygia Guedes Martins Costa**, diplomada pela turma de 1939, defendeu a tese “*Da circulação da prata no Brasil nos séculos XVI e XVIII*”, trabalhando como conservadora do museu de 1940 a 1952. Uma das articuladoras da criação da ONICOM, em 1946; e como já mencionado, foi museóloga pioneira do IPHAN: nesta instituição, integrou a Comissão de Belas Artes como Secretária de 1952 a 1955, posteriormente atuando também como conservadora dos museus do IPHAN até 1966 e como Diretora da Divisão de Estudos e Tombamento, entre 1972 e 1980. Em 2006, foi agraciada pelo Ministério da Cultura – MinC, com o grau de Comendadora da Ordem do Mérito Cultural. **Regina Liberalli**, formada pela turma de 1937, apresentou a tese “*Conservação e restauração de obras de arte*”; Liberalli trabalhou no MNBA até aposentar-se e foi sócia-fundadora da ABM. Por último, igualmente diplomada na turma de 1937, **Regina Monteiro Real** apresentou a tese “*Papel dos museus na vida moderna*”. Trabalhou no MNBA de 1937 a 1954, e no Museu Casa de Rui Barbosa entre 1955 e 1969; possuiu papel importante no Comitê Brasileiro do ICOM e na ONICOM, participando ativamente da organização dos Congressos Nacionais de Museus; fundadora e primeira presidente da ABM (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.42-54).

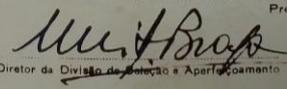
**Figura 09** – Certificado de Habilitação de Regina Liberalli na carreira de Conservador de Museus do MES.

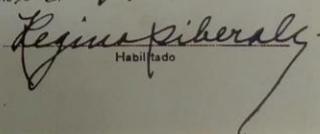
  
 REPÚBLICA REPUBLICANA DO BRASIL  
 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO  
 DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

**CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO**  
 O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos da legislação vigente e de acôrdo com o resultado do concurso de *provas e títulos* efetuado para provimento em cargos da *carreira de Conservador do Ministério da Educação e Saúde*, no qual foram habilitados *10 (dez)* candidatos e cuja classificação foi homologada em *17-1-1940*

RESOLVE expedir este certificado a *Regina Liberalli*  
 nascida em *5-5-1914* filha de *Frederico Augusto Liberalli*  
 e de *Justina de Souza Liberalli*  
 classificada em *5º* lugar, habilitada assim, a ser nomeada até *17-1-1942*  
 Rio de Janeiro, em *9* de *dezembro* de *1940*

  
 Presidente

  
 Diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

  
 Habilitada

25 MAR 1941  
 67 - 2ª via

Fonte: Coleção Regina Liberalli Laemmert, Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS.

Seoane (2016, p.73) aponta que o concurso de 1939/1940, bem como os que ocorreram nos anos seguintes – 1941, 1944 e 1945 – foram importantes para o desenvolvimento dos museus criados pelo SPHAN. Como vimos nos capítulos anteriores, esta instituição favoreceu a criação de novos museus e o profissional escolhido para administrar os acervos eram os conservadores diplomados pelo Curso. Portanto, os concursos promovidos pelo DASP deram oportunidade de legitimar os conservadores de museus como profissionais especializados no trato com a gestão das novas instituições, sendo eles responsáveis por uma atuação basilar no campo. Pioneiros, encontraram-se diante de acervos inexplorados, tendo se deparado com a missão urgente de estudar, identificar, classificar e catalogá-los pela primeira vez, desta forma, assentando os parâmetros de atuação da Museologia no Brasil (SÁ, 2007, p.25) e contribuindo de forma pioneira para a preservação do patrimônio museológico.

Castro (2013), por exemplo, indica que a monografia apresentada por Regina Liberalli para o Concurso do DASP de 1939, “*Conservação e Restauração de Obras de Arte*”, “configura-se como fonte privilegiada e substancial para o estudo da historiografia da conservação-restauração no Brasil, exemplificando, ao mesmo tempo, a narrativa do pensamento preservacionista brasileiro na década de 1930” (CASTRO, 2013, p.111). O autor realiza um estudo analítico da monografia buscando identificar as matrizes teóricas e paradigmas adotados por Regina Liberalli, dessa forma, delineando o perfil do profissional dedicado à conservação-restauração de pinturas na década de 1930. A análise proposta concluiu que o conteúdo da monografia apontava para um discurso cientificista, pautado em linguagem técnica e objetiva, sinalizando a superação do paradigma de artesanaria no tratamento de conservação e restauração de obras de arte, então comum à AIBA e, posteriormente, à ENBA (CASTRO, 2013, p.117-118).

### **3.1 Egressos atuantes na área da conservação-restauração**

A discussão exposta por Castro nos permite voltar às questões apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, quanto ao caráter pioneiro da disciplina Técnica de Museus também na abordagem da conservação-restauração no Brasil. Portanto, um pioneirismo também de egressos do Curso de Museus, como Regina Liberalli, que teve uma formação e atuação voltada para esta área. Castro (2013, p.129), aponta a preocupação de Regina com a sistematização dos trabalhos de conservação e restauração do acervo museológico do MNBA, bem como sua preocupação em implementar um gabinete de

restauração na instituição. O autor assinala que tanto na monografia da museóloga, como na análise de sua atuação, concebia-se a conservação-restauração subordinada ao museu e ao Conservador de Museus. Castro assinala:

[...] concebe-se a ideia da instituição museológica como criadora da demanda do profissional especializado para trabalhar no âmbito da conservação e restauração de acervos. Decididamente, os museus são compreendidos como lugar privilegiado de exercício da conservação e restauração, bem como espaço de produção do conhecimento e de realização de trocas simbólicas. (CASTRO, 2013, p.132)

Em relação ao perfil do profissional, compreende-se que o ator social não é mais aquele identificado com o artista-pintor ou ao pintor-restaurador. Ao contrário, estabelece-se o conceito de um profissional detentor de capital intelectual fundamentado, assim, em conhecimentos científicos – teóricos e práticos – de conservação e restauração. **Ao Conservador de museu – concebido como ator social – foi designada uma autoridade especial, ele é, portanto, o responsável pela salvaguarda do patrimônio histórico e artístico da nação brasileira cuja valoração se dá a partir da noção de “reliquias do passado”.** Como se verifica no texto de Liberalli, o Conservador de museu é aquele que planeja conceitualmente a conservação do acervo museológico, orientando, por conseguinte, o trabalho de intervenção do restaurador. Singularmente, esta noção hierárquica estava manifesta nos textos técnicos do Escritório Internacional de Museus e foi, portanto, apropriada por Regina Liberalli. (CASTRO, 2013, p.134, grifo nosso)

Esta perspectiva está igualmente expressa no livro *“Introdução à Técnica de Museus”*, em que Gustavo Barroso aponta que os Conservadores de Museus “precisam conhecer tecnicamente o assunto, a fim de poderem **dirigir e criticar** as restaurações que se fizerem necessárias, no âmbito de suas atribuições.” (BARROSO, 1951, p.13, grifo nosso). Castro (2013) ao mencionar a frase que grifamos de sua citação, reafirma o papel central do primeiro Concurso do DASP em legitimar o museólogo como profissional central na preservação do patrimônio.

Além do pioneirismo da disciplina Técnica de Museus na abordagem da conservação e da restauração, Castro (2016) menciona ser no campo da Museologia a realização do primeiro Curso de Extensão em Conservação e Restauração de Obras de Artes, realizado no Gabinete de Restauração do MHN, em junho de 1968, coordenado pelo zelador da instituição, **Sérgio Guimarães de Lima**. Diplomado pelo Curso de Museus em 1964, Sérgio dedicou-se ao magistério de História da Arte e disciplinas afins em diversas universidades brasileiras, além de ter se especializado em Conservação e Restauração. No Curso de Museus, foi professor conferencista de *História da Arte Brasileira*. Foi Chefe da Divisão de

Patrimônio Histórico e Artístico no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, em 1967, e chefiou a Seção de Conservação e Restauração do MNBA, em 1971. Implantou e chefiou o Laboratório de Conservação e Restauração do Palácio Itamaraty, na década de 80. Foi autor do primeiro livro de restauração de pintura, “*Curso de Conservação de Pintura*”; membro fundador da ABM e da Associação Brasileira de Conservadores – ABRACOR (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.157).

Destacamos ser também no âmbito da Museologia a criação, em 1987, do **primeiro laboratório específico de conservação preventiva do Brasil**, o Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON, situado no Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH, da UNIRIO. A responsável pela sua criação foi **Violeta Cheniaux**, egressa do Curso de Museus da turma de 1978, que se especializou em conservação preventiva de acervos. A partir de 1997, ao nome do Núcleo é acrescido o nome de sua criadora e primeira coordenadora, passando a denominar-se NUPRECON Violeta Cheniaux, em reconhecimento ao trabalho pioneiro da museóloga. Cheniaux ministrou a disciplina *Museografia e Preservação de Bens Culturais* por dez anos, entre 1986 e 1996, no Curso de Museologia da UNI-RIO. Como coordenadora do NUPRECON, função que exerceu até 1996, realizou inúmeros cursos de extensão na área da conservação preventiva, além de ter ministrado cursos em outras instituições, como na Universidade Federal do Amazonas, no Museu de Arte Contemporânea do Campo Grande, na Fundação Cultural do Distrito Federal, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul e no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.238).

**Geraldo Pitaguary**, formado em 1944, especializou-se em Etnografia e trabalhou na organização do Museu do Índio, inaugurado em 1953, realizando na instituição um trabalho pioneiro de processamento técnico museológico de acervos etnográficos; trabalhou no Setor de Etnografia e Etnologia, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e dedicou-se à conservação-restauração de material etnográfico, tornando-se especialista em plumária e trançado; orientou e dirigiu o 1º Seminário de Museologia e Restauração do Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR, em 1979; foi Sócio-fundador e conselheiro da ABM (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.71).

**Beatriz Pellizzetti**, graduada em 1962 e bolsista do estado do Paraná, foi professora de História da Arte e especializou-se em Restauração; integrou o grupo de colaboradores do Prof. Edson Motta no Setor de Recuperação de Pinturas e obras de Talhas, em Curitiba – IPHAN (1965) e dirigiu o primeiro ateliê de restauro de obras de arte do Departamento de

Cultura da Secretaria de Educação do Patrimônio Histórico e Artístico de Curitiba, entre 1966 e 1970 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.152-153). **Almir Paredes Cunha**, formado em 1963 pelo Curso de Museus, foi pioneiro da conservação-restauração de materiais têxteis no Brasil. Idealizou e criou o Museu D. João VI; no Curso de Museus, foi professor da disciplina de *Artes Menores e História da Arte e da Arquitetura*, entre 1967 e 1970; Sócio-fundador da ABM e da ABRACOR, tendo sido o primeiro Presidente desta associação (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.160-161). **Dirceu Pinho França**, graduado em 1964, foi restaurador e Chefe da Seção de Documentação do MHN (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.168).

Diplomada pela turma de 1966, **Aldeli Maria de Campos Lôbo Vianna** ainda possui no currículo uma formação complementar voltada para a História da Arte e a Restauração. Aldeli possui uma intensa trajetória profissional, por isso destacamos sua atuação como: Chefe do Museu Casa de Rui Barbosa e Diretora do Museu do Ingá; Coordenadora de Restauração de Pintura e Elementos Integrados da Arquitetura, na Casa França-Brasil, entre 1986 e 1990; Coordenadora da Restauração do tríptico de Eliseu Visconti do Palácio Pedro Ernesto (1991); Restauradora do acervo de pinturas da Exposição do Palácio Rio Negro, em Petrópolis (1996); Professora conferencista de *História da Arte* no Curso de Museus, entre 1967 e 1971; membro da ABM (1963), do ICOM (1971) e do ICOM-CC (1978); e sócia-fundadora da ABRACOR (1980) (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.166).

**Maria de Fátima Castro Neves**, graduou-se em 1969 na Seção de Museus Artísticos. Dedicando-se à conservação-restauração, trabalhou como Museóloga do Museu da Imagem e do Som – MIS e dirigiu o Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro; ainda atuou no magistério na Escola de Museologia – UNIRIO. **Nair Moussatché Camhi**, formada igualmente em 1969 na Seção de Museus Artísticos, dedicou-se à conservação e restauração de obras de arte (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.186 e 188).

**Alair Siqueira Barros**, graduado na Seção de Museus Artísticos em 1970, trabalhou no MIS e o MNBA, dedicando-se à restauração de obras de arte, curadoria e produção cultural. **Magaly Cardoso Oberlaender**, graduada na Seção de Museus Históricos pela turma de 1970, especializou-se em conservação-restauração de bens culturais. No MNBA, atuou como técnica em conservação e restauração e participou do projeto de montagem do Laboratório de Conservação e Restauração da instituição (1974), tendo sido ainda Chefe da Seção de Conservação-Restauração do museu, entre 1973 e 1985. Destacamos sua atuação como Coordenadora de Ações de Proteção aos Bens Tombados da 6ª CR SPHAN/FNpM (RJ e ES); Consultora Técnica de conservação e restauração do MAM-RJ;

além disso, foi responsável pela área de Conservação e Restauração de Bens Móveis e Elementos Integrados do Departamento de Proteção do IPHAN, de 1991 a 1995; Consultora Técnica para Assuntos de Restauração da 2ª SR IPHAN – Belém-PA, de 1999 a 2000; ainda por cima coordenou diversos cursos, dentre eles, ministrou o Curso de Extensão Universitária *Introdução à restauração de elementos integrados ao espaço arquitetônico*, na Escola de Museologia da UNI-RIO, em 1999. **Maria Cristina de Lacerda Rodrigues**, igualmente formada em 1970, como primeira aluna da Seção de Museus Artísticos, abriu seu próprio ateliê de restauração (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.186-195).

Formadas em 1971 na Seção de Museus Artísticos, **Ângela Maria de Oliveira Paiva** e **Ingrid Beck** também se dedicaram à Conservação-Restauração. A primeira, atuou nos laboratórios de conservação-restauração do MIS, do MNBA, do MHN e do Museu da República. Ângela igualmente atuou na 11ª. Coordenação Regional do IPHAN, em SC, onde foi responsável pela implantação do Laboratório de Estudos e Pesquisas de Laguna e pela conservação do acervo do Museu Victor Meirelles (1994-99). Dentre suas atividades na docência, destacamos sua atuação como palestrante e coordenadora de oficinas teórico-práticas de *Documentação e Conservação de Acervos Museológicos*, promovidos pelo Núcleo de Estudos de Museologia – NEMU, da UFSC (1998-2004) (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.197).

**Ingrid Beck**, especializou-se em conservação-restauração de acervo bibliográfico, documental e obras de arte sobre papel. Trabalhou, por exemplo, no MNBA com a catalogação do acervo de Gravura Brasileira, de 1973 a 1976, e posteriormente foi responsável pelo Setor de Restauração de Papel do museu, entre 1977 e 1982. Foi Chefe de Seção de Restauração e Coordenadora da Coordenação de Conservação de Documentos do Arquivo Nacional. Sua atuação nesta instituição foi intensa: foi responsável por cursos e projetos de treinamento para arquivos estaduais e bibliotecas, como o Projeto Cooperativo Interinstitucional *Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*, que sob sua coordenação foi responsável pela tradução de 53 títulos sobre conservação preventiva na área de arquivos e bibliotecas e distribuídos gratuitamente em eventos realizados pelo país. Este projeto foi responsável por sua nomeação ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade de 1998 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.199).

Graduada na Seção de Museus Históricos em 1972, **Norma Carreira Peregrini** dedicou-se à conservação-restauração de obras de arte em papel, trabalhando no MNBA e no Museu de Imagens do Inconsciente (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.213). **Mandelon Mongruel**

**Pêgo de Faria**, graduou-se na Seção de Museus Artísticos, em 1973, e especializou-se em conservação-restauração de bens culturais. Foi conservadora-restauradora da Seção de Restauração do MNBA, encarregando-se da restauração e conservação de pinturas sobre tela e madeira. Trabalhou no Laboratório de Conservação-Restauração do Museu Histórico e Diplomático do Palácio do Itamaraty. Fez parte da organização da exposição temporária sobre a restauração do acervo da Embaixada Brasileira em Washington, em janeiro de 1985. Integrou o grupo de trabalho constituído por profissionais da EBA, ABRACOR, MNBA e MHN, que elaborou o estudo para implantação do Curso de Especialização em Conservação de Bens Culturais, da EBA/UFRJ, entre 1980 e 1983. Sócia da ABM; Sócia-fundadora da ABRACOR, na qual desempenhou diversos cargos (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.209-210)

**Deize da Silva Domingues**, graduou-se na Seção de Museus Artísticos, em 1974, e em Museus Históricos, em 1975, se especializando ao longo de sua trajetória profissional em conservação-restauração e atuando no Laboratório de Restauração do MHN. **Elsamaria Brasil Loureiro de Souza**, formou-se na Seção de Museus Artísticos também em 1974, atuou como Restauradora, tendo orientado, em 1982, a restauração do acervo do Museu de Artes Leopoldo Gotuzzo da Universidade Federal de Pelotas – RS (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.224).

**Isabel Cristina Grigolli**, formada na Seção de Museus Artísticos, em 1975, especializou-se em conservação-restauração de pintura de cavalete, madeiras, porcelanas, cerâmicas, vidro e papel. Foi Chefe da Seção Técnica do Museu de Folclore Edison Carneiro; Diretora desta mesma instituição (1976), participou ativamente da organização e montagem de inúmeras exposições. Membro da ABRACOR e da Cooperativa dos Restauradores da Serra – CORES (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.233).

**Carla Regina Petrópolis Vieira Freitas**, graduou-se na Seção de Museus Históricos na turma de 1976, atuando na conservação-restauração de documentos. Foi responsável pela Reserva Técnica do Museu Villa-Lobos (1983-84); no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, atuou como Chefe de Gabinete e Coordenadora de Gestão de Documentos, ainda participou da elaboração do Projeto *Gerenciamento Ambiental e Acondicionamento de Acervo Iconográfico do Fundo Polícia Política*. **Carlos Roberto Bastos Freitas**, graduou-se em 1976 na Seção de Museus Históricos e cursou posteriormente disciplinas isoladas de *Conservação e Restauração* no Curso de Pintura da EBA/UFRJ. Atuou como Técnico da FUNARTE, no Instituto Nacional de Folclore, lotado no

Museu de Folclore Edison Carneiro, entre 1977 e 1984, ocupando-se das áreas de pesquisa, organização e montagem de exposições e conservação-restauração de acervo etnográfico. Entre 1996 e 2000, trabalhou no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, do qual foi Diretor, em 2002. Planejou e implantou o Arquivo Público Municipal de Campos de Goytacazes, em 2001, instituição na qual se tornou Diretor, em março de 2003 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.243).

**Nancy Castro Nunes**, igualmente formada na turma de 1976, mas na habilitação de Museus Artísticos, especializou-se em Conservação e Restauração de Bens Culturais. Possui extensa trajetória no MNBA, como museóloga e restauradora. Foi ainda Restauradora da Seção de Patologia do Documento, no Arquivo Nacional, entre 1982 e 1985, e de acervos pertencentes ao Museu do Teatro (1999), à Coleção Modesto Brocos (2002) e ao MAM-RJ (2002) (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.249).

**Carlos Antônio de Oliveira Reis**, graduou-se na turma de 1977, trabalhando na área de Conservação e Restauração do Museu de Folclore Edison Carneiro.

Da análise dos egressos destacados, verificamos que eles buscavam o contínuo aprimoramento de seus conhecimentos teóricos e práticos na área da Conservação-Restauração, o que os proporcionou cargos de chefia em museus, arquivos, bibliotecas, universidades e órgãos de proteção ao patrimônio de âmbito nacional, estadual e municipal, como o SPHAN/IPHAN, o INEPAC, a FUNARTE, entre outros. Ademais, estes egressos desempenharam papéis pioneiros na conservação-restauração de determinados tipos de acervos, como Geraldo Pitaguary com acervos etnográficos, e Almir Paredes Cunha com materiais têxteis, por exemplo. Muitos destes museólogos tiveram atuação na docência de disciplinas e cursos especializados na temática da conservação e restauração, ou mesmo foram responsáveis pela implantação deles, como Mandelon Mongruel Pêgo de Faria, que participou da elaboração de estudos para implantação do *Curso de Especialização em Conservação de Bens Culturais* (EBA/UFRJ), e Ingrid Beck na coordenação do Projeto Cooperativo Interinstitucional *Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*.

Alguns egressos enveredaram na área da Conservação-Restauração após alguns anos de atuação, enquanto outros, desde o começo, já iniciavam a carreira nesta área. O importante para destacarmos é como o trabalho destes profissionais foi pioneiro em muitos sentidos: ao seguirem, por exemplo, o viés do magistério, muitos dos egressos atuaram em cursos e disciplinas do próprio Curso de Museus, mas também no âmbito de outras universidades e instituições culturais, como na EBA/UFRJ, dessa forma, orientando diversas

gerações de novos profissionais. Essa constatação nos permite confirmar a propriedade e legitimação destes profissionais na área analisada, contribuindo para a consolidação da prática de preservação do patrimônio.

### 3.2 Bolsistas do Curso de Museus e sua relevância para a Museologia

No final do segundo capítulo, mencionamos que o Decreto-Lei nº 16.078, de 13 de julho de 1944, incluiu, no capítulo VII, a concessão de bolsas de estudos para candidatos que fossem servidores públicos, de preferência com atuação em museus, residentes fora do município do Rio de Janeiro. As bolsas foram concedidas até o ano 1969, tendo o Curso contado com 64 bolsistas, e um total de 49 deles concluído a formação. No quadro a seguir, podemos identificar os alunos concluintes, o ano de suas formaturas e seus estados de proveniência (apenas um bolsista era estrangeiro, de nacionalidade argentina):

**Quadro 04** – Bolsistas diplomados pelo Curso de Museus

<b>Bolsista</b>	<b>Formatura</b>	<b>Estado</b>
Lilah Pinho Saback	1943	BA
Paulo Krüger Corrêa Mourão	1944	MG
Maria Auxiliadora Tosta Santos Silva de Siqueira	1947	BA
Herundina Ferreira Baptista	1948	BA
Marcelina Alves Brandão	1948	SP
Maria Afonsina de Albuquerque Furtado	1948	CE
Maria Barreto	1948	SP
Maria Leontina Mendes de Almeida Franco	1948	SP
Yedda Teixeira de Oliveira	1948	RS
Amazília Atué Negrão	1950	BA
Arlette Corrêa Netto	1950	MG
Clara Botelho Martins Pereira	1951	MG
Florisvaldo dos Santos Trigueiros	1951	BA
Lucy de Jesus Teixeira	1951	MA
Nair Alves Ferreira	1951	AM

Nara Tormi Jordão	1951	SP
Celina Salles Trigueiros	1952	BA
Maria do Perpétuo Socorro e Sousa	1952	MA
Dinaldo Buarque de Gusmão	1953	PE
Gisélia Antonia Gomes Leite	1953	BA
Aldo Domingues	1954	SC
Lucy Altiva Seraine	1954	CE
Raymundo Martins da Costa	1954	BA
Maria Liz de Jesus Machado Bacelar	1954	MA
Therezinha de Jesus Marques Martins	1955	MA
Almerinda Veríssimo Corrêa	1956	RS
Fernanda Camargo-Moro	1956	SP
Lúcia Bittercourt Marques de Oliveira	1956	BA
Selma Sfeir	1956	SC
Clara Pastora Leite	1957	MT
Cleon Faria Affonso da Costa	1958	PR
Maria Marlene Mattos da Silva	1958	RJ
Maria José Soares Daudt	1959	RS
Maria Thethis Nunes	1959	SE
Auta Rojas Barreto	1960	CE
Julieta Pinto Sá Brito	1960	RS
Maria Rita Figueiredo Pereira	1960	MG
Neyla Toledo de Macedo	1960	ES
Maria Mercedes de Oliveira Rosa	1961	BA
Olga Gudolle Cacciotore	1961	RS
Beatriz Pellizzetti	1962	PR
Georgeta David Sayah	1962	RJ
Marília Duarte Nunes	1962	PR
Vânia Maria Gurgel Bastos	1963	CE

Maria Perpétuo Socorro Benages Gonçalves	1964	AM
Henrique Medeiros Barroso	1966	CE
Ana Lúcia Soares Uchoa	1969	BA
José Martin de Bartolomé	1969	Argentina
Aécio de Oliveira	1970	PE

Fonte: SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.268-269

Como já apontado, a atuação destes egressos foi primordial para levar o conhecimento museológico para instituições culturais por todo o Brasil, realizando um trabalho pioneiro em muitos museus e instituições análogas. Alguns formados acabaram enveredando em outras áreas, portanto, a seguir apontaremos os egressos que atuaram na área da Museologia e do Patrimônio.

Do estado da Bahia, por exemplo, podemos citar os seguintes bolsistas:

**Herundina Ferreira Baptista**, formada em 1948, que atuou como funcionária pública do Museu do Estado da Bahia até 1963, realizando lá um trabalho pioneiro na área da Museologia (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.90).

**Florisvaldo dos Santos Trigueiros**, graduado em 1951, especializou-se em processamento técnico de papel moeda, publicando inúmeros artigos e livros sobre sua pesquisa e atuação na área. Participou da organização e instalação do Museu do Banco do Brasil, do Museu da Caixa de Amortização e do Museu de Valores do Banco Central, do qual foi Diretor até 1975; participante ativo de congressos e seminários brasileiros e internacionais, especialmente na área da Museologia, tendo sido membro das comissão organizadora do I, II e III Congresso Nacional de Museus (Ouro Preto, 1956; São Paulo, 1959; Salvador, 1962); foi membro da ONICOM e sócio-fundador da ABM. Homenageado, em 2002, pelo Museu de Valores do Banco Central do Brasil ao atribuírem seu nome ao espaço expositivo que abriga a mais valiosa coleção de ouro do Brasil, *Sala F. Dos Santos Trigueiros*; Recebeu a Medalha do Mérito Museológico do COFEM, em 2004 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.102).

**Lucia Bittencourt Marques de Oliveira**, formada na turma de 1956, especializou-se em Arte Sacra, sobretudo em imaginária baiana. Trabalhou na Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro – FEMURJ, na qual fez parte da Comissão para conferência dos

bens patrimoniais, do Grupo de Trabalho para implantação de Normas Técnicas e do Grupo Interdisciplinar de Estudo do Programa Museológico do Museu de Ciências e Tecnologia da Bahia, entre 1979 e 1980; foi também membro da Comissão Especial que procedeu ao levantamento dos patrimônios da Fundação de Teatro do Rio de Janeiro – FUNTERJ e da FEMURJ, para incorporá-los à Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro – FUNARJ, em 1980. Foi Sócia do ICOM e da ABM. Diretora Tesoureira do MOUSEION e Diretora Secretária Adjunta da AMICOM (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.127).

**Maria Mercedes de Oliveira Rosa**, graduada na turma de 1961, se especializou em acervos de Prataria, Azulejaria e Ourivesaria. Foi museóloga do Museu do Estado da Bahia; Organizou, projetou e implantou o Museu Costa Pinto (Salvador), tendo o dirigido desde 1969, elaborando também a classificação e catalogação do acervo da instituição, entre 1963 e 1967; Autora do projeto, da organização e instalação do Museu Numismático Eugênio Teixeira Leal – Coleção Numismática do Banco Econômico (1984); Realizou a pesquisa e a classificação da prataria do Museu de Arte Sacra da Bahia, entre 2005 e 2006; Presidente (1998-2002) e Vice-Presidente (2003-2006) da Câmara de Patrimônio da Bahia (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.127).

**Ana Lúcia Soares Uchoa**, graduou-se na Seção de Museus Artísticos em 1969, atuando como Diretora do Museu do Instituto Feminino da Bahia (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.184).

Do estado de São Paulo, podemos destacar: **Marcelina Alves Brandão e Maria Barreto**, ambas formadas na turma de 1948. Marcelina especializou-se em numismática e trabalhou como conservadora do Museu do Ipiranga de São Paulo; Maria trabalhou na mesma instituição (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.91). Destacamos igualmente **Fernanda de Camargo e Almeida Moro**, graduada na turma de 1956, especializou-se em Arqueologia. Dentre suas atividades na docência, foi professora da cadeira *Arqueologia* da então Faculdade de Museologia – MHN. Foi uma das coautoras do projeto do Museu de Ciência e Tecnologia da Guanabara, em 1974; responsável, em 1974, pela transformação em museu do então Arquivo de Imagens do Inconsciente do Centro Psiquiátrico Pedro II, organizado pela Dr<sup>a</sup>. Nise da Silveira. Foi Presidente da FEMURJ, entre 1979 e 1980; Diretora Superintendente de Museus da FUNARJ, de 1980 a 1983; Membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (1980-84); Autora do projeto pioneiro do primeiro ecomuseu da América Latina, Ecomuseu de Itaipu Bi-Nacional, e responsável pela sua implantação, junto

com Lourdes Novaes<sup>61</sup>. Membro-fundadora da AMICOM, da qual foi presidente entre 1971 e 1992. Uma das responsáveis pela reestruturação da representação brasileira do ICOM, o ICOM-BR, do qual foi presidente de 1977 a 1987 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.124-126).

Dos bolsistas graduados do Rio Grande de Sul, três atuaram na área da Museologia e do Patrimônio: **Maria José Daudt**, graduada na turma de 1959, trabalhou até sua aposentadoria no Museu Júlio Castilho, no próprio RS. **Julieta Pinto Sá Brito**, formada na turma de 1960, atuou como museóloga da Divisão de Educação do MHN (1970); foi membro da equipe que organizou o Museu e Arquivo da Academia Nacional de Medicina e do Clube de Engenharia (1976-79); membro de inúmeras diretorias da ABM e participou da regulamentação da profissão de museólogo. **Olga Gudolle Cacciatore**, formada em 1961 na Seção de Museus Históricos, e na Seção de Museus Artísticos, em 1962, foi professora conferencista de *Arte Negra e Arte Indígena no Brasil*, no Curso de Museus, em 1970; Museóloga da FUNARJ, onde trabalhou por mais de vinte anos no Museu de Artes e Tradições Populares, no Museu Histórico de Niterói e no Museu Carmem Miranda, atuando nas áreas de pesquisa, catalogação, conservação e curadoria de exposições (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.140, 143, 147).

**Maria Afonsina de Albuquerque Furtado** e **Auta Rojas Barreto** são as bolsistas do estado do Ceará que tiveram atuação na área. Maria, graduada em 1948, foi museóloga do Museu da Casa Brasileira – MCB e do Museu Casa de Guilherme de Almeida; estudou os inventários e testamentos paulistas do Arquivo do Estado de São Paulo e especializou-se em mobiliário e acessórios de interiores, principalmente das casas bandeiristas. Auta, formada em 1960, foi professora de *Museologia e Filatelia* no Curso de Museus na década de 70; projetou e organizou o Museu da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro; reorganizou o Museu, a Biblioteca e o Arquivo da Academia Nacional de Medicina; planejou e organizou o Museu do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro; participou de inúmeras diretorias da ABM nas décadas de 70 e 80, lutando pela regulamentação da profissão (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.91, 142-143).

Do estado de Minas Gerais, destacaram-se: **Paulo Krueger Correa Morão**, graduado em 1944, foi funcionário do IPHAN. Escreveu os livros: *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império* (1959); *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*, de 1962; e *As igrejas setecentistas de Minas* (1986). **Arlette Corrêa Netto**, trabalhou como Secretária do Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.78,

---

<sup>61</sup> Graduada pelo Curso de Museus na turma de 1956.

98).

Do Paraná, podemos apontar **Beatriz Pellizetti**, já mencionada na seção anterior por ter se dedicado à área da Restauração, e **Marília Duarte Nunes**, assim como Beatriz, graduada em 1962. Marília dedicou-se à Antropologia, tendo atuado como Diretora da Seção de Antropologia e Diretora do Museu Paranaense; trabalhou na Fundação Nacional do Índio – FUNAI (1968) e como Museóloga e Diretora-Substituta do Museu do Índio, em 1972 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.152-155).

**Aécio de Oliveira**, graduou-se em 1970 na Seção de Museus Históricos, único bolsista pernambucano a atuar na área, foi Museólogo e Assessor da Diretoria Executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – IJNPS (1971-72), tendo sido o primeiro Diretor do Departamento de Museologia deste Instituto; um dos implantadores do Museu do Homem do Nordeste de Recife, em 1979, instituição da qual foi Diretor, entre 1985 e 1986; foi igualmente Diretor do Museu do Estado, em Recife, e implantador do Museu do Homem do Norte, em Manaus; em 2006, foi condecorado pelo COFEM com a Medalha do Mérito Museológico (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.184).

**Selma Sfeir**, graduada em 1956 e bolsista do estado de Santa Catarina, atuou na catalogação do acervo do Museu Paranaense, em Curitiba, de 1958 a 1960; estagiou no MHN, trabalhando com a catalogação das coleções de Indumentária e Numismática, entre 1960 e 1963 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.128).

**Clara Pastora Leite**, bolsista do estado de Mato Grosso, graduou-se em 1957, tendo participado, na década de 70, da criação do Museu do Tribunal de Contas da União (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.130).

A partir da análise dos currículos apresentados, nos chama a atenção exatamente o fato de muitos destes profissionais terem sido pioneiros na prática museológica em seus estados, tomando a frente de projetos de implementação de novas instituições museológicas e na chefia de museus e outras instituições do patrimônio. A importância das bolsas concedidas pelo Curso de Museus se demonstra no incentivo que a instituição deu para que servidores públicos de diversos estados investissem em uma formação voltada para a preservação do Patrimônio, o que possibilitou que estes profissionais incentivassem e levassem para seus locais de trabalho um conhecimento técnico em gestão de acervos. Por exemplo, Florisvaldo dos Santos Trigueiros, já formado em Economia e funcionário do Banco do Brasil em Salvador, transferiu-se para a agência do Rio de Janeiro, formou-se em 1951 no Curso de Museus e mais tarde participou da organização e implementação do

Museu do Banco do Brasil (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.102).

Outro importante dado, não só quanto à atuação dos bolsistas, mas também dos egressos mencionados nas seções anteriores, é a presença deles na fundação de organismos de classe da Museologia. Foi a movimentação em prol de uma organização associativa da classe que permitiu que na década de 1980 houvesse a regulamentação da profissão do Museólogo. Portanto, na próxima seção iremos abordar a atuação destes neste sentido, em especial na fundação da Associação Brasileira de Museologia – ABM, já que ela foi um importante e necessário passo para a consolidação e reconhecimento da profissão.

### 3.3 Egressos e os movimentos associativos

O *Office International des Musées* – OIM, criado em 1926, foi a primeira entidade internacional visando a cooperação entre os museus e profissionais de todo o mundo. Em decorrência da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1940 sua atuação foi paralisada, levando à sua extinção em 1946. Entretanto, foi logo sucedido pela criação do Comitê Internacional de Museus – ICOM. A Museologia no Brasil começou a se estruturar em um cenário de grande influência internacional quando se tratava de museus. Dentre os referenciais teóricos que influenciaram Gustavo Barroso na elaboração da disciplina Técnica de Museus, destacou-se a influência do OIM e suas publicações, principalmente os artigos da revista *Mouseion*, como verificamos na análise da disciplina no primeiro capítulo. Esta relação foi mantida no contexto pós Segunda Guerra, por meio do intercâmbio com o recém-criado ICOM, que foi um grande fomentador, por exemplo, da realização dos Congressos Nacionais de Museus – CNM, que contaram, sobretudo, com a participação de conservadores de museus, formados no Curso de Museus do MHN.

Logo na primeira reunião do ICOM, ocorrida em 16 de novembro de 1946, no Museu do Louvre (CRUZ, 2008, p.7), estava representando o Brasil o conservador de museus **Mário Antônio Barata**, também único representante da América Latina. Graduado pelo Curso na turma de 1940, estava em Paris no contexto da criação do ICOM por ter recebido uma bolsa de estudos do Governo Francês que lhe proporcionou uma licenciatura em História da Arte pelo *Institut d'Art et d'Archéologie*, da *Université Paris-Sorbonne*, entre 1946 e 1948 (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.57).

Uma das primeiras iniciativas do ICOM foi incentivar os museus a se associarem e os países a fundarem representações nacionais. Por meio de cartas enviadas a instituições de todo o mundo, o ICOM entrou em contato com os diretores de museus convocando-os a

se juntarem ao novo Conselho e criar comitês em seus países. No Brasil, o primeiro museu a se manifestar em relação à carta foi o MNBA. Funcionárias do museu desde o Concurso do DASP de 1939-1940, as egressas do Curso de Museus, **Lygia Martins Costa** e **Regina Monteiro Real**, foram as receptoras da carta e tomaram as primeiras iniciativas para a criação de uma representação brasileira do ICOM. Em entrevista-depoimento concedida à Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2005, ao ser perguntada sobre a fundação do comitê nacional do ICOM, Lygia comenta:

A minha relação com o Icom foi a mais imediata possível. Eu e a Regina Real éramos as mais ligadas ao Museu. Ela era a secretária do Museu, embora fosse técnica. Então chegou uma correspondência e ela disse: 'Lygia, chegou aquilo que a gente sonhava'. Pois sempre conversávamos sobre a necessidade de termos acesso aos museus lá de fora; dizíamos que não podíamos continuar a não saber o que eles estavam estudando, o que eles tinham... essa falta de contato... presos aqui no nosso mundinho... Quando ela me mostrou aquela correspondência, eu disse: 'Regina, era isso que nós estávamos buscando. Vamos ter a oportunidade de viajar, de ver os museus, mas que bom! Vamos levar isso a Oswaldo Teixeira já mastigado.' E fomos... Naturalmente Oswaldo era um artista... (COSTA, 2005, p. 282)

Dessa forma, em 9 de janeiro de 1948, foi realizada a primeira reunião da Organização Nacional do ICOM – ONICOM<sup>62</sup>, que teve como primeiro presidente o então diretor do MNBA, Oswaldo Teixeira. Estiveram presentes nesse encontro: Oswaldo Teixeira, Gustavo Barroso, Heloísa Alberto Torres<sup>63</sup>, Américo Jacobina Lacombe<sup>64</sup>, Regina Monteiro Real e Lygia Martins Costa (CRUZ, 2008, p.10). Sá aponta que a ONICOM “representou um importante passo para diminuir o distanciamento dos museus e dos conservadores brasileiros em relação às transformações que ocorriam no campo internacional” (2015, p.139).

A criação do ICOM, e consequentemente da ONICOM, no contexto brasileiro, estimulou os primeiros debates sobre as políticas de museus, principalmente a partir da segunda gestão do comitê, presidida entre 1953 e 1963 por Rodrigo M. F. de Andrade. Data desta época a organização do Primeiro Congresso Nacional de Museus – CNM, que ocorreu em julho de 1956 em Ouro Preto (CAMARGO-MORO; NOVAES, 2010, p. 37). Biserra (2017) aponta que:

Os CNM tiveram papel interno e externo nos processos de institucionalização do campo museal e museológico, e constituíram um espaço de aprofundamento dos debates acerca dos problemas dos museus,

<sup>62</sup> Atual ICOM-BR, Comitê Brasileiro do ICOM.

<sup>63</sup> **Helóisa Alberto Torres** (1895-1977), Diretora do Museu Nacional.

<sup>64</sup> **Américo Jacobina Lacombe** (1909-1993), Diretor do Museu Casa de Rui Barbosa.

bem como das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural sob a tutela de estabelecimentos museais. O primeiro CNM, juntamente com o Seminário da UNESCO de 1958 no MAM Rio, foram um marco não somente para a consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros, como também foram seminais na profissionalização da Museologia ao promover um conagraçamento dos profissionais de museus para discutir temas da sua prática profissional e estimular o reconhecimento de uma identidade profissional. Na medida em que alguns profissionais passaram a se reconhecer naquilo que faziam e compreendiam que o trabalho museal e museológico era um capital social representativo para a sociedade e o Estado, iniciou-se um processo de mobilização e organização dessa categoria profissional. (BISERRA, 2017, p.73)

De fato, os CNM foram importantes e fecundos encontros para a discussão museal e museológica, sendo sua relevância ainda mais explícita quando constatamos que foram os debates do III Congresso Nacional de Museus, realizado em Salvador, em 1963, que fomentaram a organização da Associação Brasileira de Museologistas – ABM<sup>65</sup> (BISERRA, 2017, p.79 e 80). A Associação seria fundada em 5 de novembro de 1963, em uma reunião de profissionais de museus no MNBA, que decidiram criar uma “sociedade civil de direito privado com a finalidade de congregar os técnicos e cientistas dos museus, bem como pessoas em geral interessadas nos problemas museais e museológicos” (BISERRA, 2017, 82).

Foram sócios-fundadores da ABM: **Alfredo Theodor Rusins**<sup>66</sup>; **Almir Paredes Cunha**; Antônio dos Santos Oliveira; **Antônio Pimentel Winz**<sup>67</sup>; Augusto Silva Teles; Beatriz da Costa Ribeiro; **Cacilda Pereira Fernandes**<sup>68</sup>; Carlos Cyrillo; Carmen Velasco Portinho; **Carmen Corrêa Quadros**<sup>69</sup>; Donato Mello Júnior; **Dora Vidal Andrade**<sup>70</sup>; **Dulce Cardozo Ludolf**<sup>71</sup>; **Ecyla Castanheira Brandão**<sup>72</sup>; **Elza Ramos Peixoto**<sup>73</sup>; **Florisvaldo dos Santos Trigueiros**; **Fortunée Levy**<sup>74</sup>; Francisco Marques dos Santos; Francisco de Paula e Azevedo Pondé; **Geraldo Majela Lima**<sup>75</sup>; **Geraldo Pitaguary**; **Gerardo Alves de Carvalho**<sup>76</sup>; **Gerardo Britto Raposo da Câmara**<sup>77</sup>; **Gilda Marina de Almeida Lopes**<sup>78</sup>;

<sup>65</sup> A partir de 1979, Associação Brasileira de Museologia.

<sup>66</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1938.

<sup>67</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1952.

<sup>68</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1946.

<sup>69</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1942.

<sup>70</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1961.

<sup>71</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1941.

<sup>72</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1953.

<sup>73</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1938.

<sup>74</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1935.

<sup>75</sup> Então aluno do Curso de Museus, formou-se em 1965.

<sup>76</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1948.

<sup>77</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1943.

<sup>78</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1942.

Heloísa Alberto Torres; **Heloísa Nansi Bandeira**<sup>79</sup>; **Jenny Dreyfus**<sup>80</sup>; José Roberto Teixeira Leite; Josué Montello; Léa Paranhos; **Lygia Martins Costa**; **Luiz Castro Faria**<sup>81</sup>; Manoel Constantino Gomes Ribeiro; **Maria Augusta F. Machado da Silva**<sup>82</sup>; **Maria Torres de Carvalho Barreto**; **Maria Elisa Carrazzoni**<sup>83</sup>; Maria Nazareth Castelo Branco Cruz; **Mário Antônio Barata**; Mário José da Silva Cruz; Max Antônio Gutmann Bicho; Nair Araújo do Carmo Braga; Newton Dias dos Santos; **Octávia Corrêa dos Santos Oliveira**; **Pascoalina de Almeida Stilben**<sup>84</sup>; Paulo Cesar Vincent da Fonseca; **Paulo Olintho de Oliveira**<sup>85</sup>; **Regina Liberalli Laemert**; **Regina Monteiro Real**; **Sérgio Ferreira da Cunha**<sup>86</sup>; **Sergio Guimaraes Lima**; **Sigrid Porto de Barros**<sup>87</sup>; Solon Leontsinis; **Therezinha de Moraes Sarmiento**<sup>88</sup>; **Yolanda Marcondes Portugal**; e Wilma Teixeira Ormond (BISERRA, 2017, p.83-89).

Dos 54 listados como sócios-fundadores da ABM, 32 eram egressos do Curso de Museus, e um, Geraldo Majela Lima, estudante no Curso. Das sete gestões da Associação, que ocorreram entre 1963 e 1985, apenas um – Lourenço Lacombe – não era egresso: **Regina Monteiro Real**, 1963-66 e 1966-69; **Léo Fonseca e Silva**<sup>89</sup>, 1970-73; Lourenço Luiz Lacombe<sup>90</sup>, 1973-76; **Arnaldo Machado**, 1976-79; **Therezinha de Moraes Sarmiento**, 1979-82; e **Neusa Fernandes**<sup>91</sup>, 1982-85 (FERNANDES, 2014, p.25).

A principal causa defendida pela ABM era, desde o começo, a regulamentação da profissão do Museólogo. A primeira proposta de regulamentação da profissão data de 1962, anteprojeto encaminhado pelo MHN, tendo como autor Antônio Pimentel Winz, e apresentado no III Congresso de Museus, de Salvador, daquele mesmo ano. O anteprojeto chegou ao Congresso Nacional por meio do deputado Muniz Falcão (PSP/AL), que o apresentou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 801 de 1963, em 12 de agosto de 1963 (BISERRA, 2017, p.108). Entretanto, o projeto foi arquivado. Regina Real, como primeira presidente da ABM, no ano seguinte de sua posse, 1964, apresentou nova reivindicação ao Diretor do DASP, André Carrazzoni, e ao ministro da Educação e Saúde,

<sup>79</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1960.

<sup>80</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1939.

<sup>81</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1935.

<sup>82</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1947.

<sup>83</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1963.

<sup>84</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1947.

<sup>85</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1933.

<sup>86</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1958.

<sup>87</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1949.

<sup>88</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1958.

<sup>89</sup> Formado pelo Curso de Museus em 1962.

<sup>90</sup> Lourenço Luiz Lacombe (1914-1994), Diretor do Museu Imperial.

<sup>91</sup> Formada pelo Curso de Museus em 1967.

porém, a proposta teve decisão desfavorável (FERNANDES, 2014, p.26). Ao longo das décadas de 60 e 70 novos anteprojetos foram formulados por incansáveis militantes da ABM. No entanto, seria somente sob a liderança de Neusa Fernandes que, em 18 de dezembro de 1984, através da Lei nº 7.287, a regulamentação da profissão seria oficializada.

**Figura 10** – Matéria sobre a regulamentação da profissão de museólogo



### Museólogos debatem sua regulamentação

A regulamentação da profissão de museólogo foi o tema discutido ontem por professores e alunos do curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio), em painel realizado no auditório do GLOBO. Na reunião, promovida pela Associação Brasileira de Museologia (ABM) e pela universidade, a presidente da entidade, Therezinha Moraes Sarmento, lembrou a união da classe em torno do seu maior

anseio — a regulamentação — e a luta da ABM, desde a sua criação, em 1963, para alcançar esse objetivo. Segundo Therezinha Sarmento, o projeto de regulamentação da profissão, elaborado em 1979 por um grupo de profissionais filiados à entidade, tramitou durante algum tempo pelo Ministério do Trabalho até ser apresentado ao Congresso Nacional em 23 de novembro último. O

reitor da UNI-Rio, Guilherme Figueiredo, foi representado no encontro pelo professor Antônio Caetano Dias, decano do Centro de Ciências Humanas da universidade. Na mesa que dirigiu os trabalhos, da esquerda para a direita, Mercedes Rosa, Solange Sampaio Godoy, Neusa Fernandes, Tereza Molleta, Antônio Caetano Dias, Therezinha Sarmento, Wanda Coelho e Silva e José P. Sposel.

Fonte: O Globo, 31 de março de 1982, p.15. Acervo O Globo [online]. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019820331>. Acesso em 14 dez. 21.

Como foi possível constatar ao longo deste capítulo, os egressos do Curso de Museus tiveram papel central na consolidação de uma política museal no Brasil. Foi através de sua atuação e militância na área da Museologia e do Patrimônio que estes profissionais lançaram as bases para a organização de uma Política de Museus, na medida em que investiram numa estratégia de valorização do profissional museólogo e de sua atuação no processo de preservação de acervos museológicos. Como aponta Gomes:

A ação coletiva promovida pela sociedade civil é uma ação de organização dedicada, de modo quase que exclusivo, ao bem comum de sua coletividade, à produção de resultados e bens públicos que estejam disponíveis aos seus membros. Esse tipo de relação contribui para que o desenvolvimento da ação social ocorra em bases de expectativa coletiva, já que a existência de um interesse comum ou coletivo faz referência direta com o processo de identificação, reconhecimento, coerência e continuidade do grupo. Ao constituir uma identidade coletiva, a sociedade civil diminui a incerteza sobre seu próprio futuro, atribuindo ordem de preferências e adquirindo capacidade de desenvolver-se com estabilidade e segurança social. (GOMES, 2011, p.84)

A criação do Curso de Museus, a luta por associações de classe e pela regulamentação da profissão, foram iniciativas primordiais não somente para legitimar o papel do museólogo como profissional, mas também para alertar sobre a importância dos museus, de seus acervos e de sua preservação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## Considerações finais

Ao longo desta dissertação, procuramos apresentar argumentos que nos permitissem analisar e discutir a hipótese proposta por esta pesquisa. Buscando fundamentar nossa premissa, de que o Curso de Museus foi uma iniciativa primordial para a consolidação da Preservação no Brasil, no primeiro capítulo realizamos uma análise dos conceitos de Preservação, Museu, Musealização e Museologia, no intuito de apontar as convergências entre eles, bem como o papel central da preservação na atuação museológica. Assinalamos a inerente existência da Museologia à prática da conservação, levando a atuação do museólogo a ser fundamental ao campo do patrimônio, à preservação dos bens móveis e integrados.

Após esta parte inicial, buscamos explicitar como a criação do Curso de Museus, primeira formação em Museologia no Brasil, foi essencial para que o patrimônio nacional ganhasse profissionais que soubessem gerir de forma adequada as coleções musealizadas. O Curso inaugurou no país a disciplina Técnica de Museus, centrada nas atividades que englobam especificamente a Preservação: aquisição, documentação, pesquisa, conservação e comunicação – exposição e educação. Portanto, analisamos o conteúdo da disciplina e igualmente o texto “*Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração*”, do livro “*Introdução à Técnica de Museus*”, que reuniu as questões abordadas pela disciplina.

Por meio da análise do conteúdo da disciplina e do livro mencionado, constatamos que ambos trabalhavam com tópicos fundamentais para a gestão do patrimônio, que hoje entendemos como pesquisa, documentação, preservação e comunicação. Relativo à função de preservação dos museus, bem como do patrimônio num todo, a disciplina inaugurou o estudo de conservação-restauração como matéria central em um curso de ensino superior. Para embasar esta afirmação recorreremos a uma breve revisão do papel do *conservador* no Brasil, o que nos levou a concluir que apesar de ter existido na AIBA/ENBA um profissional denominado “Conservador”, nesta instituição não havia uma formação especializada para o cargo. Evidenciamos, também, que o exercício da mesma era focado na *restauração*, não havendo preocupação com a *conservação* como prevenção de danos e nem com o caráter histórico dos objetos restaurados. Dessa forma, o ensino de conservação-restauração no Curso de Museus, aliado aos estudos de catalogação/documentação e exposição, contribuiu para a formação de *Conservadores de Museus* com uma proposta preservacionista ampla e preocupada com a valorização dos objetos e das coleções, não enfatizados inicialmente na

política de preservação do SPHAN, que privilegiava os monumentos arquitetônicos e só tardiamente voltou-se para a preservação dos denominados bens móveis e integrados. Consideramos importante realizar estas observações quanto ao pioneirismo do Curso de Museus no âmbito da conservação, por esta ser, até os dias atuais, uma área de fundamental atuação dos museólogos, e, como pudemos constatar ao longo da pesquisa, muitos desses profissionais foram responsáveis pela consolidação da Conservação, até mesmo da Restauração, no campo patrimonial.

No segundo capítulo, nossa preocupação foi contextualizar a criação do Curso de Museus no período de consolidação das Políticas Culturais, o entendendo como um dos meios para a implementação dessas políticas, já que foi fundamental para a formação de profissionais específicos para a gestão do patrimônio museológico, contribuindo especificamente para a preservação do patrimônio. Foi analisada a proposta de criação do Curso Técnico que englobaria o MHN, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, no intuito de contribuir ainda mais para a análise da estrutura do Curso de Museus. Posteriormente, selecionamos as três primeiras reformas curriculares do Curso – 1932, 1934, 1944 – , por as considerarmos elementares para a constituição do currículo da Museologia que se desenvolveria posteriormente.

No terceiro e último capítulo, procuramos abordar a repercussão da formação do Curso de Museus através da análise da atuação de alguns de seus alunos egressos. Foi priorizada uma análise panorâmica da formação dos graduados, sendo nossa proposta futura realizar e incentivar outros trabalhos que possam discorrer de maneira mais detalhada a atuação de cada um desses egressos mencionados. Primeiramente, realizamos uma análise da importância do primeiro concurso para Conservadores de Museus, realizado entre 1939-1940, para a inserção e legitimação do museólogo na esfera pública. Apontamos a atuação dos egressos que passaram neste concurso e sua relevância para a história da Museologia e do Patrimônio. Em seguida, apuramos a atuação dos graduados na área da Conservação-Restauração. Sendo o Curso a primeira formação a abordar o ensino da Conservação-Restauração em seu currículo, consideramos relevante analisar a atuação e contribuição dos egressos nesta área. Posteriormente, exploramos a atuação dos bolsistas formados pelo Curso de Museus. As bolsas foram parte primordial da Reforma Curricular de 1944, contribuindo para que servidores públicos de outros estados concluíssem a formação e levassem para seus estados de origem o conhecimento museológico. Estes graduados tiveram participação efetiva na implementação de novos museus e na gestão de órgãos regionais do patrimônio. A última seção teve como propósito apontar a importância dos

egressos do Curso para a constituição de entidades associativas de museus, colaborando de forma essencial para a regulamentação da profissão de museólogo e, conseqüentemente, alertando sobre a importância dos museus no contexto da Preservação; ou seja, do museólogo como um dos profissionais específicos da Preservação.

Podemos, assim, considerar que a nossa hipótese foi confirmada, nos levando a concluir que o papel do Curso de Museus para a consolidação da Preservação foi pioneiro na medida em que inaugurou a formação em Museologia e os critérios para a gestão dos museus e das coleções que integram o patrimônio nacional. A formação iniciada pelo Curso abrangeu o ensino do que é basilar para a Preservação: a gestão, a aquisição, a documentação, a pesquisa, a conservação e a comunicação dos bens culturais. Esperamos que este trabalho possa contribuir para o estudo da história da Museologia no Brasil e que seja fomento para outras pesquisas que elucidem a importância da Museologia e dos museólogos para a Preservação.

## **REFERÊNCIAS**

**Fontes Primárias:****Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS**

- Coleção Escola de Museologia:
  - SÁ; ECHTERNACHT. Escola de Museologia: leis, decretos, pareceres, resoluções, portarias, ofícios, estatutos, regimentos e outros, vol.II;
  - SÁ et al. Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO, vol.I, 2012-2013.
- Coleção Antônio Pimentel Winz
- Coleção Regina Liberalli Laemmert

**Referências:**

ABREU, Regina. O Paradigma Evolucionista e o Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.27, 1995, p.7-17.

ABREU, Regina. Memória, História e Coleção. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.28, 1996, p. 37-64.

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. O “Colecionismo Ilustrado” na Gênese dos Museus Contemporâneos. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 33, 2001, p.123-139.

ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 2ed. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rosana Maria Nunes. Manuel Cícero Peregrino da Silva: um homem público na Primeira República. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA – ANPUH-RIO**. XIII, 2008. Disponível em:  
<[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212798942\\_ARQUIVO\\_TrabalhoAnpuhRuralIdenticidades.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212798942_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhRuralIdenticidades.pdf)>. Acesso em 08 jun. 2021

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Rio de Janeiro: MEC – MHN. 1951, v.1, 2ª ed., 344p.

BARROSO, Gustavo. O Curso de Museus. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, 1944. p.191-200.

BITTENCOURT, José Neves. Arqueologia brasileira no Museu Histórico Nacional – Levantando algumas questões. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 38, 2006, p. 254-262.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Memória da Associação Brasileira de Museologia: contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. 170p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. **Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1911, p.8679 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. **Cria o Museu Histórico Nacional e aprova seu regulamento.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/8/1922, p.16081 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931a. **Cria o Conselho Nacional de Educação.** Diário Oficial - 15/4/1931, p.5799 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931b. **Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/4/1931, p.5800 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931c. **Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/4/1931, p.5830 (Exposição de Motivos).

BRASIL. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931d. **Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.** Diário Oficial - 4/6/1931, p.9219 (Republicação).

BRASIL. Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932. **Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus".** Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/3/1932, p.4414 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938. **Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/5/1938, p.8990 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 983, de 8 de Novembro de 1890 - Publicação Original. Coleção de Leis do Brasil - 1890, p.3533 Vol. Fasc.XI (Publicação Original).

BRASIL, Ministério da Cultura. **Política nacional de museus / organização e textos**, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília : MinC, 2007, 184p.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Diário Oficial da União - 15/01/2009, p.1 (Publicação Original).

BRULON SOARES, Bruno César; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012)**, 2014, p. 252-253.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 25, n. 25, 2006, p. 5-20.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v. 1, 2010, 318p.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).144p.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, 2017, p. 33-44.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos**. MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira, 2017. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=518>. Acesso em 21 abr. 21

CAMARGO-MORO, Fernanda de; NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993). Documento de base: cronologia do ICOM 1946-1993. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretária de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 31- 81.

CANCLINI, Néstor García. **Políticas culturales en América Latina**. México, D.F.: Grijalbo, 1987.

CARMO, Sura Souza; GRANATO, Marcus. A conservação na formação do Museólogo: interdisciplinaridade entre os campos da Museologia e da Conservação nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Museologia no Brasil. In: **Museologia e Patrimônio**, vol.4, 2020, 284p.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Luciana Menezes de. **Do museu a museologia: constituição e consolidação de uma disciplina**. 2017. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. 200p. Orientadora: Tereza Cristina Moletta Scheiner.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **Do Restaurador de Quadros ao Conservador-Restaurador de Bens Culturais: o *corpus operandi* na Administração Pública Brasileira de 1855 a 1980**. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. 255p. Orientadora: Yacy-Ara Froner Gonçalves.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A formação de conservadores-restauradores de bens culturais móveis no Brasil: memórias e trajetória histórica. In: **Conservar Patrimônio**, nº 24, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5136/513654153008/html/index.html>>. Acesso em 25 fev. 2022.

CASTRO, Fernando Vale. As Colunas do Templo. O folclore no pensamento de Gustavo Barroso. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.35, 2003, p.197-212.

CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 27, 1995, p. 31-59.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação Museal - Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2003, 307p.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. 2 ed. rev. e atual. – Chapecó, SC: Argos, 2015. 139p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 4ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.: il.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (Anos 1930-1940)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, 488p.

COSTA, Lygia Martins. **De Museologia, Arte e Políticas de Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, 388p.

COSTA, Lygia Martins. Entrevista-depoimento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, 2005, p. 275-309.

**CONGRES INTERNATIONAUX DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTECAIRES, 1910**. Bruxelles. Acts du [...]. Bruxelles: Commission Permanente, 1912. Disponível em: <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 10 maio 2021.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR, 2008. (Monografia premiada em concurso)

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Um capítulo na história da Museologia no Brasil: Um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922-1935)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2014. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, eds. 2013. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. Armand Colin.

DUARTE, Adelaide Manuela da Costa. **O Museu Nacional da Ciência e da Técnica: 1971-1976**. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2007.

DUMANS, Adolfo. A ideia de criação do Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.29, 1997, p.13-23.

FARIA, Ana Caroline Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, 234p. Orientadora: Zita Rosane Possamai.

FERNANDES, Lia Silva Peres. Gustavo Barroso e o seu tempo. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.35, 2003, p.179-196.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, 328p.

GOB, André; DROUGUET, Noémie. **A museologia: história, evolução, questões atuais**. Rio de Janeiro : FGV Editoria, 2019. 376p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996. 156p.

HANNESCH, Ozanna. Patrimônio Arquivístico, uma abordagem preliminar das práticas de preservação. In: **Revista Eletrônica Discente do Curso de História** – UFAM, v.4, n. 1, Ano 4, 2020, p. 33-59.

HERNANDES, Flora Pinheiro. **O Curso de Museus e seu pioneirismo na concretização de Políticas de Preservação no Brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Museologia; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 54p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

ICOM. Museum Definition, 2007. Disponível em: <<https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>>. Acesso em 25 nov. 2021

ICOM-CC. Terminologia para definir a conservação do patrimônio cultural tangível. XVª Conferência Triannual, Nova Delhi, 22-26 de setembro de 2008. In: **Boletim Eletrônico da ABRACOR** – n. 1, junho de 2010. 2p.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan-jun. 2009, p. 141-161.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, 2012, p. 31-50.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus?. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.34, 2002, p. 107-130.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. 2004. Dissertação de Mestrado – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2004. 152p. Orientador: Manoel Luís Lima Salgado Guimarães.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Tecendo memórias. Gustavo Barroso e as escritas de si. In: **Anais das Jornadas de 2007**, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2007, 16p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: Um Revisão de Premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. - Brasília, DF : Iphan, 2012. p. 25-39.

Museu Histórico. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1922, Ano XXXVIII, ed. 13815, p. 3. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_05&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=10509](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=10509)>. Acesso em: 26 mai. 2021

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório de Atividades do MHN em 1922**. Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=42564>>. Acesso em 1º jun. 2021

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório de Atividades do MHN em 1923**. Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=42575>>. Acesso em 1º jun. 2021

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório de Atividades do MHN em 1925**. Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=42617>>. Acesso em: 1º jun. 2021

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório de Atividades do MHN em 1926**. Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=42640>>. Acesso em: 1º jun. 2021

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório de Atividades do MHN em 1929**. Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=42726>>. Acesso em 1º jun. 2021

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Relatório de Atividades do MHN em 1931**. Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=42784>>. Acesso em 1º jun. 2021

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS UNIRIO/MAST**. Museologia e Patrimônio – vol. II, n. 1 – jan/jun de 2009. p. 54-69.

MORENO ROCHA, Saulo. **O ensino de Arqueologia e Etnografia e as abordagens sobre o negro e a cultura negra no Curso de Museus (1934-1956)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC, 2016, 98p. Orientador: Wagner Miguéias Félix Damasceno.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 anos de Política Museal no Brasil**. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2020, 354p.

NAZARETH, Gilson do Coutto. **Fundamentos epistemológicos da Museologia: uma proposta ao problema curricular**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991, 207p. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9394/000058170.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 26 maio 2021

NETO, João Cabral de Melo. O profissional da memória. In: **João Cabral de Melo Neto – Poesia Completa**. Editora Alfaguara, 2020.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (mestrado) – PUC, Departamento de História, 2003. Rio de Janeiro, PUC, 2003. 122p. Orientadora: Margarida de Souza Neves.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. Algumas questões preliminares. In: **Preservação documental: uma mensagem para o futuro** / Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (Organizador); prefácio, Naomar Monteiro de Almeida Filho. - Salvador: EDUFBA, 2012, 130 p. il.

PITAGUARY, Geraldo. **A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus – MHN em 1945** / Geraldo Pitaguary; organização e notas de Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006. 33p.

RANGEL, Marcio. Políticas públicas e museus no Brasil. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. (Org.). **Mast Colloquia: O Caráter Político dos Museus**. RJ: MAST, v.12, 2010, p. 117-135.

REAL, Regina Monteiro. **O museu ideal**. Belo Horizonte: Tipografia da faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/entidades-vinculadas/casa-de-rui-barbosa/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/o-museu-ideal-ocr.pdf>>. Acesso em 6 nov. 2021

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SILVA, Aline de Figueirôa. Inventários de Bens Móveis e Integrados como Instrumento de Preservação do Patrimônio Cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco. In: **Projeto História**, n. 40, junho de 2010. 26p. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6125/4447>>. Acesso em 24 mar. 2022

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. In: **O público e o privado** – n. 9 - Janeiro/Junho – 2007, p. 33-47.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. In: **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2004, vol.19, n.55, p. 53-72.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006, Rio de Janeiro. 144p.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museus: do MHN à UNIRIO. In: **Anais do MHN**, v. 39. Rio de Janeiro: MHN/IPHAN. 2007, p. 10-42.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. 270p.

SÁ, Ivan Coelho de. Subsídios para a história da preservação no Brasil. A formação em conservação-restauração no Curso de Museus da UNIRIO. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.42, 2012, p. 11-32p.

SÁ, Ivan Coelho de. Formação em Museologia no Brasil – A contribuição da UNIRIO e as recentes transformações. In: **Gestão Museológica: Questões Teóricas**, Brasília, 2013a, p. 123-129.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. In: **Revista Acervo do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, 2013b, p. 31-58.

SÁ, Ivan Coelho de. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. **90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012)**, 2014, p. 223-243.

SÁ, Ivan Coelho de. Lygia Martins Costa: narrativa sobre suas contribuições à Museologia e ao Patrimônio. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 129–146, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16908>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SÁ, Ivan Coelho de. Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso: uma análise preliminar. In: **XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Enancib 2017**. 22p. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/193/1005>>. Acesso em: 1º jun. 2021

SÁ, Ivan Coelho de. **Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso**. 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Escola de Museologia – UNIRIO, 2019. 720p.

SCHEINER, Tereza. Museologia e Patrimônio: interfaces disciplinares entre a França e o Brasil. In: **Ci. & Tróp.**, Recife, v.33, n.2, 2009, p. 313-334.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: **MAST Colloquia** – Museu: Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2005a. p. 85-100.

SCHEINER, Tereza. Museum and Museology – Definitions in process. In: MAIRESSE, François (Org.). **Defining the Museum**. Morlanwez, Belgium: Musée royal de Mariemont, 2005b. p. 177-195.

SEOANE, Raquel Villagrán Reimão Mello. **A reforma de 1944 do curso de museus – MNH e o perfil do conservador de museus na era Vargas: os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos museus**. 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2016, 160p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: O perfil acadêmico-profissional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) –UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2009, 178p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

STRÁNSKÝ, Zbynek Zbyslav. Museologia - ciência ou apenas trabalho prático? (1980). In: **Revista Museologia e Patrimônio**, v.1, n.1, 2008, p. 101-105.

VALIM, Marta. Duzentos anos do ensino de arquitetura no Brasil: história e reflexões. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**. 12 ag. 2016. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/duzentos-anos-do-ensino-de-arquitetura-no-brasil-historia-e-reflexoes/>>. Acesso em 6 nov. 2021

Verbete: Manuel Cícero Peregrino da Silva. **Fundação Biblioteca Nacional**, 2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/manuelCicero.html>>. Acesso em: 25 maio 2021

Verbete: Francisco Agenor de Noronha Santos. **Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal**. Disponível em: <<http://expagcrj.rio.rj.gov.br/noronha-santos-francisco-agenor-de/>>. Acesso em: 28 maio 2021

Verbete: Afonso Celso. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/afonso-celso/biografia>>. Acesso em: 28 maio 2021

Verbete: Américo Jacobina Lacombe. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ajlacombe.html>>. Acesso em 14 dez. 2021

Verbete: Lourenço Luíz Lacombe. **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LLLacombe.html>>. Acesso em 14 dez. 2021

Verbete: Luís Gastão d'Escragnole Dória. **Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos**. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=542>. Acesso em 28 maio 2021

Verbete: Rodolfo Amoedo. **Enciclopédia Itaú Cultural**. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21342/rodolfo-amoedo>>. Acesso em 6 nov. 2021

Verbete: Rodolfo Bernardelli. **Enciclopédia Itaú Cultural**. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22066/rodolfo-bernardelli>>. Acesso em 6 nov. 2021

WEHLING, Arno. Apresentação. In: CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002, p. 15-24. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1068/640775.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em 16 jun. 2021

WILLIAMS, Daryle. Sobre Patronos, Heróis e Visitantes. In: **Anais Museu Histórico Nacional**, v. 29, 1997, p. 141-186.

ZEN, Daniel Dalla. O Curso de Museus e a Museologia no Brasil. In: **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, n. 1, nov. 2015, p. 76-91.

**ANEXOS**

**ANEXO nº 1**  
**Decreto nº 8.964, de 14 de setembro de 1911**

Decreto nº 8.964, de 14 de Setembro de 1911

Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes

[...]

## DOS CURSOS

Art. 2º O ensino da Escola comprehenderá um curso geral e quatro cursos especiaes de pintura, de esculptura, de gravura de medalhas e pedras preciosas e de architectura.

Art. 3º Para o effeito da frequencia, os cursos serão divididos em annos escolares, com dous periodos lectivos cada um; e, para o effeito da coordenação em que as materias devem ser estudadas, em series, correspondentes aos annos escolares.

Art. 4º O curso geral será dividido em tres series, comprehendendo as seguintes materias:

### Primeira serie

Desenho á mão livre e geometrico. Exercicios de aguadas.

Desenho de ornatos e elementos de architectura.

Desenho figurado.

### Segunda serie

Geometria descriptiva e desenhos relativos.

Desenho de composições elementares de architectura.

Desenho figurado.

### Terceira serie

Perspectiva e sombras e desenhos relativos.

Esculptura de ornatos.

Desenho figurado e principios de modelo-vivo.

Art. 5º O Curso especial de pintura comprehenderá as seguintes materias, divididas em duas series:

### Primeira serie

(um anno)

Noções de historia natural; physica e chimica.

Desenho de modelo-vivo.

Pintura.

Segunda serie

(dous annos)

Desenho do modelo-vivo.

Pintura.

Anatomia e physiologia artisticas.

Art. 6º O curso especial de esculptura comprehenderá as seguintes materias, divididas em duas series:

Primeira serie

(um anno)

Noções de historia natural; physica e chimica.

Desenho de modelo-vivo.

Esculptura de ornatos.

Segunda serie

(dous annos)

Desenho de modelo-vivo.

Estatuaria.

Anatomia e physiologia artisticas.

Art. 7º O curso especial de gravura de medalhas e pedras preciosas comprehenderá as seguintes materias, divididas em duas series:

Primeira serie

(um anno)

Noções de historia natural; physica e chimica.

Desenho de modelo-vivo.

Esculptura de ornatos.

## Segunda serie

(dous annos)

Desenho de modelo-vivo.

Gravura de medalhas e pedras preciosas.

Anatomia e physiologia artisticas.

Art. 8º Os alumnos desses tres cursos especiaes não poderão frequental-os por prazo maior de cinco annos.

Art. 9º O curso de architectura comprehenderá as seguintes materias, divididas em tres series:

### Primeira serie

Geometria descriptiva e suas applicações.

Geometria analytica e calculo.

Noções de historia natural; physica e chimica.

Composição de architectura, seu desenho e orçamentos.

### Segunda serie

Mecanica, resistencia dos materiaes, estabilidade das construcções e grapho-estatica.

Topographia e desenho topographico.

Materiaes de construcção, estudo experimental de sua resistencia e technologia das profissões elementares.

Composição de architectura, seu desenho e orçamentos.

### Terceira serie

Construcção, historia da architectura e hygiene dos edificios.

Noções de economia politica e de direito administrativo, e legislação e jurisprudencia das construcções.

Composição de architectura, seu desenho e orçamentos.

Art. 10. Os diversos cursos serão regidos por 20 professores, sendo 11 ordinarios e 9 extraordinarios, assim designados:

Professores ordinarios:

1 de desenho geometrico e de exercicios de aguadas e de topographia e desenho topographico;

1 de geometria descriptiva, perspectiva e sombras;

1 de desenho de ornatos, e de elementos de architectura e de composições elementares de architectura;

1 de noções de historia natural, physica e chimica;

1 de anatomia e physiologia artisticas;

1 de geometria descriptiva e suas applicações;

1 de materiaes de construcção, estudo experimental de sua resistencia e technologia das profissões elementares;

1 de geometria analytica e calculo;

1 de construcção, historia da architectura uma hygiene dos edificios;

1 de mecanica, resistencia dos materiaes, estabilidade das construcções e grapho-estatica;

1 de noções de economia politica e de direito administrativo e legislação e jurisprudencia das construcções.

Professores extraordinarios:

2 de desenho figurado;

1 de esculptura de ornatos;

1 de desenho de modelo-vivo;

2 de pintura;

1 de estatuaria;

1 de gravura de medalhas e pedras preciosas;

1 de composição de architectura seu desenho e orçamentos.

Art. 11. Os professores ordinarios serão vitalicios, desde a posse e os professores extrordinarios nomeados pelo praso de cinco annos, podendo ser reconduzidos, mediante indicação obtida em novo concurso.

Art. 12. Além dos professores ordinarios e dos extraordinarios haverá, os professores honorarios, que serão os professores extraordinarios reconduzidos, findo o periodo da reconducção,

Art. 13. No caso de impedimento de professor ou vaga de cadeira, até o preenchimento definitivo, o director convidará para reger-a outro docente effectivo, livre ou honorario, e, na falta destes, nomeará um estranho.

Art. 14. Ao lado dos cursos geraes das differentes disciplinas haverá tantos cursos privados quantos forem propostos e approvados pelo Conselho Docente na ultima sessão do periodo anterior, ou daquelle que anteceder a abertura das aulas.

**ANEXO nº 2**  
**Instruções para matrículas no Curso de**  
**Museus**

Fonte: SÁ et al. Matrizes Curriculares do Curso de Museologia da UNIRIO, vol.  
1. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



**INSTRUÇÕES**  
PARA MATRÍCULAS NO CURSO DE MUSEUS

IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — 1941

*Publ. MHN  
folheto  
36  
ex. 2*

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 24.735 DE 14  
DE JULHO DE 1934

VI

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — CURSO DE MUSEUS

Art. 55. Manterá o Museu Histórico um Curso destinado ao ensino das matérias que interessam aos seus objetivos culturais (Dec. n. 21.129, de 7 de março de 1932).

Art. 56. O Curso constará das disciplinas abaixo discriminadas, distribuídas por dois anos letivos, de acordo com a seriação seguinte:

1.º ano. História da Civilização Brasileira (Período Colonial. Numismática (Parte geral). História da Arte Brasileira, Arqueologia  
2.º ano. História da Civilização Brasileira (até a atualidade). Numismática (Parte Brasileira) e Sigilografia. Técnica de Museus, epigrafia, cronologia.

Parágrafo único. As matérias constantes da seriação anterior constituirão as 5 cadeiras seguintes:

- a) História da Civilização Brasileira;
- b) Técnica de Museus, epigrafia e cronologia;
- c) Numismática e sigilografia;
- d) História da Arte Brasileira;
- e) Arqueologia Brasileira.

Art. 57. O Curso de Museus funcionará sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional.

Art. 58. Os professores do Curso de Museus serão designados por portaria do diretor geral dentre os funcionários da mesma repartição.

Parágrafo único. Ao termo de dois anos de ensino efetivo da matéria a seu cargo, poderá o professor do Curso de Museus, por proposta do Diretor geral e portaria do Ministro, ser efetivado como "professor do Museu Histórico Nacional".

Art. 59. Os programas de cada cadeira serão organizados bianualmente pelos respectivos professores e submetidos à aprovação do diretor geral que, de acordo com eles, estabelecerá o horário das aulas, no mínimo de uma aula na semana para cada disciplina.

Art. 60. A matrícula no Curso de Museus será efetuada durante todo o mês de março, mediante pagamento de matrícula e frequência,

— 4 —

devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar os seguintes documentos:

a) certificado de aprovação nos exames da 5.<sup>a</sup> série do curso secundário prestado em estabelecimento oficial ou equiparado, ou diploma de formatura de qualquer escola superior, escola normal ou instituto de educação, instituto técnico, faculdade de letras, etc.

b) atestado de identidade;

c) atestado de idoneidade moral;

Parágrafo único. Para inscrição no 2.<sup>o</sup> ano do Curso, além do recibo do pagamento da taxa de matrícula e frequência, será exigido certificado de habilitação dos exames do 1.<sup>o</sup> ano.

Art. 61. O ano letivo terá início a 15 de abril e terminará a 30 de novembro e, durante esse período, haverá pelos menos três provas parciais, escritas, de cada matéria.

Art. 62. Encerrado o ano letivo, só serão admitidos a exame os alunos que houverem comparecido a dois terços das aulas realizadas em cada cadeira.

Parágrafo único. Os exames de que trata este artigo serão prestados perante uma banca examinadora constituída pelos professores do Curso, sob a presidência do diretor geral. Observar-se-á no julgamento das provas, que serão escritas, orais e, quanto possível, práticas, o processo seguido nos estabelecimentos superiores de ensino.

Art. 63. Será facultada matrícula, relevadas as exigências do art. 60 e dispensadas as demais taxas previstas por este regulamento, a funcionários de museus ou repartições similares federais ou estaduais, que desejarem fazer o curso a título de aperfeiçoamento, bem assim aos guardas do Museu Histórico Nacional que a ele se candidatarem.

Art. 64. Ao aluno que concluir o Curso de Museus será conferido um certificado de habilitação, que será assinado pelo diretor geral e pelo secretário do Museu Histórico Nacional, e no qual será mencionada a média final, mediante exame de todas as cadeiras do referido curso.

Art. 65. Aos possuidores dos certificados do Curso de Museus será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3.<sup>o</sup> oficial do Museu Histórico Nacional, observando-se nas propostas a ordem de classificação. (x).

#### TABELA DE TAXAS REFERENTES AO CURSO DE MUSEUS.

De matrícula e frequência . . . . .	50\$000
De revalidação de título . . . . .	200\$000
De certificação de habilitação . . . . .	50\$000
De inscrição em exame, por ano. . . . .	20\$000
De certidão:	
a) de frequência . . . . .	5\$000
b) não especificada . . . . .	5\$000

(x) Esta disposição foi revogada em legislação posterior. O certificado entra hoje no cômputo de notas dos concursos organizados pelo DASP.

## PORTARIA

O Diretor do Museu Histórico Nacional, dentro das atribuições do Regulamento em vigor e tendo em vista a necessidade de sistematizar os serviços relativos ao "Curso de Museus", instituído pelo decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932, determina à Secretaria, aos professores e aos alunos a observância, a partir do presente ano letivo, das seguintes normas:

- 1.º As aulas deverão ser dadas rigorosamente de acordo com os horários aprovados pela direção e a matéria constante dos programas será integralmente lecionada pelos professores.
- 2.º Nenhum professor poderá dar mais de duas aulas de uma mesma série no mesmo dia.
- 3.º Na execução do programa, de acordo com a natureza do assunto, serão adotadas, como meio de ensino, a preleção e as aulas práticas e, eventualmente, a juízo do diretor, excursões e visitas a estabelecimentos ou locais condizentes com as finalidades do curso.
- 4.º As preleções serão, sempre que o assunto o permita, acompanhadas de projeções luminosas, de gráficos e de outros elementos de objetivação do ensino.
- 5.º O tempo líquido de cada preleção será de cinquenta minutos.
- 6.º Nas salas do Museu, à vista dos documentos históricos aí expostos, serão os alunos exercitados na prática da identificação, da classificação e dos meios do estudo dos objetos.
- 7.º O aluno ouvinte está sujeito apenas ao pagamento da taxa de matrícula e não participará das excursões ou visitas e, bem assim, não fará provas ou exames, não sendo permitido ao professor julgar e atribuir grau aos trabalhos que espontaneamente apresente durante o curso.
- 8.º O "Curso de Museus" terá a duração líquida de dezesseis meses, distribuídos em dois anos letivos:

*Primeiro ano**a) Primeiro período — de 1 de abril a 15 de junho.*

Aulas teórico-práticas e primeiras provas parciais, para todas as cadeiras (1 a 15 de junho);

*b) segundo período — de 1 de junho a 30 de novembro*

Aulas teórico-práticas e segunda e terceira provas parciais de todas as cadeiras (respectivamente, de 15 a 30 de agosto e de 15 a 30 de outubro); exames orais e escritos (de 20 a 30 de novembro);

— 6 —

*Segundo ano**a) Primeiro período — de 1 de abril a 15 de junho.*

Aulas teórico-práticas e primeiras provas parciais, para todas as cadeiras (de 1 a 15 de junho);

*b) segundo período — de 1 de julho a 30 de novembro.*

Aulas teórico-práticas e segunda e terceira provas parciais (respectivamente, de 15 a 30 de agosto e de 15 a 30 de outubro) e exames orais e escritos (de 20 a 30 de novembro);

9.º. Encerrado o ano letivo, só serão admitidos a exames os alunos que houverem comparecido a um mínimo de oitenta por cento das aulas realizadas em cada cadeira.

10. A nota final das provas parciais não deverá ser inferior à média aritmética sessenta no conjunto e, pelo menos, quarenta isoladamente — necessária à inscrição nos exames finais.

11. As notas de exame oral e escrito e das provas serão inicialmente atribuídas pelo professor da respectiva cadeira e confirmadas pelos demais professores.

12. O grau das provas parciais e de exame é a média aritmética das notas atribuídas por todos os professores.

13. O exame final de cada ano constará de uma prova escrita, de uma prova prática e de uma prova oral, de acordo com a natureza da matéria, e será prestado perante uma banca examinadora, composta dos professores, sob a presidência do diretor.

14. Será aprovado o aluno que alcançar nota igual ou superior a sessenta, obtida nas provas parciais e nos exames finais, sendo atribuído o peso um para aquelas e o peso dois para estas.

15. O aluno que não for aprovado em todas as disciplinas será considerado inhabilitado, podendo recomeçar o seu curso repetindo todas as disciplinas.

16. As provas parciais serão escritas e terão a duração improrrogável de duas horas e trinta minutos.

17. O exame oral constará de arguição, pelos examinadores, sobre parte vaga, que deverá abranger o essencial da matéria, e a seguir, sobre o ponto sorteado.

Parágrafo nico. Cada aluno será arguido durante dez minutos por dois examinadores.

18. A ausência às provas parciais e aos exames importa na perda do ano, salvo motivo de moléstia, devidamente apurado e comprovado.

19. A prova prática constará da identificação e classificação de pelo menos dois objetos, uma de cada secção do Museu, com a apresentação de um relatório sucinto sobre o trabalho realizado.

Parágrafo único. A prova prática não poderá ter duração superior a uma hora e trinta minutos.

20. Para as provas e exames, o Museu Histórico fornecerá tão somente papel timbrado, devendo o aluno munir-se de caneta-tinteiro e do material que lhe for indicado pelo professor.

21. Durante a realização das provas não poderão os alunos trazer nenhum objeto além do que lhe for determinado, nem comunicar-se com os colegas, ou valer-se de notas escritas ou livros para consulta.

— 7 —

22. Em caso de desobediência, o professor ou quem estiver encarregado da fiscalização fará retirar da sala o aluno faltoso, considerando-se interrompida a prova; em caso de reincidência, poderá o diretor cassar a matrícula.

23. Dos exames serão lavradas atas pelo Secretário do Museu que funcionará como secretário das bancas.

24. Aos alunos ouvintes, após a conclusão do curso, será conferido tão somente um atestado de frequência.

25. Nenhum professor poderá dispensar alunos das aulas ou provas, salvo quando houver motivo de força maior, devidamente justificado ao diretor por escrito.

26. O comparecimento dos alunos será verificado pelo livro de presença, o qual deverá conter na primeira página a relação nominal e bem assim as rubricas com que os mesmos assinalarão a sua presença às aulas.

27. O Secretário anotará as faltas, rubricando o lugar correspondente ao aluno faltoso.

28. Ao aluno que se retirar da aula antes de haver esta terminado, será contada falta, salvo se tiver obtido prévia permissão do professor, anotada no livro de presença.

29. Deve o aluno estar presente à aula com a antecedência mínima de cinco minutos da hora marcada para o seu início.

30. Os horários são os seguintes:

1.º ano:

Terças, quartas e sextas das 2 às 4.

2.º ano:

Segundas e quintas das 2 às 4.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1940. — *Gustavo Barroso*, Diretor.

## PROGRAMA DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

*Primeiro ano*

### *1.ª parte — Definição de Arqueologia.*

1.º — Arqueologia — Definição — Seus métodos — Ciências auxiliares — Divisão — Os precursores e figuras maiores da Arqueologia Geral — A Arqueologia Clássica — Conceito de Arqueologia Brasileira.

### *2.ª parte — Prehistória..*

1.º — A prehistória — Sua compreensão — Geologia, flora e fauna dos tempos prehistóricos — O aparecimento do ser humano.

2.º — O homem do quaternário — Raças do Paleolítico e raças do neolítico — Suas etapas culturais — A arte do quaternário.

3.º — Os kjoekkenmoenddings — As turfeiras — Os palafitas.

— 8 —

4.º — Os tempos prehistóricos no continente americano — Os kjoekkenmoendings da América do Norte — Os conchais — Os mounds e irradiação desta cultura no continente americano — As cavernas da Lagoa Santa e o problema da antiguidade do homem americano — Lund e Ameghino. Os paraderos da Argentina.

3.ª parte — *Proto história americana.*

1.º — O povoamento da América — Os malaios, polinésios e australianos no continente — A migração dos mongóis — Centros de dispersão.

2.º — A agricultura na América pre-colombiana — A cerâmica indígena — Seus tipos, formas e maneira de trabalhar — O uso dos metais e seu desenvolvimento entre os povos do centro, sul e leste do continente americano.

3.º — Os grandes centros culturais do México e da América Central — As culturas zapoteca, totoneca, chichimeca — As civilizações azteca e máca — Organização social e política — Calendário e escrita.

4.º — As culturas do neolítico do vale de Madalena — Os chibchas, Aymarás, Kowlluas e Arauks — As culturas primitivas do Perú e da Bolívia (Tiahuanaco, Cuzco e Nazca etc.). A civilização Inca — Sua organização social e política — Culturas oleiras da Argentina.

5.º — Classificação etnográfica da América do Sul — Etnografia brasileira — O indígena brasileiro e sua divisão em grupos.

BIBLIOGRAFIA

*Primeiro ano*

Arqueologia Geral — Angione Costa — Editora Nacional, 1936.  
Introdução à Arqueologia Brasileira — Angione Costa — São Paulo, 1938.  
Roteiro dos Andes — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro, 1940.  
Migrações e Cultura Indígena — Angione Costa — Brasiliana — Editora Nacional — São Paulo, 1939.

Introducción al estudio de la arqueología — Antonio Serrano — Paraná, 1932.

Éléments de Préhistoire — D. Peyrony — Paris, 1934.

La Terre avant l'Histoire — Edmond Perrier — Paris, 1920.

L'Humanité primitive dans la region des Eyzies — Peyrony et Dr. Capitan — Paris, 1925.

La Race et les Races — Georges Montandon — Paris, 1933.

El hombre prehistorico y los origenes de la humanidad — Ugo Obermaier — Madrid, 1928.

Les Origines de l'Humanité — René Verneau — Paris, 1925.

Les Races et l'histoire — Eugène Pittard — Paris, 1932.

L'Humanité prehistorique — Jacques de Morgan — Paris, 1937.

Manuel d'Archeologie Americaine — H. Beuchat — Paris, 1912.

Les Races et les Peuples de la Terre — J. Deniker — Paris, 1926.

— 9 —

- The technique of south american ceramics — S. Linné — Goteborg, 1925.
- El hombre prehistorico — S. Zaborowsk — Barcelona.
- Estado actual del estudio de las Lenguas Indígenas — Antonio Portnoy. — Buenos Aires, 1936.
- Ensayo Etnografico y Arqueológico de la Provincia de los Quimbayas — Ernesto Restrepo — Sevilla, 1929.
- O Homo — A. A. Mendes Correa — Porto, 1933.
- El cultivo del maiz en el Perú Prehistorico — Hector Greslebin — Buenos Aires, 1934.
- Excavações arqueológicas em 1895 — As Cavernas funerárias artificiais — Emilio Goeldi — Belem, 1897.
- Tipos de alfareria en la Region Diaguita-Calchaqui — S. A. Lafone Quevedo — Buenos Aires, 1908.
- Los Onas o Selk'nam de la Tierra del Fuego — Martin Gusinde — Santiago, 1933.
- Cultura Aborigene de Chiloe — Aureliano Oyarzun — Santiago, 1933.
- Relaciones de la agricultura Prehispanica con la agricultura argentina atual — Lorenzo Parodi — Buenos Aires, 1935.
- Pre-história sul-americana — Alfredo de Carvalho — Recife 1910.
- L'Empire Socialiste des Inca — Louis Baudin — Paris — 1928.
- El Macizo Colombiano en la prehistoria de Sud America — Monsenhor Frederico Lunardi, 1933.
- L'Amérique avant Colombe — Raoul d'Harcenet — Paris, 1925.

## PROGRAMA DE HISTÓRIA DO BRASIL

*Primeiro ano*

- 1.º ponto — O descobrimento do Brasil. A época, as causas e os efeitos.
- 2.º ponto — O pau-brasil. Os primeiros exploradores e os primeiros traficantes. A catequese.
- 3.º ponto — O ciclo do açúcar e a escravidão de negros e índios.
- 4.º ponto — As ambições estrangeiras. Os ingleses. Os franceses. Os holandeses.
- 5.º ponto — A colonização. A terra. O homem. As primeiras reações. O ciclo do gado.
- 6.º ponto — O ciclo do ouro. As bandeiras. As lutas nativistas.
- 7.º ponto — O comércio e o trabalho no século XVIII. Os mascates.
- 8.º ponto — Espírito da civilização colonial. O meio. A sociedade. A casa. As artes e as letras. O governo.
- 9.º ponto — A marcha para o Sul. O Prata. O contrabando. O início da tradição guerreira.
- 10.º ponto — O Brasil-Nação. O Reino Unido. Pródromos da Independência.

— 10 —

## PROGRAMA DE NUMISMÁTICA

*Primeiro ano*

- 1.º — A numismática. Seus domínios. A moeda na antiguidade; sua evolução.
- 2.º — A moeda propriamente dita. Matéria prima. Valor dos metais. Título das moedas.
- 3.º — Nomenclatura. Formas e tipos monetários.
- 4.º — Epigrafia monetária. Divisas. Invocações. Abreviaturas. Marcas de oficinas. Nomes de gravadores.
- 5.º — Oficinas de moedagem. Fabricação das moedas. Processos antigos. Processos modernos.
- 6.º — As medalhas. Diferenças entre as moedas e as medalhas. Outras peças monetiformes.
- 7.º — Numismática antiga. Moedas gregas. Períodos da arte monetária grega. Moedas das cidades autónomas. Moedas dos reis. Moedas imperiais. Moedas coloniais.
- 8.º — Moedas romanas. Os reis. A República. Moedas de cobre. O AS e as suas reduções.
- 9.º — Moedas romanas. Período republicano: Moedas de Prata. Moedas de Ouro. Moedas Romanas-Campânicas. Os Magistrados monetários.
- 10.º — Moedas Romanas do Império. Tipos e legendas. Moedas legionárias.
- 11.º — Os medalhões imperiais romanos. Os contorneados.
- 12.º — Idade Média. Moedagem dos Merovíngios, dos Cariovíngios e dos Capetos. Moedas feudais.
- 13.º — Medalhistas da Renascença. Itália.
- 14.º — Medalhistas da Renascença — França e Alemanha.
- 15.º — Moedas dos tempos modernos — Europa.
- 16.º — Moedas dos tempos modernos — Ásia, África e Oceânia.
- 17.º — Moedas dos tempos modernos — América.
- 18.º — Numismática Portuguesa. A série da Metropole. África e Ásia.
- 19.º — Numismática Portuguesa. Moedas coloniais; Ilhas, África e Ásia.
- 20.º — Numismática Portuguesa — Medalhas. Condecorações. Contos para contar.

## PROGRAMA DE HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL

*Primeiro ano*

- 1.º ponto — Belas Artes. Artes estáticas ou plásticas. Artes dinâmicas ou de movimento. A arte e as disciplinas que a estudam.
- 2.º ponto — História artística. O moderno conceito de arte. Sensibilidade, Sentimento estético. Da Grécia aos tempos modernos.
- 3.º ponto — Primeiros ensaios de arte no Brasil. Da arte precabralina às artes aplicadas do norte do Brasil.
- 4.º ponto — Influência da pintura portuguesa no Brasil nos séculos XVI, XVII, e XVIII.
- 5.º ponto — Os artistas de Nassau. O Brasil na arte flamenga.

— 11 —

6.º ponto — A pintura baiana nos séculos XVII, XVIII e começo do XIX.

7.º ponto — Frei Ricardo do Pilar e os pintores fluminenses dos séculos XVII e XVIII.

8.º ponto — A arquitetura portuguesa no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII. Fortificações militares. As igrejas do Brasil Colonial. O barroco e o jesuítico.

9.º ponto — Os escultores baianos dos séculos XVIII e XIX. Os trabalhos de talha das igrejas da Baía.

10.º ponto — Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Sua vida e sua obra.

11.º ponto — A atuação de Valentim da Fonseca e Silva na arte colonial brasileira.

12.º ponto — Missão Lebreton. A cultura artística dos mestres franceses de 1816.

13.º ponto — Formação da mentalidade artística brasileira através dos ensinamentos dos mestres franceses.

14.º ponto — Debret e seus discípulos. A valiosa documentação da obra de Debret no estudo dos costumes e da região fluminense no começo do século XIX. Chamberlain. Rugendas.

15.º ponto — As primeiras exposições de Belas Artes no Brasil. Sua irradiação na sociedade de seu tempo.

16.º ponto — A pintura histórica no 2.º Reinado. Vitor Meireles. Pedro Américo.

17.º ponto — O movimento artístico brasileiro no último quartel do século XIX. Escultores.

18.º ponto — Os pintores da moderna geração brasileira.

19.º ponto — A gravura, a litografia e os processos foto-mecânicos no Brasil.

20.º ponto — Arquitetura monumental. O arranha-céu e o espírito tradicional na casa brasileira.

## PROGRAMA

### TÉCNICA DE MUSEUS

#### *Primeiro ano*

- 1.ª parte — organização.
- 2.ª parte — arrumação.
- 3.ª parte — catalogação.
- 4.ª parte — classificação.

### ORGANIZAÇÃO

- a) Finalidade.
- b) Regulamentação.
- c) Quadro de funcionários.
- d) Estudos ou cursos.

— 12 —

## ARRUMAÇÃO

- a) Condições pessoais.
- b) Gosto.
- c) Propriedade.
- d) Simetria.
- e) Efeitos de luz.
- f) Perspectivas.
- g) Fundos.

## CATALOGAÇÃO

- a) Catálogos descritivos.
- b) Catálogos comentados.
- c) Fichários.
  - Cronologia.
  - Epigrafia.

PROGRAMA DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA  
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

*Segundo ano**4.ª Parte — Arqueologia Brasileira:*

- 1.º — A terra (atração do meio físico, primeiros povoadores do país) — Precursores e estudiosos da arqueologia no Brasil, (viagens e excursões científicas).
- 2.º — Regiões arqueológicas (cavernas, cavernículas, cemitérios indígenas, palafitas ou estearias do Maranhão).
- 3.º — Zonas sambaquianas (Amazônia, litoral norte, centro e sul).
- 4.º — Zonas de cultura adiantada (Marajó, Cajari e Cunani). — Mounds e hipogeus.
- 5.º — Inscrições rupestres (Espírito e significação desta cultura, similitude e dissemelhança com as outras inscrições da América).
- 6.º — O indígena — Vida na paz e na guerra (a casa, as armas, os instrumentos de caça e pesca) — Mobiliário e indumentária — (adornos do corpo, mutilações especiais).
- 7.º — O indígena e a organização da família (nascimento, couvade, axorca) — A saudação lacrimosa — A alimentação (pesca, caça, condimentos, bebidas e narcóticos).
- 8.º — O indígena — Vida tribal — Medicina nativa — Doença e morte — O pagé ou bari (influência religiosa e social).
- 9.º — O indígena — Vida espiritual (Lendas e crenças, conceito do universo, a magia, o culto, o mito) — A antropofagia ritual.
- 10.º — Culturas indígenas (O trançado, a cerâmica, colares, pulseiras, tembetás, o arco, a flecha, etc.).
- 11.º Sobrevivências culturais de outros povos nas culturas ameríndias — A arte (pintura, escultura, máscaras, enfeites, poesia, música e dança).

— 13 —

12.º — Sobrevivências das culturas ameríndias na cultura atual do Brasil.

13.º — A Cerâmica de Marajó — Hipóteses sobre o homem que a construiu.

#### BIBLIOGRAFIA

##### *Segundo ano*

Introdução à Arqueologia Brasileira — Angione Costa — Editora Nacional. — S. Paulo, 1938. — Migrações e Cultura Indígena — Angione Costa — Editora Nacional — S. Paulo 1939.

História das Explorações Científicas — Rodolfo Garcia — Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil — Rio, 1922.

Etnografia indígena — Rodolfo Garcia — Idem, idem, idem.

O Selvagem — Couto de Magalhães — Editora Nacional — São Paulo — 1934

História da América — Rocha Pombo — Rio, 1908.

Migrations historiques des Tupi-guarani — A. Métraux — Paris — 1927.

La Civilisation materielle des tribus Tupi-guarani — A. Métraux — Goteborg, 1928.

La Religion des Tupinambas et ses rapports avec celle des autres tribus Tupi-Guarani — Paris, 1929

L'Archeologie du Bassin de l'Amazone — Ars American — Erlan Nordenskiöld — Paris, 1930.

Excavações arqueológicas em 1895 — As cavernas funerárias artificiais de índios hoje extintos no Rio Gumaní — Emílio Goeldi — Boletim do Museu Goeldi — Belem, 1898.

L'Amérique préhistorique — De Nadaillac — Paris, 1883.

Rondônia — Roquete Pinto — São Paulo, 1938.

Os indígenas do Nordeste — Estevão Pinto — São Paulo.

Manuel de Archeologie Americaine — H. Beuchat — Paris, 1912.

O Reino das Mulheres sem lei — Ângelo Guido — Porto Alegre, 1937.

Arqueologia Brasileira — Antônio Serrano — S. Paulo, 1937.

A Couvade — Luiz da Câmara Cascudo — S. Paulo, 1936.

Les cultures pre-colombiennes du Bas Amazone et leur developement artistique — Antônio Mordini.

#### PROGRAMA DE HISTÓRIA DO BRASIL

##### *Segundo ano*

1.º — Movimento da independência. 1808 a 1821. A estrutura do Estado sob a regência do príncipe D. Pedro.

2.º — A guerra da Independência. A ideologia da Constituinte de 1823. As influências estrangeiras na Constituição de 1824.

- 3.º — A dissolução da Constituinte. Reação brasileira. A antinomia dos grupos. A Confederação do Equador.
- 4.º — O primeiro Reinado. Organização nacional. O município. A instrução secundária. A província.
- 5.º — O parlamento e o imperador. A abdicação.
- 6.º — A Regência — como experiência republicana. O federalismo. O Ato Adicional. O conservantismo.
- 7.º — Inquietações sociais. As lutas do período regencial. No Rio Grande, em Pernambuco, na Baía, no Maranhão, no Pará, na Corte. O princípio nacional. A finalidade democrática. A tradição francesa e a imitação americana.
- 8.º — O ministério de 17 de setembro de 1837. A reação monárquica. Progresso e regresso. A revolução parlamentar da Maioridade.
- 9.º — Advento de D. Pedro II. A re-monarquização do Império. O sistema inglês de governo.
- 10.º — O parlamentarismo brasileiro. Presidência do Conselho. Conselho de Estado. O Poder Moderador. A tribuna política. A província e o município.
- 11.º — A organização do Império. Forças armadas. A justiça. O ensino. A religião.
- 12.º — Projeção internacional. As guerras externas. O Rio da Prata (Províncias Unidas, Rosas, Flores).
- 13.º — A campanha do Paraguai e a sua influência sobre a evolução nacional.
- 14.º — História das idéias. O 2.º reinado e a democracia. Leis eleitorais. A eleição direta.
- 15.º — O elemento servil. O emancipacionismo. A literatura da abolição. O movimento pela libertação dos escravos (1880-1888).
- 16.º — O Brasil e a sua política exterior. Limites. Relações com a Inglaterra. A alforria comercial. A questão Christie.
- 17.º — A propaganda republicana. A ideologia dos reformadores. Gênese do partido.
- 18.º — A questão militar e a questão religiosa. Descontentamento do clero e das classes armadas. O abalo produzido pela abolição.
- 19.º — Fim do segundo reinado. O ministério Ouro Preto. Suas leis econômicas. A alvorada da República.
- 20.º — Proclamação da República. A ditadura. Governo Provisório. A reorganização nacional. A federação das províncias. As leis de 1889-1890.
- 21.º — Síntese da história política da República. A guerra civil. A reação civilista. As presidências progressistas.
- 22.º — A Constituição federal. Índole e estética das instituições republicanas.
- 23.º — O Estado federado em face da nação. O município. Os problemas da educação e do ensino públicos.
- 24.º — Síntese da história republicana: o século XX.
- 25.º — Conclusão: linhas gerais da evolução brasileira. A nossa civilização. O povoamento, o progresso industrial, os índices da riqueza coletiva. O Brasil e o mundo.

— 15 —

## ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

*Bibliografia auxiliar* (\*)

Para as duas séries

(Livros, opúsculos, revistas e outras publicações periódicas que podem ser consultados)

- O Selvagem — Couto de Magalhães — São Paulo, 1934.  
 Geologia do Estado do Pará — F. Katzer — Publ. Museu Goeldi — Belem, 1933.  
 O Império dos Incas no Perú e no México — Domingos Jaguaribe — São Paulo, 1913.  
 Inscricões primitivas no sertão do Ceará — Gustavo Barroso — Rio, 1930.  
 Da Biologia à História — A. A. Mendes Correia — Porto, 1934.  
 Ensaio — Moysés Gikovate — Rio, 1934.  
 História do Rio Amazonas — Henrique Santa Rosa — Belem, 1925 (?)  
 Velosia — Contribuição do Museu Botânico do Amazonas (extinto) — Manaus, 1891-1892.  
 Boletim do Museu Goeldi — Pará, Belem.  
 Arquivos do Museu Nacional — Rio de Janeiro.  
 Revista do Museu do Ipiranga — São Paulo.  
 Revista do Inst. Arq. Pernambucano.  
 Revista do Inst. Histór. Geogr. Brasileiro.  
 Bulletin de la Soc. des Américanistes.  
 Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.  
 Publics. do Inst. Carnegie — Washington.

## PROGRAMA DE NUMISMÁTICA

*Segundo ano*

## NUMISMÁTICA BRASILEIRA

1.º — Períodos da história monetária brasileira. O numerário português aplicado à colônia do Brasil até 1694. A moeda espanhola de prata no meio circulante do Brasil a partir de 1583. Outros meios de escambo.

2.º — A moeda obsidional holandesa em Pernambuco, 1645, 1646 e 1654. Os levantamentos do valor extrínseco da moeda portuguesa durante o século XVII. Medidas aplicadas para evitar o cerceio na metrópole e nos domínios.

(\*) Os livros e publicações periódicas aqui incluídos ficam sujeitos a uma consulta ao professor, isto porque alguns, em certos detalhes, caíram em desuso, enquanto outros às vezes reproduzem doutrina condenada; em todos, porém, há muito que aprender de útil para a nossa arqueologia.

3.º — Reinado de D. Pedro II. Fundação da primeira Casa da Moeda na Bahia, 1694. A moeda do sistema provincial ou colonial. Transferência da Casa da Moeda para o Rio de Janeiro em 1698 e depois para Pernambuco, 1700. Volta da Casa da Moeda para o Rio, 1702.

4.º — Reinado de D. João V. Fundação da Casa da Moeda de Minas, 1720. As casas de fundição. O ouro em pó, as barras. Emissões do reinado.

5.º — O Estado do Maranhão e o seu meio circulante: açúcar, cacau, cravo, tabaco, algodão em fio (novelos e meadas) e em tecido. A moeda metálica de 1740, emitida em Lisboa.

6.º — Reinado de D. José. Valores emitidos.

7.º — Reinado de D. Maria I e D. Pedro III. Valores emitidos.

8.º — Reinado de D. Maria I, viuva. Valores emitidos.

9.º — Período de D. João, Príncipe Regente. A carimbagem: o carimbo de escudete, o de 960 réis sobre pesos espanhóis, para Minas, o de Cuiabá e o de Mato Grosso. Emissões do período.

10.º — Reinado de D. João VI. O Reino Unido. Continuação do duplo sistema monetário: o nacional e o colonial. Emissões do reinado.

11.º — Brasil independente. O Império. Moedas do 1.º Reinado.

12.º — Moedas do 2.º Reinado. Primeiro e segundo sistemas monetários. A carimbagem do cobre: carimbos do Maranhão, Ceará e carimbo geral do Império. Carimbos de revolucionários: Icó e Pirajiní. Carimbos particulares. Terceiro sistema monetário.

13.º — A República. O sistema monetário republicano, de 1889 à atualidade.

14.º — Moeda fiduciária. Período colonial.

15.º — Moeda fiduciária. Brasil independente. Período imperial.

16.º — Moeda fiduciária. Período republicano.

17.º — Medalhas comemorativas.

18.º — Medalhas militares.

19.º — Condecorações. Ordens honoríficas.

20.º — Sistemas de classificação. Bibliografia.

## PROGRAMA

### TÉCNICA DE MUSEU

#### *Segundo ano*

#### Classificação:

- a) Heráldica.
- b) Armas: a) armas brancas; b) armas defensivas; c) armas de fogo;
- c) Navios: a) navios a vela; b) navios a vapor; c) navios encouraçados;
- d) Viaturas;
- e) Arquitetura;

— 17 —

- f) Indumentária; a) civil; b) militar;  
 g) Moveis;  
 h) Cerâmica e cristais.  
 i) Joias e prataria;  
 j) Pinturas e gravuras;  
 k) Instrumentos de suplficio;  
 l) Mecanismos.

## CURSO DE MUSEUS

## HORÁRIO

*Primeiro ano*

Terça-feira:	
Numismática . . . . .	2 às 3
História da Arte . . . . .	3 às 4
Quarta-feira:	
Arqueologia . . . . .	2 às 3
História do Brasil . . . . .	3 às 4
Sexta-feira:	
Técnica de Museus . . . . .	3 às 4

*Segundo ano*

Segunda-feira:	
Numismática . . . . .	2 às 3
Arqueologia . . . . .	3 às 4
Quinta-feira:	
Técnica de Museus . . . . .	2 às 3
História do Brasil . . . . .	3 às 4

## Professores:

Técnica de Museus — Dr. Gustavo Barroso.  
 História do Brasil — Dr. Gustavo Barroso.  
 Numismática — Dr. Edgar de Araujo Romero.  
 História da Arte — Dr. Menezes de Oliva.  
 Arqueologia — Prof. Angioné Costa.

## CURSO DE MUSEUS

## PERÍODOS DE AULAS, PROVAS PARCIAIS E EXAMES

*Primeiro ano*

a) *Primeiro período* — de 1 de abril a 15 de junho. Aulas teóricas práticas e primeiras provas parciais, para todas as cadeiras (de 1 a 15 de junho);

— 18 —

*b) segundo período — de 1 de julho a 30 de novembro.* Aulas teórico-práticas e segunda e terceira provas parciais (respectivamente, de 15 a 30 de agosto e de 15 a 30 de outubro) e exames orais e escritos (de 20 a 30 de novembro).

*Segundo ano*

*a) Primeiro período — de 1 de abril a 15 de junho.* Aulas teórico-prática e primeiras provas parciais, para todas as cadeiras (de 1 a 15 de junho);

*b) segundo período — de 1 de junho a 30 de novembro.* Aulas teórico-prática e segunda e terceira provas parciais de todas as cadeiras (respectivamente, de 15 a 30 de agosto e de 15 a 30 de outubro); exames orais e escritos (de 20 a 30 de novembro);

**ANEXO nº3**  
**Programa da disciplina Arqueologia Brasileira**  
**no ano letivo de 1934**

**Fonte: A expansão da cultura brasileira: o que é o Curso de Museus  
professado no Museu Histórico Nacional – Uma palestra com o professor  
Angyone Costa. Jornal Diário de Notícias – RJ, 22 abr. 1934, Ano V, ed.02260,  
p. 8**

“1º ponto, Archeologia. Conceito. Definição. Sua compreensão do ponto de vista brasileiro; 2º - Factores archeologicos. O homem da pré-história. Seu provavel aparecimento no planalto central do Brasil; 3º - As hordas primitivas – Debates sobre o cyclo da sua irradiação e expansão – De Geoffrey de Thoron [Theron?] a Rivet; 4º - As inscripções rupestres. Sua interpretação. Das afirmações do Stradelli as negações de Koch-Gruenberg; 5º - As regiões archeológicas do Brasil. Como comprehendel-as e discriminial-as na extensa area do paiz; 6º - Os sambaquis. Zona sambaqueana do sul. Os sambaquis da bacia Amazonica. Estações lithicas; 7º - Os “mounds-builders” e sua provavel edificação no Brasil; 8º - O Pacoval. Santa Izabel e Camutins; 9º - As Esteiarias ou palaphitas. Estudos e observações procedidos nas varzeas do Mearim, do Cajary e do Parahyba do Sul; 19º - As cavernas e os hypogeus. Contribuição dos naturalistas. Krone. Theodoro Sampaio. Lund.; 11º - A Lagôa Santa e o Cunany. Duas épocas distantes marcando o inicio e o fim de um mesmo povo; 12º - Depositos archeologicos. A natureza e o aspecto dos obetos (sic) que elles guardam no Brasil; 13º - A louça grosseira e os objectos de pedra. Materiaes descobertos no sul. 14º - A ceramica de Marajó. Seu confronto com a de Mõxos e da América Central; 15º - O autochtonismo e as migrações. Raças pré-cabralinas; 16º - classiicação ethnographica. D. Orbrigny. Martius. Karl Von den Steinen. Ehrendeich; 17º Ethnographia brasilica. As migrações históricas; 18º - Civilização material dos Tupys-Guarany. Seu poder de irradiação. Do littoral á bacia amazonica.; 19º - Tribus coexistentes com os povos tupys. Aspectos incipientes da sua civilização; 20º - A vida physica e moral do amerindio. Seus usos e costumes; 21º - O indígena brasileiro. Sua vida na guerra e na paz. A medicina nativa; 22º - Sobrevivencia dos costumes do amerindio na organização social brasileira; 23º - Os utensilios da terra e do mar. A casa e o mobiliario. A canôa e a jangada; 24º - A organização rural brasileira. O engenho. A fazenda. A igreja; 25º - O elemento afro na nossa organização social. Sua missão com os indígenas; 26º - Crendices religiosas afro-amerindias integradas no viver brasileiro. Sua influência nos seculos XVII e XVIII; 27º - Genese racial do Brasil. Resenha da contribuição material deixada pelo Indio, pelo portuguez e pelo africano, na formação social do paiz.”

## **ANEXO nº 4**

### **Parecer 455/948, de 14 de outubro de 1948**

**Fonte: SÁ; ECHTERNACHT. Escola de Museologia: Leis, decretos, pareceres, resoluções, portarias, ofícios, estatutos, regimentos e outros, vol.II.  
Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS**

**JURISPRUDÊNCIA****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

PARECER Nº 455/948.

A consulta, objeto do processo, está assim redigida:

"Sendo o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional um curso técnico e de especialização, parece a esta Diretoria que ao mesmo se não pode aplicar o disposto sobre o sistema de promoções dos  *cursos superiores*  na Lei nº 7, de 19 de dezembro de 1946. O Curso de Museus tem regulamento próprio, com sistema de promoção especificado. Todavia, como pode a respeito ser levantada qualquer duvida, venho consultar a V. Ex<sup>a</sup> sôbre o assunto".

A Seção de Estudos da Diretoria do Ensino Superior, apreciando a consulta, argüiu:

"De acôrdo com o art. 6º do Decreto 21.129, de 7.3. 1932, para ingresso no curso de Museus, é necessária a apresentação de certificado de aprovação nos exames da 5ª. série do curso secundário ou de exames válidos para matrícula nos cursos superiores.

O parágrafo único do art. 2º do Decreto-lei 421, de 11.5.38, dispõe:

"Para os efeitos desta lei, são considerados cursos superiores aquêles que, pela sua natureza, exija, como condição de matrícula, preparação secundária comprovada, no mínimo, pela apresentação do certificado de conclusão do curso secundário fundamental".

Verifica-se, pois, que o curso de Museus é de nível superior."

O conceito do curso de museus é matéria que não padece de dúvidas, tão clara é a lei. Não pode êle ser conceituado, para determinados efeitos, curso superior, e diversamente para outros efeitos. É que por curso superior deve ser tido, não só o indica a legislação citada, como o entendeu, e de há muito, o Senhor Ministro de Estado, quando isso mesmo mandou fôsse entendido ao decidir no processo n. 81.831-43, determinando que os diplomas, ou certificados, expedidos pelo curso do Museu Histórico Nacional fôsem dados a registo na Diretoria do Ensino Superior.

A alegação, no sentido de que as promoções de série, nesse curso, obedecem sistemática especial, não procede, porque a respeito, genêricamente, a citada Lei nº 7, de 19 de dezembro de 1946, com o determinar, no seu art. 2º, que as promoções se processariam na forma nova, mas

"além de satisfazer as demais exigências regulamentares e regimentais..."

**ANEXO nº 5**  
**Edital do Concurso para Conservadores de**  
**Museus, 1939/1940 – DASP**

Fonte: Coleção Regina  
Liberalli Laemmert / NUMMUS.

*Regina Liberaly*

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO  
PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

Instruções especiais a que se refere a portaria n. 230, de 23 de agosto de 1939, e que regulam o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de conservador do Ministério da Educação e Saúde.

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

Art. 1.º Para inscrição no concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de conservador, do Ministério da Educação e Saúde, o candidato deverá apresentar as condições de ordem geral discriminadas na portaria n. 117, de 25 de fevereiro de 1939, e mais a de que não conta idade inferior a 18 anos, nem superior a 38, apurados até a data do encerramento das inscrições.

Parágrafo Único. No ato de inscrição o candidato deverá fazer prova de quitação com o serviço militar, na forma do que dispõe o art. 160 do decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939, e ainda apresentar o diploma de conclusão de curso de Museu, expedido na forma da lei.

CAPÍTULO II

DAS PROVAS

Art. 2.º O concurso constará de *provas de seleção* e de *provas de habilitação*, umas e outras obrigatórias.

Art. 3.º As provas de seleção, eliminatórias, serão as seguintes:

- a) prova de sanidade;
- b) prova de capacidade física, pela qual se verifique que o candidato não apresenta contra-indicação para o exercício do cargo por anomalia morfológica ou funcional;
- c) apresentação de uma monografia, que contenha estudo inédito do candidato, sobre assunto do programa;
- d) defeso oral da monografia apresentada;
- e) prova prática de técnica de museus.

Art. 4.º A monografia deverá ser apresentada dentro de vinte dias corridos, depois de encerradas as inscrições.

Parágrafo único. A monografia deverá ser apresentada impressa, dactilografada ou mimeografada, em cinco vias, podendo ocupar até sessenta páginas de formato almasso, espaço dois, e com

— 2 —

margem não inferior a dois e meio centímetros, exclusive bibliografia ou material de documentação, que tenha servido de base à composição do trabalho, e que poderá ser juntado em anexo.

Art. 5.º Os candidatos aprovados nas provas de seleção serão submetidos às seguintes provas de habilitação:

a) prova escrita de um idioma estrangeiro, escolhido dentre os seguintes: alemão, francês, inglês e italiano;

b) prova escrita de História do Brasil, ou de História da Arte.

Parágrafo único. No ato de inscrição, o candidato escolherá uma das provas mencionadas na letra b, deste artigo.

Art. 6.º Na defesa oral da monografia, os candidatos serão arguidos por dois examinadores, durante trinta minutos (quinze minutos pra cada examinador) e terão tempo igual para responder às arguições.

Art. 7.º A prova prática de técnica geral de museus se realizará em local que facilite a sua execução (arrumação, organização, catalogação, etc.).

Parágrafo único. O candidato, uma vez terminada a sua prova, deverá fazer um relatório em cinquenta minutos, sobre o assunto da mesma.

Art. 8.º A prova de idioma estrangeiro constará de:

a) tradução, sem auxílio de dicionário, de um trecho de duzentas a trezentas palavras, extraído de um dos livros que a banca examinadora indicará na primeira reunião;

b) versão, sem auxílio de dicionário, de um trecho de cem a cento e cinquenta palavras, extraído de um dos livros igualmente indicados pela banca.

§ 1.º Proceder-se-á ao sorteio do livro, e, em seguida, ao da página.

§ 2.º Os livros a que se refere este artigo serão submetidos à aprovação do diretor da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento.

Art. 9.º A prova mencionada no artigo 5º, letra b, constará de dissertação sobre um dos pontos do programa anexa, sorteado no momento.

### CAPÍTULO III

#### DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 10. O julgamento de cada prova de seleção será feito em escala centesimal, apurando-se, como resultado final, a média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, inclusive o presidente da banca examinadora.

§ 1.º Si, entre as notas atribuídas pelos examinadores à mesma prova, houver uma diferença superior a vinte (20) pontos, comparadas as notas, duas a duas, o presidente da banca examinadora convocará uma sessão especial para discussão do trabalho, devendo cada examinador justificar, por escrito, a nota atribuída, para que conste de ata.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica às provas de sanidade e de capacidade física.

Art. 11. Será aprovado na prova referida na letra c, do artigo 3º, o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos.

— 3 —

Parágrafo único. O julgamento da monografia incluirá a clareza da exposição e a contribuição pessoal do candidato, na especialidade escolhida, desde que perfeitamente documentada.

Art. 12. Será aprovado na prova de defesa da monografia o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos.

§ 1.º Terminada a prova de cada candidato, a banca examinadora se reunirá para julgá-la, atribuindo cada examinador arguente uma nota.

§ 2.º Dever-se-á lavrar ata do julgamento de cada prova.

Art. 13. Será aprovado na prova de técnica de museus o candidato que obtiver grau igual ou superior a sessenta pontos, observada a seguinte distribuição de pontos:

Execução da prova, até 70 pontos.

Relatório, até 30 pontos.

Art. 14. Para efeito de correção e julgamento da prova de idioma estrangeiro, observar-se-á:

Tradução, até 60 pontos.

Versão, até 40 pontos.

Art. 15. O grau de classificação do candidato será a média ponderada dos graus obtidos, observada a seguinte distribuição:

Monografia . . . . .	2
Defesa oral . . . . .	3
Prova prática . . . . .	3
História do Brasil ou História da Arte . . . . .	2
Idioma estrangeiro . . . . .	2

Art. 16. Só serão considerados habilitados para a classificação final os candidatos que obtiverem, na forma do artigo anterior, grau igual ou superior a sessenta pontos.

Parágrafo único. Em caso de empate na classificação, observar-se-á a seguinte ordem de preferência para o desempate:

- a) melhor resultado na prova de defesa oral;
- b) melhor resultado na prova prática;
- c) melhor resultado na prova de História do Brasil ou História da Arte;
- d) melhor resultado na monografia;
- e) melhor resultado na prova de idioma estrangeiro.

#### CAPÍTULO IV

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. O concurso será válido por dois anos, a partir da data de sua homologação pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 18. A prova determinada no artigo 5º, letra b, terá a duração máxima de três horas.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 23 de agosto de 1939. — *Murilo Braga*, diretor de divisão.

— 4 —

## ANEXO

CONCURSO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE CONSERVADOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

### *Programas*

Assuntos para a monografia

1. Períodos da história monetária brasileira. O numerário português, aplicado à colônia do Brasil. A moeda espanhola do Prata no Brasil, a partir de 1583.
2. Moedas do 2º reinado. Primeiro e segundo sistemas monetários. a carimbagem do cobre pelas províncias, pelas revoluções e pelos particulares. Terceiro sistema monetário.
3. Armaria. Sobretudo relativa ao Brasil.
4. Heráldica. Sua origem, história, finalidade. Vantagens do seu conhecimento. Heráldia portuguesa. Heráldia brasileira.
5. Pinturas e gravuras. Suas variedades. Como reconhecê-las. Como classificá-las.
6. Manifestações artísticas no Brasil, desde o período colonial até nossos dias.
7. Missão artística francesa (1816) e sua influência nas artes.
8. Principais escolas de pintura e seu ambiente social na história.
9. Restauração e conservação das obras de arte,
10. Papel dos museus na vida moderna,

### *Prova escrita*

(Artigo 5º letra b, das instruções)

#### *a) História do Brasil*

1. O ciclo do açúcar e a escravidão de índios e negros.
2. A ação dos Jesuitas na colonização do Brasil.
3. As invasões estrangeiras: ingleses, franceses e holandeses.
4. A restauração de Portugal no Brasil.
5. O ciclo do ouro. As bandeiras.
6. A projeção exterior do Império. Guerra do Prata.
7. O movimento da Independência — 1808 a 1822.
8. A guerra da Independência — 1823-1824.
9. A organização do Brasil no 2º Reinado. O parlamentarismo.
10. A abolição e a República.

— 5 —

*b) História da Arte*

1. A expressão das esculturas grega e romana.
2. As escolas francesas de pintura e sua influência na pintura brasileira.
3. As escolas brasileiras de pintura.
4. A arquitetura barroca jesuítica e sua repercussão no Brasil.
5. A influência da renascença francesa na arquitetura e escultura do Aleijadinho.
6. Mestre Valentim e sua obra.
7. A arte religiosa brasileira e o valor da toreutica.
8. A evolução da pintura cristã do século VIII a XII.
9. Confronto entre a pintura de Vitor Meireles e Pedro Américo.
10. A evolução da gravura no Brasil.

RIO DE JANEIRO  
IMPRESA NACIONAL  
1939

REL 9554.